

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

DIOGO JOAQUIM DOS SANTOS

**RACISMO E RESISTÊNCIA À DISCRIMINAÇÃO: UMA
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS LUTAS SOCIAIS DAS NEGRAS E
DOS NEGROS DA CLASSE TRABALHADORA**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2016**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

DIOGO JOAQUIM DOS SANTOS

**RACISMO E RESISTÊNCIA À DISCRIMINAÇÃO: UMA
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS LUTAS SOCIAIS DAS NEGRAS E
DOS NEGROS DA CLASSE TRABALHADORA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr. Ademir Alves da Silva

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2016

ERRATA – Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Discente: **Diogo Joaquim dos Santos**

Título da dissertação: **Racismo e resistência à discriminação: uma contribuição ao estudo das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora**

Defesa ocorrida em: 22/03/2016

✓ Página 29.

Onde se lê:

“[...] no entendimento de Iasi (2005), [...]”.

Leia-se:

“[...] no entendimento de **Iasi (2015)** [...]”.

✓ Página 87.

Onde se lê:

“[...] categoria fundante do ser social. Como Marx afirma, [...]”.

Leia-se:

“[...] categoria fundante do ser social. **Como Marx e Engels afirmam**, [...]”.

✓ Bibliografias acrescidas:

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Marília, 2015.

IASI, M. **As manifestações de massa e a dimensão estratégica**. In: ABRAMIDES, M. B. C., DURIGUETTO, M. L. (Orgs.) Serviço Social e Movimentos Sociais: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, pp. 50 - 67, 2014.

MATTOS, M. M. **Movimento Sindical Brasileiro**: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, M. B. C., DURIGUETTO, M. L. (Orgs.) Serviço Social e Movimentos Sociais: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, pp. 85 – 101, 2014.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, A. A. **Exploração Sexual:** a condição de vida das filhas da classe trabalhadora. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

RIBEIRO, M. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil:** percursos e estratégias – 1986 a 2010. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

RIBEIRO, S. P. F. **Lutas sociais contemporâneas:** entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. São Paulo: Cortez, pp. 102 – 118, 2014.

SILVA, U. B. **Racismo e alienação:** uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Banca Examinadora

Agradecimentos

Agradeço a meus pais, *Elaine* e *Edisson*, pela paciência nos momentos de discordâncias e de pressão, pelo apoio nos momentos difíceis no Brasil e mundo afora, e especialmente pelas alegrias que vivenciamos juntos ao longo deste curso de mestrado e na vida.

Minha companheira *Alana*, pela força, sinceridade, amor, carinho e confiança ao longo destes anos, também pela sua coragem de dizer o que pensa, motivando não somente a mim, mas a muitos amigos, para que sempre continuemos na busca por realizar nossos sonhos. Sabes como foi difícil chegar até aqui.

Minha irmã, *Bianca*, pelos momentos de alegria e por não tentar refrear meus anseios de formação, que inevitavelmente implicaram sempre em certa distância entre nós.

Ademir Alves da Silva, pela dedicação em assumir um diálogo profundo sobre meu tema de pesquisa, pela compreensão e preocupação que demonstrou nas orientações para com minha formação nesses dois anos que se passaram, sempre me provocando a dizer em voz alta o que muitas vezes insistia em guardar.

Bia (Maria Beatriz Costa Abramides), pela sua leveza e sensibilidade em nossas conversas, pelas contribuições da mais alta seriedade para com a clareza de meus objetivos em meus estudos, pela receptividade, luta e coragem nos diálogos dentro do Serviço Social e afora.

Albério Neves Filho, pela amizade desde o período de minha graduação, pelas risadas que partilhamos e pelo imenso respeito para com seus alunos. Conhecer sua militância nesse tema foi fundamental para as reflexões aqui realizadas.

Valérie Fargeon, Bruno Lamotte, Mariangela Belfiore Wanderley, e Claudine Offredi, pela preocupação com meu percurso de estudos na França e pela possibilidade de uma vivência internacional intensa.

Companheiras (os) do NEAM (Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista) e do NEPPS (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Sociais), pelos momentos de reflexão que, sem dúvidas, contribuíram para a presente produção.

Amigas (os) e colegas que estiveram presentes nesse processo, com palavras ditas, mensagens e ações, pela amizade e preocupação, especialmente Ivan, Mariana, Guilherme, Roberta Rezende, Denis Barreto da Silva, Géraldine Barreto Challe, Célia Tixier e Wilfried Mourier.

Ao *CNPq*, pela concessão de bolsa integral pelo período de dois anos para realização deste curso de mestrado.

“A carne mais barata do mercado é a carne negra.
[...]E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado”
Elza Soares. A carne.

“1: – Você não me escuta
Ou não entende o que eu falo
Procuró te dar um toque
E sou chamado de preto otário,
Atrasado, revoltado.
[...] Diga qual a sua origem, quem é você!
Você não sabe responder
[...] Você tem duas saídas.
Ter consciência, ou, se afogar na sua própria indiferença.
[...] 2:– É, consciência, consciência, e os outros manos,
você é consciente sozinho?”
Racionais MC's. Negro Limitado

“[...] A luta não cessa
Como não cessa a exploração, o racismo e
as algemas
[...] A carne dói já chamuscada de tanto
enfrentar
A opressão que tentam ocultar
em belas palavras ou em profícuas leis
Quanto seremos?
Quanto de nós ainda sumiremos?
[...] e saibas, seguiremos contigo em negras
sentinelas!”
Daniela Castilho. Negras Sentinelas

“Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista”
Karl Marx. O Capital.

RESUMO

SANTOS, Diogo Joaquim dos. **Racismo e resistência à discriminação: uma contribuição ao estudo das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora**. São Paulo: PUCSP, 2016, 166f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2016, 166f.

Nesta dissertação de mestrado, busquei compreender as lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora, especialmente no que diz respeito às formas de organização e resistência contra a discriminação no mercado de trabalho. Para tanto, adentro no primeiro capítulo o debate sobre a particularidade e a universalidade, a fim de colocar em evidência, em seguida, as formas de resistência contra o racismo, problematizando o aspecto da consciência e da ideologia. Na segunda parte da dissertação, resgatei a história do racismo, relacionando-a com a história das sociedades de classes, a fim de apontar a construção sócio-histórica da noção de 'raça' frente às transformações nos modos de produção que assentaram o capitalismo em nível global. Portanto, as ideias 'raciais' aqui aparecem como invenções classistas e racistas, próprias ao desenvolvimento das relações burguesas de produção. Por seu turno, a chamada questão 'racial', concebida de modo dissociado e autônomo da questão social, emerge como aspecto de dispersão da perspectiva de classe, sendo necessário questionar seus pressupostos. Entre eles, um debate essencial é elucidado, qual seja, quanto ao caso brasileiro, acerca das elucubrações sobre a 'mestiçagem' e a 'ascensão social'. No último capítulo, desse modo, discuto a realidade social e os aspectos centrais das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora, algumas demandas e perspectivas de luta, perpassando o período pós-abolição, o contexto de crise estrutural do capital e a retomada de políticas neoconservadoras que se propõem como meios de 'combate' ao racismo, mas que visam alicerçar a cooptação dos movimentos sociais em torno de garantias formais e irrisórias. De modo geral, as conclusões exprimem a ideia de que o fortalecimento da resistência daqueles indivíduos é um aspecto central para a luta pela emancipação humana, a qual tem por pressuposto a superação da fragmentação em que se encontram.

Palavras-chave: Racismo; Resistência; Classe Trabalhadora; Discriminação no Mercado de trabalho; Emancipação Humana.

ABSTRACT

SANTOS, Diogo Joaquim dos. **Racism and resistance to discrimination: a contribution to the social struggles' study of black women and men of working class**. São Paulo: PUCSP, 2016, 166p. Master's thesis in Social Work, Post-graduated Studies in Social Work, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2016.

In this Master's thesis I aimed to understand the social struggles of black women and men of working class, especially with regard to the organizational forms of struggle and resistance against discrimination in the labor market. For this purpose, I get into first chapter on the debate about particularity and universality, in order to highlight, then the forms of resistance against racism, discussing the aspect of consciousness and ideology. In the second part of the dissertation, I retrieved the history of racism, relating it to the history of class societies, in order to point out the social and historical construction of the concept of 'race' in the face of changes in modes of production that rendered capitalism globally. Therefore, the 'racial' ideas here appear as classist and racist inventions themselves to the development of bourgeois relations of production. In turn, the known 'racial question', designed decoupled and independent of the social question, emerges as an aspect of dispersion of class perspective, being necessary to question their assumptions. Among them, an essential debate is understood, that is, as the Brazilian case, about the lucubrations about 'miscegenation' and 'social mobility'. In the last chapter, therefore, I discuss the social reality and the central aspects of social struggles of black women and men of working class, some demands and perspectives of struggle, passing the post-abolition period, the context of structural crisis of capital and resumption of neoconservative policies that are proposed as means of 'combat' racism, but aimed at underpinning the co-optation of social movements around formal and insignificant guarantees. In general, the conclusions expressed the view that strengthening the resistance of those individuals is central to the struggle for human emancipation, and has the assumption to overcome the fragmentation in which they are.

Keys-words: Racism; Resistance; Working Class; Discrimination in the Labor Market; Human Emancipation.

RÉSUMÉ

SANTOS, Diogo Joaquim dos. **Racisme et résistance à la discrimination: une contribution aux études des luttes sociales des femmes et des hommes noirs de la classe ouvrière**. São Paulo: PUCSP, 2016. 166p. Mémoire de Master en Service Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2016.

Dans le mémoire de ce Master je vise à comprendre les luttes sociales des femmes et des hommes noirs de la classe ouvrière, spécialement en ce qui concerne les formes d'organisation de lutte et de résistance contre la discrimination sur le marché du travail. Pour cela, je commence le premier chapitre sur le débat sur la particularité et universalité, afin de mettre en évidence, puis les formes de résistance contre le racisme, au même temps discuter l'aspect de la conscience et de l'idéologie. Dans la deuxième partie de la thèse, je récupérerai l'histoire du racisme, il se rapportant à l'histoire des sociétés de classes, afin de souligner la construction sociale et historique de la notion de «race» en face aux changements dans les modes de production qui a rendu le capitalisme à l'échelle mondiale. Par conséquent, les idées «raciales» apparaissent ici comme des inventions classistes et racistes eux-mêmes pour le développement des relations de production bourgeois. À son tour, la connu «question raciale», conçu découplé et indépendante de la question sociale, apparaît comme un aspect de la dispersion de la perspective de classe, soit nécessaire de remettre en question leurs hypothèses. Parmi eux, un débat essentiel est entendu, qui est, selon le cas brésilien, sur les élucubrations sur « miscigenation »et « mobilité sociale ». Dans le dernier chapitre, donc, je discute la réalité sociale et les aspects centraux des luttes sociales des femmes et des hommes noirs de la classe ouvrière, des exigences et des perspectives de lutte, en passant de la période post-abolition de l'esclavage, le contexte de crise structurelle du capital et reprise des politiques néoconservatrices le sont proposées comme des moyens de « combat » au racisme, mais vise à étayer la cooptation des mouvements sociaux autour de garanties formelles et insignifiants. En général, les conclusions ont exprimé l'idée que le renforcement de la résistance de ces individus est au cœur de la lutte pour l'émancipation humaine, et a l'hypothèse de surmonter la fragmentation dans lequel ils sont.

Môts clés: Racisme; Résistance; Classe Ouvrière; Discrimination dans le Marche du Travail; Emancipation Humaine.

Apresentação

O interesse por tratar do tema da resistência dos indivíduos negros da classe trabalhadora no mercado de trabalho parte de eixos em sentidos convergentes e indissociáveis, que acompanharam minha história como sujeito, do ponto de vista profissional e pessoal, em todas as relações sociais em minha vida.

Primeiramente, pelo caráter revoltante e perverso da discriminação, trabalhar com o tema tornou-se uma forma de denúncia instigante e exaustiva, especialmente no âmbito de minha formação em Relações internacionais, um campo elitista, no sentido de que discuti-lo nos coloca em movimento para questionar a sociedade atual – portanto, a nós mesmos –, buscando explicitar que há razões muito claras que elucidam como esse fenômeno é real e não deve ser ignorado, pois seus aspectos centrais estão diretamente relacionados com a dinâmica social em sua totalidade.

Nesse processo, entrei em contato direto com o Serviço Social ao longo dos últimos 6 anos, passando a refletir que simplesmente relegar essa discussão ao âmbito individual é uma estratégia ideológica de manter as relações sociais supostamente ‘como elas sempre foram’. Seja por parte do entendimento liberal e individualista de que ser racista dependeria ‘de cada indivíduo’, ou mesmo quando se pretende anular as perspectivas de superação na autonomia, organização e independência de classe, desviando um tema muito complexo para uma fórmula pretensamente universal e imediatista em torno das desigualdades entre indivíduos de cor da pele branca e negra, obscurecendo seu fundamento, que se encontra na luta de classes. Penso que, nesse sentido, a questão da consciência tem sido um dos maiores desafios atualmente para uma unidade na luta contra o racismo, quando aparecem cindidas consciência negra e consciência de classe. Este estudo, ao colocar em evidência as formas de resistência da classe trabalhadora negra à discriminação no mercado de trabalho, se posiciona necessariamente nesse debate. Isso não significa dizer que qualquer signo de pertença criado socialmente deva ser anulado, mas convém delimitar quando sua existência visa a eliminar a universalidade e o pluralismo, negando a dialética e a ontologia.

Minha inquietação inicial, para tanto, foi sobre a ‘cortina de fumaça’ que visa blindar o domínio do capital pela classe dominante, lançada pelas justificativas abstratas de que – como se num passe de mágica sobre a história – foi dado um largo passo de mais de 100 anos desde o pós-abolição da escravidão, para afirmar que o ‘insucesso’ dos negros no mercado de trabalho se devia unicamente a um passado de expropriação. Por conseguinte, a ideologia dominante aponta que o racismo diria respeito apenas à esfera do ‘bom senso’, como se pudesse estar dissociado das alterações objetivas no modo de produção capitalista, da violência cotidiana sobre a classe trabalhadora, ou mesmo do fundamento das ideias do “sucesso” profissional, da “valorização da cultura”, da “(des) harmonia” entre as supostas ‘raças’, ‘etnias’ e ‘nações’, com as quais muitas vezes se pretende fazer-nos remar na contramão da luta coletiva.

Foi nesse mesmo sentido, que a partir da minha experiência de vida como indivíduo da classe trabalhadora e no contato mais direto com a realidade internacional – que enriquece o conhecimento de mundo com experiências prazerosas, mas desmorona qualquer deslumbramento nacionalista –, despertou-me o interesse pelas formas de consciência da classe trabalhadora, uma vez que a discriminação – ao ser constitutiva do mercado de trabalho e do modo de ser dos seres sociais nas sociedades de classes, já que marca o processo de produção e reprodução das relações sociais mundialmente –, coloca objetivamente os trabalhadores ao mesmo tempo uns contra os outros e contra si mesmos, especialmente por meio de estratégias ideológicas de manutenção do domínio da classe dominante, do *status quo*.

Contra os demais, uma vez que se torna possível para a classe trabalhadora, a partir da fragmentação real das relações e de uma interpretação fragmentada da realidade, inferiorizar outros indivíduos da mesma classe. Para dar um exemplo claro, a opressão de mulheres negras ou brancas por parte de homens negros, pensando ser essa uma espécie de ‘jogo entre os sexos’ ou supondo que as distintas cores de pele os colocariam num ‘jogo entre as classes’, ‘jogo entre as raças’, ‘jogo culturalista’, ou qualquer forma fetichista de competitividade mediada pelas ideias de ‘ganho’ e ‘perda’ – e aqui o espaço para brincadeiras se mostra tênue: colocam-se desde opressões violentas, levadas em alguns casos ao extremo, como aquelas relações que se constituem, parafraseando Drummond em A Flor e a

Náusea, em “crimes suaves, que ajudam a viver / razão diária de erro, distribuída em casa”.

Ao mesmo tempo, colocam-se contra si mesmos, pois no tocante à discriminação no mercado de trabalho, concebe-se equivocadamente uma decisão individualista (e as condições de vida, de fato, instigam que cada indivíduo ‘resolva sozinho seu problema’) ou mesmo de estratégia de sobrevivência (como marca na vida da classe trabalhadora), pela qual se trata de ‘superar’ a questão por meio da insistência em possuir uma atividade de trabalho (ser mais ‘produtivo’, vender sua força de trabalho por um valor mais baixo em termos de salário), eliminar os demais (e, com isso, a potencialidade de luta coletiva dos seres sociais) suportar as discriminações (exploração) e conquistar o seu ‘lugar ao Sol’ (a chamada ‘ascensão social’ para a ‘classe média’, pela qual muitos indivíduos afirmam não ‘perceber’ o racismo, mas atualmente até esse aspecto tem se tornado cada vez mais difícil de ocorrer). Longe de qualquer moralismo sobre essas colocações, pois os indivíduos em seu processo de vida real sofrem e realmente buscam por seu viver e devem-no fazer, mas é inegável que a luta de um indivíduo só, isolado, é árdua, de possibilidades reais de sanidade cada vez mais restritas e impossível de transformar a realidade social em termos revolucionários.

Por todos os aspectos até aqui mencionados, tornar-se-ia insustentável e incoerente por parte do pesquisador, adotar uma perspectiva distinta da luta pela igualdade, pela necessária emancipação da sociedade, aqui entendida por meio da superação do capitalismo, na luta pelo fim da propriedade privada, do trabalho explorado e das classes, pois é disso que se trata – aquilo que muitos concebem como radicalidade excessiva, ou mal compreendem numa ojeriza generalizante sobre a esquerda, alavancada por discursos partidários de indivíduos pró-capitalistas que se dizem de esquerda, mas que o contexto atual de contradições entre a barbárie e a relevância de lutas sociais da classe trabalhadora tem mostrado ser uma possibilidade concreta de transformação.

E essa postura não se insere em uma espécie de otimismo desenfreado sobre a realidade, pois diante da fragmentação intensa das relações atualmente, este estudo aporta elementos reais que indicam esse direcionamento, seus limites evidentes e as condições concretas de movimentação dos negros na luta de classes. Ademais, não me cabe como pesquisador e sujeito da classe trabalhadora, subestimar a

vivacidade histórica das lutas sociais e suas estratégias contra o capital, anulando os processos sociais tecidos cotidianamente e relegando essa discussão para um futuro milenar. Especialmente no âmbito das políticas públicas e dos movimentos sociais, atualmente tal fatalismo polariza as necessidades imediatas e as necessidades de transformação radical, impondo etapas conformistas para os processos sociais, sendo que penso que nossos esforços devam estar sempre voltados à compreensão da dinâmica posta na realidade sobre a luta por direitos no capitalismo e a luta contra o capitalismo e pela emancipação humana.

Nesse caminho, este estudo visa a contribuir para a complexa discussão da luta contra o racismo atualmente, especialmente contra a discriminação do negro no mercado de trabalho, adensando o conhecimento já acumulado do Serviço Social acerca do tema, suscitando os aspectos centrais da realidade a serem superados, os horizontes dessas lutas e as condições concretas de superação da sociedade capitalista pelos sujeitos históricos em sua organização de classe.

Diogo Joaquim dos Santos
Campinas, 18 de Novembro de 2015

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1. Uma voz na multidão e a multidão das vozes	22
1.1 Negação da realidade e luta de classes.....	30
Capítulo 2. A pele que habito: sobre a chamada questão ‘racial’	50
2.1 O trabalho alienado: para discutir a discriminação e o preconceito nas sociedades de classes	70
2.2 Racismo ou da legitimação da racionalidade burguesa no capitalismo	78
2.2.1 Para incômodo dos idealistas: sobre como “geneticamente somos todos iguais”	86
2.2.2 O evolucionismo na lógica burguesa, os racistas incansáveis e o coletivo idealizado: brincadeiras à parte, e a luta de classe?	97
Capítulo 3. ‘Baixando o nível’ no mercado de trabalho, para eles e para nós: luta de resistência e ideologia	110
3.1 Racismo e resistência na luta pelo trabalho ‘livre’	111
3.2 Sociabilidade capitalista, ideologia e resistência negra: os primórdios dessa relação no assalariamento do trabalhador negro	119
3.2.1 Consciência negra versus consciência de classe?	125
3.2.2 A crise estrutural do capital e a ideologia dos movimentos negros	130
3.2.2.1 Estratégias ideológicas numa perspectiva global: o “enfrentamento” à discriminação no mercado de trabalho e o “enfrentamento” à desigualdade	138
3.2.2.2 O caráter central da discriminação das negras e dos negros no mercado de trabalho no Brasil	147
À guisa de conclusão	154
Referências bibliográficas.....	160

Introdução

O presente estudo se propõe a colocar em evidência as formas de resistência dos negros e negras da classe trabalhadora na luta contra o racismo, especialmente contra as formas de discriminação no mercado de trabalho brasileiro.

A pertinência desta pesquisa no âmbito do Serviço Social se justifica pela relação histórica, direta, intensa e necessária da categoria das (os) assistentes sociais com os processos de lutas sociais da classe trabalhadora brasileira (ABRAMIDES, DURIGUETTO, 2014), na defesa dos direitos sociais desta classe, na perspectiva de sua autonomia, fortalecimento e emancipação (BOSCHETTI, 2004), em prol de uma sociedade de fato igualitária.

Essa relação fica evidente por diversos elementos que caracterizaram a ruptura com o conservadorismo na profissão (IAMAMOTO, 1992), sendo imprescindível aqui, portanto, destacar o contexto em que se deu esse processo. Na tendência ainda pontual que se desenvolveu ao longo da década de 50 e 60, desdobrando-se no movimento de reconceituação na América Latina, quando se questionou contundentemente as bases do Serviço Social tradicional. Também, no curso desse processo, no enfrentamento ativo às formas de repressão que marcaram o período da ditadura militar-burguesa instaurada no pós-64, no alinhamento de parcela da categoria profissional ao movimento sindical emergente no mesmo período e na luta contra o capital – já que “é nesse contexto que as (os) assistentes sociais se reconheceram como trabalhadores em sua condição de assalariamento e se inseriram na luta mais ampla da classe trabalhadora” (ABRAMIDES, 2014, p.231) – aspectos estes em sintonia com o apoio deliberado aos movimentos por moradia que insurgiram frente às diretrizes conservadoras de reforma agrária da década de 1970, bem como contra as mesmas perspectivas fascistas que trataram as denúncias dos negros no momento de retomada e criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (1978), naquela década, como sendo posturas ‘antinacionalistas’ e racistas, criminalizando-as.

Foi nesse contexto da luta de classes no país, que no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979) apontavam-se eixos pela redemocratização da sociedade, em “caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira” (CFESS, 1996, p.175). Revelava-se ainda esse norte na luta da categoria pela direção dos conselhos representativos em esfera nacional. Nesse sentido, vale destacar os

posicionamentos da categoria em seu conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO ao longo das últimas décadas por uma atuação profissional humanizada e no constante enfrentamento das perspectivas conservadoras, reacionárias e autoritárias, as quais se constituem em pilares ideológicos do racismo.

No mesmo sentido, pelo reconhecimento do Código de Ética Profissional de 1993 e do necessário desenvolvimento de valores éticos com o advento de uma sociedade livre de toda forma de desigualdade (CFESS, 2012; BARROCO, TERRA, 2012). Todos estes aspectos dão forma ao Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social (NETTO, 1999; BRAZ, 2005; ABRAMIDES, 2006), assentado no alinhamento às correntes progressistas pelo fim de todas as formas de opressão e exploração, sinalizando que a luta contra o racismo se tornou um pressuposto para uma atuação profissional objetivada na práxis social.

Penso, inclusive, que é de grande atualidade discutir esse tema no âmbito do Serviço Social, dado o acúmulo teórico-investigativo da categoria sobre o racismo, mesmo que quantitativamente escasso em termos de trabalhos acadêmicos e divulgação científica, mas que já contou com contribuições profundas e densas, até mesmo indispensáveis, como pode ser visto nos recentes trabalhos de Ferreira (2010), Martins (2012a; 2012b; 2014), Silva (2012), Eurico (2013), Rocha (2014) entre outros, bem como nas publicações constantes do CFESS (2010; 2011; 2013; 2014) em posicionamento conjunto com os movimentos sociais na luta contra a opressão das negras e negros trabalhadores, que nos colocam em movimento para novas mediações e perspectivas de ação política.

Ademais, a necessária sensibilidade para com essas expressões da questão social não escapa ao compromisso ético e político da categoria das (os) assistentes sociais com as massas, por isso a atenção, entre outros aspectos, para a recorrência da denúncia de casos graves de racismo ligados ao mercado de trabalho, para a dificuldade evidente de lutar contra tais formas por aqueles que dependem da venda da força de trabalho para viver e que encontram suas vias de manifestação e resistência nos movimentos sociais, greves, expressões culturais coletivas, entre outras.

Vale ressaltar o fato de o racismo ser um dos objetos centrais da crítica conservadora atualmente, sendo de grande importância a posição estratégica dos profissionais do Serviço Social como “sujeitos profissionais críticos, comprometidos e propositivos” (DURIGUETTO, 2014, p.192) na atuação interventiva na realidade,

num contexto de retrocessos em termos de conquistas sociais, de ampliação das formas de desigualdade, violência e de fragmentação da organização coletiva da classe trabalhadora em sua totalidade.

No decorrer desta dissertação, apresento diversas formas de discriminação no mercado de trabalho em sua relação com o lucro e os níveis de emprego, mas também toda a barbárie de preconceitos e violência que as negras e os negros da classe trabalhadora enfrentam atualmente, pois a discriminação é tratada, sobretudo, partindo do entendimento marxiano de que o processo de produção do capital é, ao mesmo tempo, o processo de reprodução das relações capitalistas, em seu sentido subjetivo do modo organizativo da sociedade como um todo.

Contudo a alocação dos capítulos foi propositalmente pensada para a problematização das formas de resistência numa perspectiva de ação consciente e coletiva, quando os sujeitos se colocam de forma ativa no enfrentamento às opressões racistas do mundo capitalista. Por isso as preocupações de argumentação e com a disposição entre os capítulos desta dissertação de mestrado também conduzem, necessariamente, a discussão sobre os projetos societários que orientam tais lutas.

Por se tratar de um tema complexo, a discussão da consciência não pode aparecer relegada a um suposto plano subjetivo que pudesse estar descolado das condições objetivas, isolando-se nas representações que os indivíduos fazem acerca da realidade. Daí então, que partindo do materialismo histórico-dialético, vemos que a consciência é um processo dialético, que parte das condições concretas de vida para se apresentar como tal (MARX, 2013). A consciência de classe, por seu turno, não se colocará como um processo simples, mas tem se mostrado cada vez mais necessário.

É preciso, ademais, posicionar-se no debate sobre a consciência de classe, no que diz respeito às formas de resistência da classe trabalhadora, de tal forma que não é pretendido que abdicuem de suas vivências e significações mais íntimas, nem de suas atividades culturais, para aderirem a uma perspectiva classista ideal, tampouco que a diversidade se coloque de modo difuso e subjetivista, ofuscando e distorcendo as determinações centrais da sociedade de classes capitalista.

Quando a relação entre o universal e o particular não se apresenta pela

dialética, as manifestações identitárias, destarte, tornam-se inócuas, possibilistas ou não se constituem em formas de resistência, pois se adéquam à ordem vigente. A consciência negra e a consciência de classe, portanto, contêm processos que compõem uma totalidade e se confundem, mas quase sempre aparecem de modo fragmentado e em sentido de oposição, às vezes em torno de definições fechadas, isoladas, tendo em vista a fragmentação do mundo real, que também se expressa na oposição presente no interior da própria classe trabalhadora. Com efeito, como propôs Lukács (1978, p. 93, grifos meus)

a **vida individual e a vida genérica do homem não são distintas**, ainda que – necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, e a vida genérica seja uma mais particular ou mais geral vida individual.

Obviamente que, nesse sentido, na vida cotidiana, a apreensão da totalidade e a assimilação dela pelo ser constitui-se num aspecto necessário à luta de resistência. E não há uma etapa bem definida nesse processo em que, como veremos, se revela a relação dialética entre o particular o universal (LUKÁCS, 1978).

Penso, porém, que a anulação da perspectiva de classe em prol de uma consciência negra ideal é uma estratégia ideológica de dominação classista e manutenção do racismo, e mostrarei as razões disso no decorrer desta dissertação. Por isso tornou-se imprescindível ressaltar a ação coletiva consciente dos sujeitos quando se orientam pelo entendimento de sua situação de classe, compreendendo o fundamento do racismo, na busca por superar a fragmentação da consciência imediata que cinde “raça” e “classe”, e se posicionando enquanto indivíduo negro (a) da classe trabalhadora perante o capital.

No que se refere à consciência de classe, como propôs Marx (2013), esta é profundamente mediada pelas condições objetivas de organização de classe dadas no processo de produção capitalista, ou seja, apesar da fragmentação da classe trabalhadora em frações diversas, que se opõem em torno de diversas opressões, e dos ‘limites’ dados, entre outros motivos, pelas condições de assalariamento, as quais distanciam e obstaculizam a organização do negro trabalhador nos ramos diretamente produtivos para o capital (MARTINS, 2012b), é justamente com a generalização das condições de vida desta classe, que cada vez mais esta aparece integrada enquanto classe (MARX, 2013).

E não tenhamos nenhum pensamento idílico acerca desse fato, pois isso

não significa que estes são tempos de maior tendência à união nas formas de consciência *imediatas*, porém as determinações mais gerais das condições de vida desta classe aparecem generalizadas: se, à medida que são cada vez mais expropriados, buscam enaltecer e compor suas diferenças para se afirmarem, se oprimirem ou se discriminarem em meio à competitividade real, é também válido que essas diferenças, na realidade, refletem cada vez mais a dominação de classe e que a revolta da classe trabalhadora é ordenada pelo aprofundamento da contradição entre capital e trabalho.

As revoltas, a passividade da classe e o grau desumanizador do desenvolvimento atual do capital, nesse sentido, são constitutivos desse tempo histórico (IASI, 2014). Porém a superação dessa realidade pressupõe o conhecimento das determinações e contradições da realidade para contrapor o seu fundamento em termos de ação política da classe, realizando o ser coletivo no direcionamento de uma sociedade sem classes, para que seja possível concretamente articular uma nova forma de sociabilidade, livre das discriminações.

É importante apontar o norte *comunista*¹ deste trabalho – em termos éticos, políticos e teórico-metodológicos –, pelo qual compreendo que o fim de todas as formas de discriminação no mercado de trabalho apenas será possível com o fim das sociedades de classes. Nesse sentido, para aqueles que enfrentam cotidianamente o racismo no mercado de trabalho, lutar contra o mesmo visando ao seu fim, deve necessariamente se constituir numa luta pela superação do modo de produção capitalista, em prol de uma sociedade livre da propriedade privada, do trabalho explorado e das classes, a qual realize suas possibilidades concretas de emancipação. Mas isso não significa que os sujeitos deixam de agir na cotidianidade, nas relações mais imediatas, pelo contrário, ao passo em que a consciência se apresenta como um processo, as estratégias dos sujeitos construídas na luta contra o racismo são indissociáveis dela.

¹ Refiro-me aqui à colocação de Engels, escrita em 1º de Maio de 1890, para o Prefácio à edição alemã do Manifesto do Partido Comunista de 1848, pois seu sentido permanece: “[...] por ocasião de sua publicação, não poderíamos tê-lo chamado de manifesto socialista. Por socialista, em 1847, entendia-se dois tipos de pessoas. De uma parte, os adeptos dos diversos sistemas utópicos [...]. De outra parte, os charlatões sociais de todos os horizontes que [...] queriam eliminar os males sociais sem causar nenhum prejuízo ao capital e ao lucro. [...] a parte dos operários que, **convencida da insuficiência de simples mudanças políticas, exigia uma reorganização global da sociedade, essa parte chamava-se então comunista.** [...] socialismo significava um movimento burguês; comunismo, um movimento operário. O socialismo, pelo menos no Continente, podia figurar nos salões; com o comunismo dava-se o inverso” (MARX, ENGELS, 2012, pp.17-18, grifos meus).

Adentro, para tanto, no capítulo 1, discussões especialmente levantadas por Lukács (1978), Montañó e Duriguetto (2011) e Abramides e Duriguetto (2014), no desafio de analisar em que medida a classe trabalhadora, ao movimentar-se na luta contra o racismo no mercado de trabalho, articula uma luta consciente com perspectiva classista.

Daí a importância, ainda neste capítulo 1, de dar relevo às formas de resistência desses sujeitos e contrapor-se a análises reducionistas acerca dos processos sociais, que olvidam que os sujeitos históricos são ativos, ou até mesmo fatalistas, que não concebem que a luta contra o racismo é real e que pode ser construída na ação política dos sujeitos em movimento coletivamente. Essas manifestações englobam dois casos de luta pela permanência na universidade, quais sejam, os casos de Nicolas e Laís; uma manifestação na esfera da cultura, fruto dos anseios e da luta de parcela do movimento negro atualmente contra a discriminação no mercado de trabalho, presente no recente trabalho do músico Emicida; por fim, uma expressão da organização de trabalhadores contra o racismo e contra o capital, articulada pela frente classista da CSP - Conlutas, desencadeada no processo de lutas e greve dos garis no Rio de Janeiro e Niterói nos últimos dois anos.

O capítulo 2 trata especificamente do pensamento social na sociedade capitalista e da fragmentação da classe trabalhadora, portanto, da relação entre ideologia e alienação, fundamentando a forma pela qual a história do racismo está organicamente relacionada com a história da classe trabalhadora. Aqui trabalho de forma densa sobre a construção sócio-histórica da noção de 'raça'.

Nesse sentido, parto da ideologia dominante sobre a chamada 'questão racial', evidenciando as 'saídas' estratégicas pelas quais o racismo aparece supostamente como um fenômeno 'para além' das classes sociais. Para dar sustentação a essa argumentação, revisito o preconceito e a discriminação nas sociedades de classes, apresentando mais à frente a importância da cor da pele para o racismo como fenômeno que acompanha o desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesse bojo, trato da relação entre a racionalidade burguesa e o racismo, mostrando a vivacidade da luta de classes, à luz da relação entre o trabalho escravo nas Américas e África com o trabalho assalariado nos países de capitalismo central, que davam base à ideologia dos clássicos do liberalismo, dos teóricos do 'racismo

científico', bem como dos idealistas do nacionalismo e etnicismo na fase imperialista do capital.

Já no capítulo 3, abordo a relação entre mercado de trabalho, ideologia e resistência dos negros e negras, partindo da formação do mercado de trabalho capitalista no Brasil, perpassando a base produtiva material que sustentou o 'mito da democracia racial' brasileira e os anseios de cidadania da população negra. Aprofundo o debate com uma análise, mais à frente, da emergência da discussão sobre consciência negra e consciência de classe no interior dos movimentos negros.

Passo a problematizar a emergência da ideologia 'multiculturalista' e 'pós-moderna' própria ao período de crise estrutural do capital, nos termos de Mészáros (2011), evidente nas décadas de 70 e 80, em meio ao esgotamento dos Estados de bem-estar social europeus, que estão relacionadas com as respostas neoliberais por parte do Estado, evidentes com maior força, no caso brasileiro na década de 90.

Finalmente, trato do momento atual, em que a crise estrutural do capital revela-se em torno do desemprego estrutural, das estratégias de recuperação do capital por políticas neoconservadoras no Brasil, do contexto de perdas de direitos sociais no Brasil e no mundo e nos indícios e manifestações da revolta da classe trabalhadora na luta contra o capital.

Por conseguinte, destaco uma pequena contribuição para o tema em nível global, partindo de minha experiência de vivência na França, pelo convênio de dupla diplomação entre a PUCSP e a Université Pierre Mendès-France, no curso de Avaliação e Gestão de Políticas Sociais.

Ainda neste capítulo, delinheiro alguns dos maiores desafios atuais para o tema, apontando dados importantes acerca do mercado de trabalho brasileiro e o contexto de lutas sociais no país.

Capítulo 1. Uma voz na multidão e a multidão das vozes

O tema da discriminação do negro no mercado de trabalho é de grande importância, pois suscita o debate sempre atual e necessário sobre a consciência de classe dos trabalhadores em nossa sociedade classista, machista e racista, mais especificamente no que diz respeito à movimentação dos mesmos na luta contra essa forma de opressão no Brasil e internacionalmente.

Minha perspectiva, nesse sentido, é a da superação dos aspectos centrais da sociabilidade perversa que atinge os negros e negras da classe trabalhadora, ou seja, o fim da propriedade privada, do trabalho explorado e das classes, o que implica, em termos de consciência e organização de classe, na movimentação ativa contra as formas de discriminação, exploração e individualismo e no fortalecimento da resistência dos sujeitos a partir da esfera coletiva.

As lutas de resistência coletiva, em minha concepção, para que fique claro desde já, têm se mostrado cada vez mais necessárias e expressado aspectos cada vez mais relevantes, situando-se na luta de classes num momento de contradições acirradas e intensas. Em geral, as perspectivas dessas lutas são muito claras, e essa clareza é importante, pois se constitui também dialeticamente na organização para lutar por uma questão comum a todos. Nesse processo, os indivíduos não apenas negam individualmente a realidade, em seus particulares processos de consciência, mas vale aqui ressaltar a capacidade de uma ação da classe trabalhadora entendendo-se como uma unidade, na negação da realidade, por meio de ações orientadas para sua superação, que, só coletivamente, provoca estrategicamente recuos por parte das ofensivas do capital.

Não quer dizer que todos os trabalhadores estejam envolvidos nessa movimentação, tanto quanto é evidente que nem todos os negros inserem-se na luta contra o racismo, dado o contexto de fragmentação latente e violência na própria classe trabalhadora em seu todo, mas algumas ações coletivas têm ganhado destaque, permitindo-nos apreender mediações que estão postas no movimento da realidade e construir outras.

Não é preciso, ademais, despendar muitas linhas para provar a importância do grau de organização da classe trabalhadora em sua unidade, pois é dessa forma que se revela a relação dialética entre o particular e o universal, o que significa, desse modo, pensar as condições concretas de superação da

discriminação do negro, conduzidas politicamente pelos sujeitos históricos, ativos, em que a situação *particular* dos negros e negras da classe trabalhadora seja pensada para além de sua forma *particular*, ou seja, que se confundam *organicamente* com as exigências da vida da sociedade *em geral* (LUKÁCS, 1978).

Essa necessidade na luta contra o racismo, como veremos no capítulo 3, não é inédita na literatura dos estudos das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora, sendo também reconhecida por Ianni (2005) e Fernandes (1988).

Contudo, é uma discussão complexa, pois não há um caminho unívoco para isso, como veremos a partir das análises que se seguem, não há uma etapa bem definida nessa relação. Devido a isso, não se trata aqui de ‘incutir’ uma ideologia² que supostamente levaria ao fim da discriminação (já que o problema não se resume à esfera da ideologia), nem mesmo de suprimir a particularidade da realidade social do negro em prol de uma perspectiva de classe ideal, mas de evidenciar as respostas da classe trabalhadora à discriminação, que aparecem em sua ação na luta de classes como manifestações que – em meio à desarticulação realizada pela ideologia dominante, conservadora e retrógrada – direcionam-se universalmente em termos de consciência de classe, ou seja, na busca por realizar o ser coletivo, consciente acerca da totalidade da vida dos seres sociais e da necessidade de superação das relações capitalistas e da ordem do capital.

É preciso ressaltar, porém, que a ideologia dominante considera, entre outras justificativas, que tem ocorrido uma generalização na denúncia de casos de discriminação do negro no mercado de trabalho e os indivíduos que têm relatado tais situações seriam supostamente acometidos por uma espécie de ‘complexo de inferioridade’. Ou ainda, que as denúncias seriam uma forma de supervalorização

² Não compreendo neste trabalho a noção abstrata de ideologia como se fosse uma ‘falsa consciência’, ‘crença’ ou dogma. Penso que o termo se refere às ideias produzidas num tempo histórico, no interior das sociedades, que respondem como formas de consciência acerca da realidade, possuindo, portanto, uma intencionalidade em termos classistas quando tratamos das sociedades de classes. Como assinalou Mészáros (2012, p. 65, grifos meus) “a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, **materialmente ancorada e sustentada**”. Contudo, dado que, nas sociedades de classes, as ideias dominantes representam as ideias da classe dominante (MARX, ENGELS, 2007), daí então que a classe trabalhadora, na reprodução de sua vida, ao intervir de modo a manter o status quo (o modo de produção dominante), possa partilhar da ideologia burguesa, mas essa mesma classe, na luta pelo controle do modo de produção numa perspectiva anticapitalista, por uma sociedade igual a todos, também guarda nessa potencialidade revolucionária, o aspecto emancipatório da ideologia. Ou seja, a ideologia não é mera ‘aceitação’, é uma ação real, tanto que ‘não interferir’ pensando existir neutralidade é uma ação com um aspecto ideológico muito evidente, no sentido de que sua utilidade prática é favorecer às pretensões de dominação (manutenção) da classe dominante.

das dificuldades que encontram no dia-a-dia, tendo potencializado seu sofrimento e, desse modo, estariam projetando uma opressão inexistente ou ‘exagerada’, que se desdobraria em atitudes até mesmo racistas por parte dos negros, já que não haveria discriminação da cor da pele no Brasil, dizem, mas sim devido à pobreza. Para essa forma burguesa de pensamento, essencialmente liberal, em sua defesa declarada ao livre-mercado, mas também reacionária, ao julgar necessária a manutenção de relações sociais mediadas por opressões, a discriminação, por fim, seria aspecto positivo no desenvolvimento dos seres sociais, pois permitiria ‘nivelar por cima’, por isso ao negro bastaria ‘mostrar seus talentos’³.

Tal formulação, entretanto, expressa a forma de racionalidade essencialmente burguesa, sobre a qual Lukács (1978, p. 84) afirmou que “[...] a definição errônea da categoria da universalidade tem uma função importantíssima na apologia do capitalismo”. O universal e o particular, dessa forma, aparecem cindidos,

“[...] este resultado só se pode obter na medida em que o conceito de universalidade é ‘libertado’ de toda relação dialética (determinação, limitação, enriquecimento, concretização, etc) com a particularidade. A formulação apologética e abstrata do universal, portanto, liquida ao mesmo tempo a dialética do universal e do particular” (LUKÁCS, 1978, p.85).

Isso porque, os meios para se conceber que a discriminação seria ‘eterna como o capitalismo’ ou ‘natural à vida humana, assim como o capitalismo’, é elevar ideologicamente a situação particular de classe dominante como pretense estado de universalidade, anulando propositalmente, por conseguinte, seu pressuposto, a exploração da classe trabalhadora. Para tanto, não se concebe o ser histórico, nem mesmo o entendimento da universalidade em conexão com a particularidade, mas se trata da exacerbação do indivíduo isolado, partindo da ilusão de haver uma individualidade dissociada da socialidade, o que leva de fato ao individualismo –

³ O que pode ser constatado tanto em publicações acadêmicas sustentadas na ideologia liberal do ‘capital humano’ – como se apresenta numa reportagem recente disponível no portal da USP, vide ORTEGA, J. **Diferença salarial entre as raças não vem do preconceito**. Portal Usp, 10 Abr 2012 –, mas também no amplo número de publicações confessionais, conservadoras e remetendo ao senso comum, que visam a negar a dimensão do problema que envolve a discriminação do negro, tratando tal questão como um ‘problema do outro’, ou seja, relegando uma forma de sociabilidade que é perversamente articulada no mercado de trabalho, ao âmbito individual. Alguns destes trabalhos de perspectivas burguesas são KAMEL, A. **Não somos racistas**. Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Nova Fronteira, 2006; CONSTANTINO, R. **As cotas racistas**. O Globo, 26 Jun 2009 e DALRYMPLE, T. **Em defesa do preconceito**. Editora É realizações, 2015.

essa redução é ela mesma provocada no discurso que, ao se propor representar a todos, apenas representa os interesses da classe dominante.

Porém, essa forma de pensamento classista e sorrateira acerca da realidade social do negro no Brasil, supondo uma espécie de ‘trapaça’ por parte dos negros para obterem vantagens, tem tomado grandes proporções em termos de adesão ideológica. Definitivamente, age contra o reconhecimento do racismo por parte dos trabalhadores, ou seja, nessa relação, no plano da consciência dos mesmos, ao se anular o fato de que as consequências do racismo sobre os trabalhadores são reais e inerentes à sua condição universal de classe trabalhadora, fica difusa a sua posição particular enquanto classe.

Isso provoca a fórmula pela qual racismo seria “‘assunto de ‘raça’” e salário “assunto de ‘classe’”. Turva, ao mesmo tempo, a relação dialética entre universal e particular, já que se pretende tornar desnecessárias as formas de coletividade, ademais, tal ideia ainda subordina a organização conjunta e os posicionamentos enquanto classe explorada à necessidade de competição dos trabalhadores – o que é útil apenas para a manutenção da dominação da classe burguesa –, quando se afirma que não haveria racismo no mercado de trabalho, haveria ‘diferenças de capacidades’ – e até aqui ainda não argumentei sobre a política de “cotas ‘raciais’”, apenas sobre seu uso pelos liberais, que fique claro, pois esse debate é aprofundado no terceiro capítulo. É válido, nesse sentido, o que disseram Marx e Engels (2007, p. 47, grifos meus):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes [...]. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, **são as ideias de sua dominação**. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; **na medida em que dominam como classe** e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles **o fazem em toda a sua extensão**.

Por isso, uma ideologia responde à organização objetiva do modo de produção da vida num dado tempo histórico. De fato, quando, por exemplo, em certo momento histórico entre as décadas de 30 e 50, devido às condições produtivas de expansão do capitalismo, tornou-se possível a formação de uma pequena burguesia formada por negros, a classe dominante afirma-se estrategicamente por meio da

ideologia de que a discriminação seria um mito, pois supostamente havia desaparecido com o fim da escravidão e diluído na dita ‘mestiçagem’. Isso fazia sentido para uma parcela de negros que analisou e almejou de forma imediata a chamada ‘ascensão social’, tanto entre os que se frustraram quanto naqueles que obtiveram maiores acessos. Isso não fazia sentido, porém, para uma parcela de negros que se organizava para lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Porém a coerência afiada da dominação é que a burguesia culparia, todavia, a ampla maioria dos negros trabalhadores por seu suposto ‘despreparo técnico’, porém que poderiam ainda contar com seu ‘jeitinho brasileiro’ de contornar as adversidades, proporcionando que muitos autores fossem articuladores das ideias da classe dominante sobre a ‘democracia racial’ brasileira.

Adentro com maior profundidade essa discussão no terceiro capítulo, mas a estratégia ideológica da classe dominante, de fato, para fins de dominação, quanto à esfera da produção industrial e às relações sociais de trabalho, procurava responder à adequação ainda que incompleta do padrão internacional fordista/taylorista, quando se absorvia força de trabalho imigrante branca e se especializavam os processos de trabalho, e por parte do Estado assegurando-se as políticas de abertura macroeconômicas especialmente na importação de bens de produção (maquinário).

Todavia, a ‘desculpa’ de ‘falta de qualificação’ é uma estratégia ideológica muito útil até os dias atuais, dado que o trabalhador fica ‘subsumido ao processo global do próprio maquinismo, [...] cuja unidade não existe nos operários vivos, mas sim no maquinismo vivo (ativo)’ (LUKÁCS, 1978, p.90). Ou seja, seu trabalho é específico e ao passo em que a máquina realiza o trabalho anteriormente realizado pelos trabalhadores, a qualificação técnica exigida tende a ser reduzida, mas a taxa de expropriação é ampliada⁴, sendo o trabalho do trabalhador apenas parte da unidade do processo de trabalho.

⁴ Sem dúvidas, a ampliação da produção mediada por máquinas nas fábricas diversifica e funde as formas de obtenção da mais-valia absoluta – quando os ganhos por parte do capitalista advêm da intensificação do ritmo de produção, seja pelo aumento real do tempo ou da padronização a fim de ‘economizar’ o tempo de trabalho (ou seja, concentrar fisicamente e psicologicamente o trabalhador para esse produzir mais) no sentido de ampliar a jornada de trabalho que corresponde ao valor que é pago ao trabalhador em forma de salário – e relativa – quando a mudança técnica permite a redução do tempo necessário para a produção, sem que seja necessário provocar o esgotamento físico do trabalhador, também não implica na redução de seu salário (apesar dele sofrer uma desvalorização em comparação ao quanto se produziu), nem mesmo favorece à organização dos mesmos.

Porém não apenas devido a esses aspectos mais objetivos se dão as formas de discriminação, pois não partem apenas de decisões bem orientadas dos empregadores, dado que, no processo de produção, os resultados não são apenas o lucro do capitalista, mas o capital. O processo de produção representa imediatamente o processo de reprodução das relações sociais (MARX, 2013). A discriminação, nesse sentido, aparece como constitutiva do modo de produção da totalidade da vida no capitalismo, compõe e se reflete no modo de organização da sociedade e do mercado de trabalho como um todo.

Por isso, concebo que a condição de vida dos negros e negras da classe trabalhadora está compreendida nas questões mais amplas da sociedade de classes capitalista. Elas não são antagônicas apenas porque há evidentes distinções, em termos de discriminação no mercado de trabalho, culturais, ou entre os acessos dos negros e brancos trabalhadores pobres. Esse é, portanto, aspecto relevante nas formas de organização e resistência, uma vez que permite compreender que, nessa totalidade, o universal e o particular se relacionam dialeticamente e que a discriminação marca tanto o processo de produção de capital como a esfera da reprodução, nas relações sociais, na forma social do Estado, nas subjetividades sociais dos indivíduos (MARX, 2013).

Convém apontar, para tanto, até que ponto a consciência de classe dos trabalhadores visa à contrapor o fundamento das sociedades de classes, para a construção de uma sociedade igualitária e emancipada, livre do racismo. A esse processo, chamado por Lukács (1978) de subsunção, temos como “reflexo dos nexos que estão presentes no processo real, que são os momentos em movimento deste mesmo processo real” (LUKÁCS, 1978, p.89).

Daí então que, devido ao processo real da luta de classes, a legitimação da ideologia burguesa possa se apresentar em meio à expropriação dos trabalhadores, quando eles, na ilusão de posse da propriedade privada de mercadorias, na verdade, já entregaram seu trabalho como propriedade alheia, anulando, no plano da consciência, a particularidade de seus processos de trabalho em prol de uma equivocada ideia de universalidade.

Porém, convém evidenciar quando, como e por quais meios, frente aos níveis mais altos de expropriação, de desemprego e de barbárie, por exemplo, frente ao genocídio da população negra jovem, aos grandes empreendimentos carcerários ou à negação do negro na universidade pública, em meio às opressões classistas,

racistas e machistas, enfrentando e resistindo, os indivíduos assumem uma perspectiva de luta comunista⁵. E os indivíduos, na luta, à revelia ou não da mídia dominante, têm-no feito.

Isso porque, no processo real da luta de classes, a relação viva e dinâmica entre dominação ideológica burguesa e resistência dos trabalhadores desponta, dado que “espécie e grau, quantidade e qualidade da subsunção, portanto, determinam-se concretamente de acordo com as etapas reais do desenvolvimento das forças produtivas” (LUKÁCS, 1978, p.91).

Essa relação entre ideologia e modo de produção é fundamental, tanto que, no momento atual, a classe dominante se vê obrigada a afirmar que a solução para a crise é que a classe trabalhadora sujeite-se ainda mais à dominação, por meio da acomodação frente à perda de direitos trabalhistas e do avanço do trabalho terceirizado, precarizado, desarticulado, portanto, pretendendo que os trabalhadores sejam ainda mais explorados pela classe dominante⁶.

A respeito da crise estrutural do capital, assim se configurou devido ao caráter centrífugo do capitalismo (MÉSZÁROS, 2011) aprofundado a partir das formas de acumulação flexível pós-anos 70, na constante ampliação da desigualdade, níveis irredutíveis de desemprego, quando cada vez menos burgueses aparecem blindados, ampliam-se as formas de violência e repressão à classe trabalhadora e, com isso, a luta de classes se evidencia com maior força se pensarmos que houve um aumento progressivo na eclosão de greves nas últimas décadas⁷.

O irracionalismo a ser combatido, presente naquela ideia da classe dominante, está no fato de que o aumento da exploração no trabalho, da discriminação e das formas de desigualdade não é uma possibilidade de superação da crise para a classe trabalhadora.

⁵ Nos termos de Netto (2001, p. 161), “[...] trata-se aqui daquela organização social em que, suprimida a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, assegure-se que o livre desenvolvimento da personalidade de cada um seja a condição do livre desenvolvimento da personalidade de todos - venha a substituir a ordem do capital”.

⁶ Tornaram-se uma grande demonstração disso ao longo do ano de 2015, as bandeiras e bonecos colocados no prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, afirmando que os empresários não ‘pagariam o pato’ pela crise, ou seja, que não aceitavam perder seus lucros. Muitos trabalhadores, que sofrem consequências com o desemprego, aumento do preço de mercadorias e impostos, compartilharam do mesmo pensamento, porém as implicações das demandas dos grandes empresários se dão em torno dos cortes orçamentários em políticas e programas sociais, ou seja, a ampliação da desigualdade que recai sobre a classe trabalhadora em termos de perda de direitos.

⁷ Vide MATTOS, M. B. **Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?** Tribuna Classista, nº19, 2014.

O problema que aqui se inicia, refere-se à relação dos indivíduos negros da classe trabalhadora em sua situação particular de classe, explorados e discriminados, ou seja, dos indivíduos para com a classe, e da classe para si⁸ – sendo que, no entendimento de Iasi (2005), esses seriam momentos da luta de classes –, evocando a discussão central que Marx concebeu na dialética do universal e do particular. Nas palavras de Lukács (1978, p. 91):

[...] trata-se sempre de esclarecer a forma concreta de sua relação, caso por caso, em uma determinada situação social, com respeito a uma determinada relação da estrutura econômica, como também – o que é decisivo – de descobrir em que medida e em que direção as transformações históricas modificam esta dialética. De uma similar análise concreta, surge sempre e por toda parte a relativização dialética do universal e do particular; em determinadas situações concretas, eles se convertem um no outro, em determinadas situações concretas o universal se especifica, em uma determinada relação ele se torna particular, mas pode também ocorrer que o universal se dilate e anule a particularidade, ou que um anterior particular se desenvolva até a universalidade ou vice-versa.

Por essa razão, há a prioridade por uma análise que percorra o sentido contrário, partindo das expressões da luta de classes, contrapondo as ideias burguesas sobre o suposto ‘estado inerte, preguiçoso’ ou de falta de ‘oportunidades de ascensão social’ do negro. O que pode ser observado nesse trabalho é que também não entendo o racismo partindo da ideia corrente de vitimização, portanto a busca por evidenciar que não se trata de uma percepção que só existe para aquele que ‘acredita’ que há opressão. Na verdade, a ideologia racista tem base objetiva e é constitutiva do modo de produção capitalista em sua totalidade.

O ponto de partida da discussão aqui proposta, nesse sentido, são as expressões atuais da luta contra o racismo. Para tanto, evidencio as condições concretas com as quais se defrontam os negros e negras da classe trabalhadora em sua realidade no Brasil e as respostas dos mesmos no plano da luta contra as diversas formas de opressão racista, em especial aquelas próprias ao mercado de

⁸ Acerca da ideia de classe ‘para’ si, Marx remeteu à ação revolucionária da classe trabalhadora ‘em si’, ou seja, de uma classe que realmente existe e assim se entende, pois tem sua função no mundo capitalista (por exemplo, as relações capitalistas de produção formaram a classe burguesa e o operariado, sendo que pressupunham o fim do campesinato enquanto classe, os camponeses deixaram de ser uma classe ‘em si’ como foram perante o mundo feudal, quando era antagônica à nobreza. A partir das revoluções burguesas, foram incorporados à totalidade da classe trabalhadora assalariada, mesmo que ainda não tivessem consciência disso). Sobre o momento de classe ‘para’ si, a revolução da classe trabalhadora pressupõe que a classe reconheça sua situação comum e seus interesses comuns, lutar conscientemente em sua unidade contra a dominação do capital. Vide Marx (1984).

trabalho. Afinal, a contribuição que aqui pretendo realizar se situa, nas palavras de Mészáros (2012, p. 357), na dificuldade de

saber como encarar a superação da fragmentação e da divisão interna do trabalho sem reduzir os problemas em jogo a um apelo direto a uma consciência de classe idealizada, defendendo a “unidade” como a solução desejável, mas negligenciando a base material objetiva da fragmentação existente, inerente à manutenção da divisão do trabalho.

No transcorrer desse capítulo, que reúne manifestações importantes para a problematização sobre a consciência de classe dos trabalhadores e a luta contra a discriminação do negro no mercado de trabalho, perpasso manifestações recentes selecionadas especialmente por seu caráter de lutas coletivas, empreendidas na luta anti-racista no Brasil e contra o capital, com o escopo de problematizar os horizontes dessas lutas e a ação consciente da classe posicionando-se enquanto tal na sociedade capitalista.

1.1 Negação da realidade e luta de classes

Acerca das formas de resistência à discriminação do negro é evidente que perpassam demandas imediatas, significações particulares dos sujeitos, sua atuação política, a subjetividade das expressões artísticas, sendo que o eixo que evidencio está no modo como se enfrenta a exploração, a violência, a criminalização que se exprimem na vida dos negros que dependem da venda da força de trabalho para viver. Comprometo-me, nesse sentido, a explicitá-las aqui de forma clara, não apenas expondo a realidade do racismo no mercado de trabalho, mas para problematizar as formas de consciência dos sujeitos acerca do racismo, em esferas rigorosamente escolhidas e indissociáveis no todo social, quais sejam, a educação, a cultura e o mercado de trabalho propriamente dito.

As intervenções às quais recorri, são entendidas como processos de negação da realidade que se inscrevem necessariamente na movimentação dos sujeitos na luta coletiva, marcando o momento atual da luta contra a discriminação racista. Outras, no entanto, aparecem como explícitas ações de cunho político dos negros com vistas à superação da realidade da sociedade capitalista. Busco, por meio da análise dessas intervenções, evidenciar suas linhas gerais em termos de revolta, pela qual se mostra a consciência social acerca do racismo e sua relação

direta e inerente ao desenvolvimento da consciência de classe. Seguem-se mediações sobre as condições concretas em que se colocam essas lutas.

A começar por Nicolas Barreto, um estudante negro que participava de uma manifestação na universidade USP - Leste, em São Paulo, no ano de 2012, e foi agredido de forma muito violenta por um sargento da Polícia Militar, que, durante uma negociação acerca dos rumos do ato, estava enfurecido com sua presença naquele espaço: agrediu-o fisicamente, dizendo que podia fazê-lo, já que era um policial, arrastou-o, também houve a barbárie das ameaças apontando-lhe à cabeça sua arma de fogo⁹. A discriminação e repressão pela qual Nicolas passou foi desse modo retratada: “- Eu era o único negro lá (...) sem dúvida foi racismo. Ele foi falar comigo porque pensou que eu não era um estudante, e sim um traficante, algo assim. Tanto que se surpreendeu quando viu que eu era estudante”¹⁰.

Em meio às circunstâncias, Nicolas, apesar de não estar atuando profissionalmente no instante em que foi agredido, como estudante e professor considerou ainda sobre a agressão que: “- O cara estava virado no capeta, não sei o que acontece. Tem de pagar as contas também, né. Mas não aceito”¹¹.

O estudante entende, ademais, que o fato invalida a possibilidade de ter sido algo ‘natural’ ao trabalho do policial ser ‘rígido’ e sempre ‘verificar’ - aquilo já aqui mencionado sobre a falsa ideia de que a discriminação ‘faz parte da vida’, ou que naquele dia o policial estaria de suposto ‘mal humor’, ou outras justificativas correntemente utilizadas pelos conservadores para afirmar que não existe uma lógica racista nas ações de repressão aos negros da classe trabalhadora.

Por esse trecho e nas cenas estarrecedoras divulgadas, vemos que Nicolas, o qual durante a ação do policial apenas dizia que dava ‘*sua palavra*’ de que era estudante e que o mesmo deveria olhar à distância sua identificação e não retê-la em suas mãos (obviamente porque, como não era tratado de forma igual aos demais, o policial poderia retê-la e o mesmo seria acusado sem portar prova alguma do contrário), enfrentou uma situação violenta, na qual lhe foi negado de forma repugnante o direito de fazer parte daquele espaço e daquela manifestação, já que,

⁹ Vide imagens registradas em vídeo que consta no site da Central Sindical e Popular (CSP – Conlutas): <<http://cspconlutas.org.br/>>.

¹⁰ Para acesso às falas do estudante em Entrevista ao Blog Outro Brasil, verificar CASTILHO. A. L. “PM me escolheu porque eu era o único negro”, diz estudante agredido na USP. 9 Jan 2012. Disponível em: <<http://alceucastilho.blogspot.com.br/2012/01/pm-me-escolheu-porque-eu-era-o-unico.html>>. Acesso em 10 Nov 2015.

¹¹ Idem.

para o agressor, supostamente o jovem não seria estudante, nem professor, sua cor de pele, cabelo, indicariam que sua atividade seria ilícita (ou que não teria uma atividade remunerada ligada a um âmbito freqüentado pela elite, portanto, distinto de sua classe) e o jovem seria possivelmente uma espécie de ‘mal a ser exterminado’.

Considero isso porque não se buscou saber se todos os presentes eram estudantes, já que se concebe socialmente o estereótipo de jovens universitários na educação pública, como aqueles que não precisam vender sua força de trabalho enquanto estudam, ou que os pais possam proporcionar-lhes renda, ou seja, dada a essência discriminatória da sociabilidade no capitalismo e as desigualdades em termos de condições de vida, para a ideologia racista dominante, aos negros, quase sempre pobres (ou aos pobres, quase sempre negros, já que ambas são estratégias de discriminação), lhes ‘pertence’ e lhes é ‘devido’ o trabalho em tempo integral e em condições precárias, portanto, a atitude do agressor é uma manifestação de opressão classista e racista.

Como vemos, é muito pertinente a manifestação de revolta do grupo O Rappa na música *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*, quando se afirma que na ação policial sempre é pedido o documento dos negros e de que o sentido disso em termos de resistência histórica da população negra é de que “quem segurava com força a chibata agora usa farda, engatilha a macaca. Escolhe sempre o primeiro negro para passar na revista, para passar na revista...”¹².

A então diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP, Diana Assunção, revelou que os alunos atuavam numa perspectiva de resistência contra ações da reitoria pró-privatização de alguns setores de trabalho na USP. Obviamente que, como é sabido, historicamente os trabalhadores da limpeza, segurança e manutenção, compõem, em sua maioria, trabalhadores negros, por outro lado, as alunas e os alunos negros, professoras e professores negros compõem uma parcela ínfima de indivíduos na universidade pública, enquanto o número de estudantes negros inscritos no FIES e outras formas de endividamento¹³ para alunos do ensino universitário privado é muito mais amplo.

Não há, no entanto, muitas fontes de dados confiáveis, nem mesmo

¹² Vide Letra oficial disponível em: <<http://letras.mus.br/o-rappa/77644/>>. Acesso em 10 Nov 2015.

¹³ Segundo dados atuais, 48% dos alunos que têm contratos com o Fundo de Financiamento Estudantil são negros. Vide VERDEÍLIO, A. **Ministro diz que 48% dos contratos do FIES atendem a estudantes negros e pardos.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-09/fies-83-dos-estudantes-tem-renda-ate-15-salario-minimo>>. Acesso em 31 Out 2015.

pesquisas contínuas atualmente para essa constatação, sendo que os números do ensino privado são úteis para obscurecer a presença do negro na universidade pública, generalizando-se em 'ensino superior'.

A tabela abaixo, com dados compilados pelo Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), mostra o percentual de 31,8% de negros como professores de universidades e ensino superior públicos em 2010:

Tabela 1. Funcionários públicos estatutários, de acordo com os grupos de cor ou raça e tipo de ocupação, Brasil, 2010

	Brancos	Pretos & Pardos	Total
Diretores e gerentes	64,1	34,8	100,0
Profissionais das ciências e intelectuais	60,9	37,6	100,0
Profissionais das ciências e da engenharia	71,7	26,3	100,0
Profissionais da saúde	70,6	27,3	100,0
Médicos	80,0	17,6	100,0
Profissionais do ensino	58,0	40,6	100,0
Professores de universidades e do ensino superior	66,7	31,8	100,0
Especialistas em organização da Administração Pública e de empresas	65,8	32,4	100,0
Profissionais de tecnologias da informação e comunicações	69,1	28,5	100,0
Profissionais em direito, em ciências sociais e culturais	68,1	30,6	100,0
Advogados e juristas	76,0	22,7	100,0
Técnicos e profissionais de nível médio	53,9	44,5	100,0
Profissionais de nível médio das ciências e da engenharia	55,0	43,2	100,0
Profissionais de nível médio da saúde e afins	41,7	56,6	100,0
Profissionais de nível médio em operações financeiras e administrativas	63,2	35,2	100,0
Profissionais de nível médio de serviços jurídicos, sociais, culturais e afins	65,9	32,6	100,0
Técnicos de nível médio da tecnologia da informação e das comunicações	57,7	40,7	100,0
Trabalhadores de apoio administrativo	52,7	46,1	100,0
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	46,8	52,0	100,0
Porteiros e zeladores	35,5	63,3	100,0
Guardas de segurança	36,3	62,4	100,0
Trabalhadores qualificados	46,0	53,0	100,0
Operadores de instalações e máquinas e montadores	52,5	46,5	100,0
Ocupações elementares	38,4	60,2	100,0
Coletores de lixo e material reciclável	28,5	70,2	100,0
Mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas	39,8	58,9	100,0
Funcionários públicos estatutários - Total	55,8	42,8	100,0

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: O total de funcionários públicos estatutários inclui 526.007 pessoas, cuja ocupação foi classificada como mal definida.

Fonte: IBGE, microdados Censo Demográfico. Tabulação LAESER.

Fonte: Rede Brasil Atual – Divulgado em 3 Mai 2014, disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/negros-no-servico-publico-2996.html>>, acesso em 12 Dez 2015.

Contudo, não há nenhuma distinção entre quais universidades, cursos de graduação, áreas de pesquisa, *Lato sensu* ou *Stricto sensu*, nem mesmo quais regiões do país e as diferenças salariais entre os docentes.

Até o ano de 2005, aponta-se que o número de professores negros na Universidade de Brasília era de 15 (1% de 1500 - número total de docentes), na USP 0,2%, UFMG 0,7%, UFSCAR 0,5%¹⁴. Os dados com relação aos estudantes negros são em geral esparsos, também obscurecidos pelos dados mais gerais das cotas, que colocam foco em porcentagens indiferentes aos cursos em questão, bem como ao ensino ser público ou privado. É sabido que, enquanto nesses dados mais gerais, em 2010, o percentual de negros no ensino superior era de 2,66% em Medicina, 3,58% em Design, 3,8% em Odontologia, 4,26% em Medicina Veterinária, 5,02% em Farmácia, 5,03% em Direito, 5,38% em Psicologia e 5,5% em Ciências Econômicas, no mesmo período vemos que o total da região Sudeste aparece com 10% de estudantes negros (segundo o IBGE, 'pretos e pardos'), enquanto a USP não recebeu, ainda no mesmo período, nenhum estudante matriculado autodeclarado 'preto' em Medicina e outros cursos de grande concorrência no vestibular (importante lembrar que, segundo o IBGE, a porcentagem de negros na população de São Paulo era de 29,1% para pardos e 5,5% de pretos)¹⁵.

Aqui se coloca, necessariamente, a relação indissociável entre a *permanência* das negras e negros na universidade pública (para além de seu acesso) e a opressão no mercado de trabalho, claramente evocada nas notas de repúdio do Núcleo de Consciência Negra da USP (NCN).

Talvez tendo em vista a forma violenta com a qual o estudante foi tratado, também se hipoteticamente não contasse com o apoio dos demais colegas, o que se espera de uma situação na qual se tem uma arma apontada em direção ao rosto é que hesitar na resposta implicará por vezes em ferimentos graves, em outras no assassinato, sendo geralmente esse o modo como é tratada a classe trabalhadora nas ruas e favelas pela polícia, especialmente os negros. Hesitar na resposta poderia implicar em morte, caso não contasse ainda com a pressão dos colegas no momento, que alardearam que aquele era um ato racista. Basta-nos o caso do

¹⁴ Vide CARVALHO, J. J. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. São Paulo: Revista USP, n. 68, pp. 88-103, Dez - Fev, 2005-2006

¹⁵ Vide CAPUCHINHO, C. **USP não tem calouro preto nas três carreiras mais concorridas**. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/03/usp-nao-tem-calouro-preto-nas-tres-carreiras-mais-concorridas.htm#fotoNav=24>>. Acesso em 31 Out 2015; CAPUCHINHO, C. **No curso de medicina, apenas 2,7% dos formandos são negros**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/20/negros-ainda-sao-minoria-entre-formandos-no-ensino-superior.htm>>. Acesso em 31 Out 2015; **MESMO COM AVAÇO PELAS COTAS NEGROS ENFRENTAM RACISMO NA UNIVERSIDADE**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/mesmo-com-avanco-pelas-cotas-negros-enfrentam-racismo-na-universidade,527ecf9404272410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 31 Out 2015.

adolescente de 15 anos que perdeu o olho com tiro de um policial, quando disse ao mesmo que não batesse em sua mãe¹⁶. Outra criança, Eduardo Calei, foi assassinada por um policial à queima-roupa no Complexo do Alemão. Ou ainda o seqüestro do auxiliar de pedreiro Amarildo¹⁷ durante uma suposta condução a uma Unidade de Polícia Pacificadora por policiais em favela do Rio de Janeiro. Também a forma como foi arrastada pelas ruas por uma viatura de polícia a auxiliar de limpeza Cláudia Ferreira¹⁸ após ter sido baleada.

Fato é que, lutando coletivamente contra uma iniciativa privatista que ameaça sua permanência na universidade pública, em meio ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), Nicolas enfrentou uma situação gravíssima de racismo e, apesar de ter mostrado seu documento estudantil, sua condição de vida exprime a condição de vida da classe trabalhadora jovem negra. Se, para Nicolas, em muitas circunstâncias extremas, enfrentá-las sozinho e resistir coletivamente aparece como risco de morte, esta condição está subordinada à lógica atual pela qual se empreende o genocídio da população negra jovem¹⁹ - vale ressaltar também o encarceramento massivo e crescente dos negros, com destaque para alguns estados que possuem entre as menores taxas relativas de população negra²⁰.

Por sua vez, em um texto intitulado 'Carta de uma universitária preta', publicada pelo Geledés Instituto da Mulher Negra, Laís Reverte aponta suas condições objetivas de vida como uma mulher negra da classe trabalhadora que busca pelo ensino superior na sociedade brasileira.

¹⁶ Vide ARAÚJO, G. Jovem fica cego após PM atirar com bala de borracha em SP, diz família. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/jovem-fica-cego-apos-pm-atirar-com-bala-de-borracha-em-sp-diz-familia.html>>. Acesso em 31 Out 2015.

¹⁷ Amarildo Dias de Souza, que nunca mais foi encontrado após ação policial, foi um caso símbolo, entre muitos, evidenciando o projeto do genocídio da população negra pobre como sinônimo de paz.

¹⁸ Após ser baleada em meio à atuação da polícia carioca, a mulher foi colocada no porta-malas de um camburão e, com a abertura do porta-malas, foi arrastada por cerca de 350 metros pelas ruas a caminho de um hospital. Vide CFESS (2014).

¹⁹ O mapa da violência 2014 mostra o aumento progressivo dos homicídios de negros de 2002 a 2012 (aumento de 38,7%), especialmente entre os jovens, em contraposição, a queda brusca do índice de homicídios de brancos (queda de 24,8%) enquanto as taxas nacionais de homicídios mantiveram-se praticamente as mesmas. Vide WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: Homicídios e juventude no Brasil**. Brasília, 2014.

²⁰ Respectivamente, SP, MS, SC, ES, AC e RS tiveram as maiores taxas de encarceramento de negros do país. Vide SG/PR, SNJ. **Mapa do encarceramento: os jovens no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2015; Quanto à população branca auto-declarada, destaco SP, que possui a maior população negra do país, porém 63,9% são brancos, SC com 84% de brancos e RS com 83,2%. Vide IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. PNAD - 2010.

[...] Prestei vestibular para uma Universidade no interior do meu Estado (Espírito Santo), sou fruto de cursinho sustentado pela comunidade (no caso, estudantes que se prontificaram para dar as aulas) e cotista racial, estudei meu Ensino Médio em escola pública federal e, por dificuldade financeira familiar, no meu último ano não pude cursar outro pré-vestibular que não fosse o social. Na minha primeira tentativa de ingresso passei em primeiro lugar (provando sim que sou capaz de passar, com cotas ou não, mas fazendo questão de ocupar um lugar que é meu de direito nas Universidades Federais) e cá estou, cursando Geologia desde o mês de Abril.

[...] me encontro, na Universidade, caloura, **numa das (o que deveria ser) melhores fases da minha vida e enfrentando os mesmos problemas de sempre.** Agora maiores. Não é NADA fácil ser a última opção. Ver todas suas amigas de cabelos longos e corpo esguio fazendo a festa, sendo “as escolhidas e desejadas”, e você no canto, sendo “a amiga”. Não pensem que é recalque, inveja, ou carência, mas uma realidade que me acompanha desde a infância.

[...] **É “barra” me manter como sou fora da minha zona de conforto. [...] Cada vez mais vejo que é necessário bater na tecla: NÓS POR NÓS. E quando não há nós? E quando se é “um”?**” (REVERTE, 2014, online).

Laís faz parte do Coletivo Meninas Black Power, na busca por fortalecer sua resistência frente às adversidades cotidianas do racismo. Primeiramente, é importante colocar em evidência que a jovem considera ser imprescindível a união dos indivíduos na luta contra o racismo, afirmando ao fim de sua fala, sobre a dificuldade em enfrentar o racismo isoladamente como indivíduo da classe trabalhadora.

Em segundo lugar, ao falarmos de consciência, é imprescindível tratar da discussão sobre ideologia e alienação²¹, quando a mesma aponta existir uma espécie de ‘zona de conforto’ para aqueles que não se posicionam, nem fazem o enfrentamento cotidiano, deixando ainda de se fortalecer coletivamente. Afinal, os pensamentos dos indivíduos são amplamente determinados por suas reais condições de vida e situações com as quais se defrontam, colocando-os em movimento, sendo a consciência, portanto, entendida como um processo dialético.

Daí que negação da realidade e a mudança da mesma, ao se constituírem em tarefas políticas que se defrontam com os interesses da lógica do capital, aparecem, como afirma Iasi (2002), não como ‘inevitáveis’, mas sim como

²¹ Aqui entendida segundo a tradição marxista remetendo ao conceito de trabalho alienado, ou ainda trabalho explorado, no sentido de que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho em troca de um salário visando a sanar suas necessidades, tem uma parcela do valor de seu trabalho apropriado pelo empregador, ou ainda, o detentor dos meios de produção. Essa relação se configura numa forma de exploração, já que ao trabalhador resta apenas vender sua força de trabalho, sendo este seu único bem. Tal exploração, portanto configura-se na alienação da relação de trabalho em que a atividade humana torna-se uma mercadoria e o produto final não pertence ao trabalhador. A alienação presente nessa relação se expressará nas relações sociais como um todo, ou ainda, na forma de sociabilidade.

necessárias (ou seja, a consciência de classe não se dá por meio de etapas bem definidas, mas orienta-se no enfrentamento ativo ao *status quo* – orienta-se por uma ação real de classe, pois até mesmo o suposto estado de não intervenção caracteriza, na verdade, o apassivamento).

Laís relata, ademais, que a discriminação é aspecto que permeia sua vida desde a infância e que o pensamento social sobre suas características físicas a coloca num padrão racista que a relega à condição inferiorizada de beleza e auto-estima. Ademais, aponta que, mesmo se encontrando num espaço que deveria ser universal, tendo-o conquistado com persistência, mas que revela os aspectos classistas, racistas e machistas constitutivos de nossa sociedade, busca reafirmar a importância da luta dos indivíduos negros contra o racismo, pois assim se sustenta centralmente sua permanência na universidade pública.

Com efeito, não se trata de fatos simplesmente ligados a aspectos psicológicos individuais, mas do modo como as relações sociais da jovem estão subordinadas à lógica de desvalorização da imagem social da mulher negra, o que se mostra, na realidade, em torno de diversas formas de opressão.

Tanto que, diversos são os relatos de discriminação do negro na universidade, sendo que os negros e negras da classe trabalhadora, atuantes no mercado de trabalho formal ou não, são acometidos pelo racismo em sua condição enquanto estudantes da classe trabalhadora.

Isso tem ocorrido em tempos de barbárie: em meio à precarização do ensino ocasionada pela condução e ampliação desenfreada do ensino privado²², na qual a prioridade é a mercantilização da educação em prol das grandes ganhos em capital de empresas internacionais, e, sobretudo, atualmente, com as medidas que incentivam às terceirizações dos trabalhadores (vide Projeto de Lei 4330/2004), bem como os cortes orçamentários recorrentes durante os anos de mandato da presidente Dilma.

²² O ensino superior privado responde por aproximadamente 75% de todos os estudantes no ensino superior no Brasil atualmente. Estima-se que no período de 2 anos, entre 2011 e 2013, os lucros das empresas com investimento de fundos internacionais passou de 24,7 bilhões para 32 bilhões de reais. A recente fusão do grupo Kroton – Anhanguera proporcionou, no ano de 2013, que a empresa contasse com 800 unidades de ensino superior e 810 escolas privadas da educação básica, sendo ainda destaque a ampla oferta de cursos na modalidade à distância. Os principais propulsores desse quadro de ampliação desenfreada de matrículas têm sido as políticas de subsídio do Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Vide ROUSSELET, F.; FARIA, G. **Educação sob o domínio do capital**. Estrangeiro. Revista Forum. 23 Ago 2013; GUILHERME, P. GLENIA, P. **Faturamento de faculdades privadas cresce 30% e 2 anos, estima estudo**. G1 Educação. 28 Ago 2013.

Frente a tal contexto, os estudantes têm lutado contra o autoritarismo na universidade pública, sendo que a violência contra a classe trabalhadora na universidade tem forte expressão na opressão e discriminação do negro.

O problema que se apresenta vai além do debate sobre a presença de estudantes negros em universidades públicas brasileiras, ultrapassa pensar sobre a essa desigualdade, chamando a atenção para a questão da permanência dos mesmos nesses espaços e sua condição objetiva perante o mercado de trabalho.

Com efeito, a negação do acesso ao trabalho é uma marca evidente da condição de vida dos negros e negras da classe trabalhadora, especialmente na vida das mulheres. Dependendo da venda de sua força de trabalho, é notável que muitos são os indivíduos negros que não podem, não percebem ou não querem enfrentar as justificativas infundadas para a não contratação no mercado de trabalho, autoritarismos, opressões diversas, ameaças e demissões. É evidente que a fragmentação da vida e a divisão social do trabalho, como aspectos fundantes do mundo capitalista, são constitutivas das perspectivas de mundo e também impõem condições objetivas que impossibilitam os sujeitos de atuar contra-hegemonicamente.

É válido também, nesse sentido, que os indivíduos realizam escolhas, pois “a consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX, ENGELS, 2007, p.94). Como as manifestações particulares da realidade não estão desconectadas dos aspectos ligados ao universal, afirma Iasi (2015, online) que “[...] a partir da diversidade de manifestações particulares podemos encontrar nitidamente, uma linha universal quando falamos em consciência de classe”.

Essa é uma problematização necessária, no sentido de que não trato de avaliar as atitudes de Nicolas e de Laís, supondo, de meu ponto de análise, se um ou outro seria “mais ou menos revolucionário”, mas de apontar o fato de que suas manifestações conscientes reais confirmam a necessidade da luta conjunta – ambos agem na contramão da atual cooptação para uma espécie de concessão de alguns acessos por parte da classe dominante e afastando-os da ilusão de que “cada um tem seu lugar”, o que geraria a ‘acomodação’ e o amoldamento à ordem vigente por meio unicamente dos modos convencionais e legais de luta (IASI, 2002).

Considero, porém, que não apenas as relações de discriminação seriam ‘dotadas’ de alienação, tampouco desenvolvimento da consciência de classe seria isento de alienação.

No que se refere às formas de consciência, por conseguinte, há um debate profundo atualmente acerca dos limites da luta norteadas pela perspectiva particularista e culturalista, ou seja, quando se pretende resolver a opressão que recai sobre os negros e negras da classe trabalhadora, sem o alcance, reconhecimento e ações em torno da necessidade de superação do capitalismo, como uma ‘questão racial’ em si.

No plano da ideologia, trato no terceiro capítulo acerca da forma como têm se dado as lutas sociais no capitalismo, explicitando com maior profundidade o contexto no qual emerge, frente às contradições das lutas de classes, a noção possibilista que concebe que a revolução social se dê de forma fragmentada e descolada da necessária revolução das forças produtivas nesse processo, como se toda manifestação particular representasse, agregasse e pudesse concretamente revolucionar um mundo que não teria mais a contradição entre capital e trabalho, supõem, por centralidade²³. Vale ressaltar a colocação de Montaño e Duriguetto (2011, p. 118) acerca do problema:

É na contramão do anteriormente afirmado que autores liberais, acionalistas, pós-modernos, culturalistas [...], vão separar e caracterizar as “lutas de classes” e as “lutas sociais” como processos diferentes, fundados supostamente em fenômenos distintos. Concebem as *lutas sociais* como as ações orientadas àquelas manifestações da “questão social”, por se vincularem a questões não diretamente relacionadas à contradição capital-trabalho (como no caso das *lutas de classes*) e não centradas na estrutura de classes, mas nas heterogêneas dinâmicas sociais.

Essa condição se apresenta na realidade dos movimentos sociais e é uma expressão da alienação que deve ser superada, sob condição de sufocar a coletividade. É certo que penso ser necessário o apoio às causas particulares, porém no sentido de que agregar e reconhecer uma unidade na luta de toda a

²³ Para os pensadores que sustentam tais concepções em torno de uma suposta ‘era pós-moderna’, essa seria conduzida por relações sociais de um novo ‘paradigma social’. Sobre essa ideologia, destaca-se a proposição de Santos (2007) sobre a ‘pós-modernidade da contestação’, favorecendo o pensamento de que os movimentos sociais deveriam ‘reinventar a emancipação social’, na busca por resolver questões de grupos sociais. Essa discussão sobre a requisição da identidade fragmentária e ‘pós-moderna’ será ainda aprofundada no decorrer do terceiro capítulo, quando trato de sua base material.

classe trabalhadora contra todas as formas de exploração, pelo fim da propriedade privada e das classes. Ou seja, a totalidade não exclui a particularidade, tanto quanto pluralismo não significa anulação da dialética em prol de uma vaga ideia de diversidade (RIBEIRO, 2014).

O vídeo e a letra da música ‘Boa esperança’²⁴, lançada no ano de 2015, do cantor Emicida, permite-nos uma análise muito fértil acerca dos movimentos sociais no capitalismo contemporâneo.

O jovem cantor é um indivíduo oriundo da classe trabalhadora, comprometido com a luta contra o racismo, ligado às manifestações culturais dos negros e negras da classe trabalhadora, com o apoio de diversos outros músicos e membros desta classe, que também permitiram que essa manifestação ocorresse. Sua nova música suscitou um debate muito forte acerca da luta de classes no país, ressaltando o trabalho das mulheres negras nas mansões de famílias ricas de São Paulo. São retratadas de forma viva as condições de humilhação, racismo e o poder econômico da burguesia sobre os trabalhadores.

O que foi apresentado fundamentalmente é que a luta dos negros contra o racismo deve envolver a luta por melhores condições de trabalho. Seu pensamento sobre a realidade aponta, com razão, que os camburões dos carros de polícia parecem “negreiros a retrafficar / Favela ainda é senzala [...] bomba relógio prestes a estourar” (EMICIDA, 2015, online) Também acerca das lutas contra outras formas de desigualdade, as quais não se farão apenas com reivindicações mediadas pela burocracia ou pelos mecanismos estatais, afirma que apenas se “Cura baixa escolaridade com auto de resistência” (EMICIDA, 2015, online). Nesse sentido, os negros possuem um papel fundamental, dado que, submetidos às condições de exploração universais da classe trabalhadora, o racismo aprofunda essas mesmas condições e apenas com uma perspectiva revolucionária mudaremos essa realidade.

O ponto central ao qual darei relevância está presente no decorrer da música de Emicida, acerca da necessária revolta dos negros trabalhadores contra a burguesia, qual seja, a luta pelo poder, o que envolve necessariamente

²⁴ Vide vídeo oficial divulgado no web site da revista Rolling Stone, em matéria intitulada: ‘Emicida expõe a luta de classes e o preconceito racial no impactante clipe de “Boa Esperança”’. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/blog/cultura-de-rua/emicida-expoe-luta-de-classes-e-o-preconceito-racial-no-impactante-clipe-de-boja-esperanca>>. Acesso em 03 Nov 2015.

o debate sobre a consciência. As perguntas que lanço são: o que seria esse ‘poder’, para quem e para quê?

Primeiramente, há no vídeo oficial uma evidente elevação das questões particulares como se fossem, elas mesmas, o universal, ou seja, concebe-se equivocadamente o que seria particularidade e universalidade, anulando a relação dialética entre ambos. Isso ocorre à medida que fica autorizada a atitude machista de um homem negro que, a fim de consolidar a ameaça física e psicológica durante a revolta contra os indivíduos da classe dominante (e não estou, com isso, defendendo que a luta contra a burguesia seria isenta de confronto direto), pretende mostrar que ‘está no poder’, apontando uma garrafa de vidro quebrada a uma das mulheres brancas desta classe e beijando-a na frente dos outros indivíduos, o que aparentemente ‘faria com que ela sentisse vontade’ de ter relações sociais sexuais com ele. A inversão apresentada aponta que a dominação física por parte dos negros equalizaria o racismo e seria contra-hegemônica, pois agora um homem negro e pobre poderia ter relações sociais sexuais com uma mulher de cor da pele branca burguesa.

Na verdade, esse momento revela o aspecto da busca machista pela sujeição feminina, que recai fortemente sobre as mulheres negras da classe trabalhadora, configurando-se numa “expressão da alienação do trabalho nas relações sociais sexuais” (PEREIRA, 2015, p. 128), mas que está presente na classe dominante já que, nas sociedades de classes, a propriedade privada é primordialmente reservada e conduzida pelos indivíduos masculinos (LESSA, 2012), apesar de se dar em peso e medida muitíssimo menores em comparação às expressões do machismo e da exploração da mulher da classe trabalhadora – a qual só conta com a venda da força de trabalho para viver, porém imposta a duplas, triplas jornadas de trabalho e outras opressões classistas (PEREIRA, 2015).

Ocorre que essa condição possui o mesmo fundamento pelo qual há uma preferência para que homens negros trabalhem em postos de guarda e como motoristas, enquanto mulheres negras no serviço doméstico, fundamento este que deveria ser ao menos combatido para ser superado em termos de ação

política: o fetiche²⁵ sobre a propriedade privada e nas relações de trabalho, ou seja, da exploração.

Evidentemente que a condição das trabalhadoras domésticas historicamente é marcada pela desregulamentação em termos de direitos trabalhistas²⁶. Porém, lanço foco nos horizontes da luta contra o racismo no mercado de trabalho, ou seja, até que ponto visa-se a constituir uma sociedade livre da propriedade privada, do trabalho alienado e das classes.

Outro aspecto de importante discussão é que “empregadas domésticas de uma mansão se rebelaram e fizeram seus patrões de reféns hoje à tarde na zona sul de São Paulo. [...] Entre as reivindicações estão: mais respeito, dignidade e melhores condições de trabalho.” (EMICIDA, 2015, online).

Por um lado, grande parte dos indivíduos da classe trabalhadora e da classe dominante conceberia em sua forma de consciência imediata que isso seria um ato odioso e injustificável e as mesmas sofreriam as consequências do direito e da repressão policial em defesa da propriedade privada. Brecht deixou-nos um apontamento acerca disso, quando diz que “do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”²⁷. Por outro lado, essa forma de consciência acerca da necessidade de direitos

²⁵ Marx (2013) se debruçou no estudo sobre o caráter enigmático que assume a mercadoria na sociedade capitalista, pelo qual a nossa necessidade sobre a mesma, bem como o modo como ela aparece para nós em termos de consciência acerca da sua existência possui uma forma que é socialmente dada. Socialmente, advém da essência do valor de troca, o caráter de ocultação de que, como produtos do trabalho, as mercadorias deveriam ter valor de uso, e de mistificação do dispêndio de trabalho necessário para sua produção e da valorização dos produtos, o que permite elucubrações acerca dessas frações da propriedade privada. Acerca do fetiche sobre o dinheiro e sua marca nas relações sociais sexuais, quando se espera que um companheiro ‘ideal’ seria aquele que ‘tudo pudesse pagar’, aquele ‘temido por todos’, ou uma mulher sem posses que realize o serviço doméstico (PEREIRA, 2015). Marx (2013) ainda permeia o fetiche sobre o capital, do qual infiro que o empregador, para não descolarmos do racismo contra os negros no mercado de trabalho, pode esperar encontrar uma trabalhadora negra de estatura baixa e ‘braços fortes’, aludindo que a mesma seria dotada de ‘capacidades inatas’ para a cozinha, sendo que espera, na verdade, ‘melhor negociar’ seu salário, fazê-la acumular funções, como no serviço de limpeza; também pode se esperar uma mulher jovem negra ‘mulata’ de cabelo ‘alisado’ para funções secundárias, mas ainda de algum contato direto com clientes, ou um homem negro alto de cor da pele ‘mais escura’ para um posto de guarda, dizendo que ele teria o ‘perfil’ do agir bruto, quando, na verdade, aponta que seu salário baixo estaria relacionado com a falta de qualificação, o que, para essa função, é um absurdo.

²⁶ Apenas no ano de 2013, o trabalho doméstico teve respaldo legal para uma forma ainda parca de regulamentação trabalhista em termos de jornada diária, porém a maior parte dos trabalhadores ainda está desregulamentada, já que os empregadores não querem arcar com custos maiores e os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para viverem. No ano de 2015, foram regulamentados pelo Senado o seguro-desemprego, salário-família, auxílio creche e pré-escola, adicional noturno, seguro contra acidentes de trabalho, indenização em caso de demissão sem justa causa e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço pago pelo empregador.

²⁷ BRECHT, B. Da violência. Disponível em: <www.mepr.org.br>. Acesso em 20 Nov 2015.

trabalhistas e de direitos humanos aparece fragmentada e não significa, necessariamente, uma consciência revolucionária. Primeiramente, porque

só se pode apelar com realismo para a importância crescente de uma consciência social totalizadora, evocando-se, ao mesmo tempo, as *mediações materiais* necessárias – que buscam a superação da fragmentação do trabalho existente – por meio das quais se torna inicialmente possível o desenvolvimento dessa consciência (MÉSZÁROS, 2012, p. 387)

A movimentação dos indivíduos na luta contra o racismo, por conseguinte, se insere no processo de formação da consciência de classe, na medida em que parte do reconhecimento de uma questão particular, a qual se confunde com as questões universais à vida dos trabalhadores. Obviamente que é mostrado no vídeo, a complexa relação entre suportar as humilhações racistas e fazer o enfrentamento dialogado, isolado ou coletivamente, o que poderia implicar na demissão imediata dos trabalhadores. Porém, não se pode ter a ilusão de que aquela revolta conjunta teria significado o reconhecimento da unidade de ação na luta contra o capital ou ainda que, após as reivindicações isoladas, a revolução teria se realizado.

Em meio à cisão crescente e até mesmo de oposição dentro da classe trabalhadora atualmente, entretanto, destacam-se pontuais expressões que nos impõem pensar como é complexa a relação dialética entre particular e universal e como é necessária a discussão da consciência de classe.

Tomarei por base, nesse sentido, o processo de lutas impulsionado centralmente pela greve dos garis no Rio de Janeiro e Niterói, pois concebo que seu significado foi muito importante.

Durante o carnaval de 2014, no Rio de Janeiro, iniciou-se estrategicamente uma greve por parte dos garis. Frente ao enorme montante de lixo acumulado nas ruas e após as tentativas frustradas de descaracterizar a greve por meio de reportagens sensacionalistas acerca dos prejuízos à população e com ameaças sobre a suposta ilegalidade da greve. A categoria de trabalhadores não se deu por vencida e o governo estadual do Rio iniciou as tentativas de negociação.

Em nota, a Central Sindical e Popular (CSP – Conlutas), a qual teve papel importante na movimentação, apoiou constantemente a greve, ressaltando que se tratou de uma paralização que permaneceu enquanto não obtiveram um

aumento de salário significativo (de 37%, apesar de que, em termos de salários, significou a recomposição para apenas R\$ 1.100,00, bem como aumento no valor do vale-refeição).

Acerca da CSP – Conlutas, afirma Mattos (2014, p.94) que

A novidade e potencialidade dessa nova Central é sua proposta de **reunir não apenas sindicatos**, mas também **movimentos sindicais que representam outra face da luta dos trabalhadores**, como movimentos de luta pela terra no campo e por moradias nas cidades, organizações de **luta contra o racismo**, movimentos estudantis, entre outros.

De fato, o fortalecimento de organização da greve à margem da organização sindical tradicional e formalista, em termos de análise de conjuntura, estava pautado na ideia de que os gastos absurdos com a Copa do Mundo, bem como com o Carnaval no Rio de Janeiro e os reajustes de 26% nos salários dos parlamentares à época, não implicavam de forma alguma melhores condições de trabalho, de vida, nem aumento nos salários. Pelo contrário, esse contexto se dá em meio às justificativas sobre o momento de crise internacional e necessidade de ‘contenção de gastos’.

Daí que a perspectiva de crítica ao contexto da Copa do Mundo, que balizou parte da revolta dos ‘movimentos urbanos’ no ano de 2014, estava presente numa ação direta de greve, com o instrumento da acumulação do lixo durante o Carnaval. A resolução desse impasse não se deu de forma rápida nem simples, tanto que, como meio de enfraquecimento do movimento, valeu-se da precarização e da desmoralização, iniciando um processo de contratação de trabalhadores temporários.

Como os negros em regime estatutário no funcionalismo público representam mais de 70% dos trabalhadores no setor de coletores de lixo e material reciclável (vide tabela da página 21), a massiva presença dos negros organizados naquele momento suscitava, nas redes sociais, debates acerca da realidade imposta ao negro no mercado de trabalho (como se afirmava nas faixas, diziam os trabalhadores: “—Não somos lixo!”).

A imagem a seguir retrata o conjunto da categoria profissional e revela a maioria absoluta de trabalhadores negros.



Foto de Mídia Ninja, durante a greve dos garis do Rio de Janeiro de 2014. Uso livre.

No mesmo período, os garis de Niterói, em número muito menor, iniciaram uma manifestação de greve. Os trabalhadores de Niterói, da empresa, Clin, buscavam centralmente equiparar seus salários com os dos garis da Comlurb, do Rio de Janeiro, no entanto, tiveram de aceitar o reajuste pago em duas vezes, restando a ‘promessa’ de equiparação para o ano de 2015.

Após duas semanas do término da greve dos garis do Rio de Janeiro e em meio à greve de Niterói, quando ocorreu o I Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP – Conlutas, contou-se com representação de diversas entidades nacionais, como o Quilombo Raça e Classe, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), Aldeia Maracanã, inclusive dos Garis de Niterói. A perspectiva do encontro foi a unidade nas lutas da classe trabalhadora contra todo o sistema de exploração e opressão do negro no Brasil. Nesse sentido, o foco lançado foi sobre as lutas contra o racismo, de forma que essa luta deveria se orientar nas lutas da classe trabalhadora contra a lógica do capital, a exemplo das greves dos garis.

Segundo o representante do Quilombo Raça e Classe, **“Falar de racismo é falar da resistência. [...] Os garis, negros e negras, varreram a ideia que não é possível vencer”** ²⁸. O gari Luiz Fernando também colocou: “[...] estou nessa luta, pois quero estar junto aos negros e negras e alcançar o que é de cada um de nós” ²⁹. O representante da organização sindical dos metalúrgicos na África do Sul afirmou, por sua vez, que **“precisamos acabar com o sistema capitalista”** ³⁰.

Por isso, Abramides (2014, p. 244, grifos meus) pontua que

Essas frentes classistas podem se consolidar como frentes de lutas para avançar na luta de resistência, combate ao neoliberalismo, ao sindicalismo governista, de resultados no horizonte do socialismo e do projeto de emancipação humana.

Em termos de ação política, de fato, houve o apoio a uma nova greve, na qual se uniam os operários do Comperj e trabalhadoras da cozinha. Uma trabalhadora afirmou que **“Sem a gente o Comperj não vai andar. Nós mulheres decidimos que amanhã nossa luta vai continuar”** ³¹. Por isso, no decorrer do encontro, formou-se a ideia de que são necessárias *greves mais amplas*, partindo do reconhecimento da resistência das negras e negros no mercado de trabalho, especialmente nos ramos do operariado, sendo preciso, ademais, o *fortalecimento da organização sindical, de modo autônomo*, desde o ambiente de trabalho aos setores comuns, que possibilitem *avanços em sua reivindicações e formas de luta alternativas*.

Essas ações visam à luta contra os limites impostos, como chamou Martins (2012b), à participação social ativa dos trabalhadores negros na ‘questão social’ brasileira, articulando ações contra as investidas do capital, as quais partem do movimento real da luta de classes.

Por conseguinte, apontou-se, na Resolução sobre a organização de negros e negras na estrutura e base da CSP – Conlutas, que o racismo aparece de forma secundária nas prioridades das demandas do operariado:

²⁸ Vide CSP. **1º Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP – Conlutas é sucesso com presença de 1500**. Central Sindical e Popular CSP – Conlutas, 23 Mar 2014. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2014/03/1o-encontro-nacional-de-negras-e-negros-da-csp-conlutas-e-sucesso-com-a-presenca-de-1-500-pessoas/>>. Acesso em 01 Nov 2015.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

1. No interior dos movimentos sociais – sindical, estudantil, de mulheres, LGBT, popular, etc. –, **um dos principais reflexos do “mito da democracia” é a invisibilização da questão racial em todos seus aspectos** – da história às reais condições de vida de negros e negras –, o que faz com que **a abordagem sobre os temas relacionados ao racismo seja formal, secundarizada ou simplesmente menosprezada.**

2 Que **reverter esta situação é uma tarefa extremamente difícil, já que esta postura está profundamente enraizada na própria história dos movimentos operário e sociais do Brasil, particularmente pela forte tradição que o populismo (fortemente alicerçado no mito da democracia racial) e o stalinismo (que, na prática, sempre se recusou a fazer um debate de raça e classe) tiveram em nossa história**³².

A fragmentação no mundo do trabalho, primeiramente apontada, é um desafio atual à organização da resistência contra o racismo. O último ponto também é muito importante, tendo em vista que uma consciência revolucionária não vislumbra ações que deixam blindados o capital. Por isso o destaque para a unidade dos movimentos grevistas, estudantis, feministas, entre outros, no combate ao racismo, especialmente sobre os operários, já que formam grupos de trabalhadores diretamente produtivos para o capital, ou seja, são expropriados ao produzirem diretamente a riqueza para os donos dos meios de produção (MARX, 2013).

Tanto é necessária essa união e o fortalecimento da resistência numa perspectiva coletiva, que a fragmentação impõe sérias respostas do capital à classe trabalhadora. Se as greves dos garis do Rio de Janeiro e Niterói em 2014 foram símbolo de resistência, continuidade e ampliação da organização de trabalhadores, tanto que se desdobraram em novas greves no ano de 2015, essas últimas sofreram perdas. A greve dos garis do Rio de Janeiro foi reprimida por meio de demissões arbitrárias, como bem ilustra Souto Maior (2015, online, grifos meus) acerca das formas de burlar a discriminação sindical:

A jurisprudência trabalhista admite, é verdade, **a dispensa por justa causa no caso de participação em greve declarada abusiva ou ilegal**, mas esse efeito, conforme prevê essa mesma jurisprudência, **depende da individualização da conduta, exigindo-se uma participação ativa e a prática de atos que possam, em si, quebrar, de forma indelével, o vínculo de boa-fé, extrapolando, pois, a própria greve**, uma vez que a ordem

³² Idem.

jurídica internacional é bastante rígida quanto à rejeição de qualquer prática do empregador que possa se aproximar de uma discriminação sindical.

[...]

Como noticia a reportagem de Cláudia Freitas do *Jornal do Brasil*, “no comunicado de demissão recebido por Bruno, assim como por outros representantes do movimento grevista, a Comlurb citou que o funcionário se ausentou sem justificativa em ao menos sete oportunidades no mês de março e que os grevistas desrespeitaram decisão judicial do TRT (Tribunal Regional do Trabalho), que declarou liminarmente a abusividade e a ilegalidade da greve. Disse ainda que **o empregado “comandou, incentivou e participou de piquetes e ações para coagir e forçar os demais empregados a aderir à greve ilegal”**.

Percebe-se, pois, claramente, a **adoção de “cuidados” jurídicos para enquadrar melhor a justa causa dos grevistas, para tentar obscurecer a real motivação política do ato**, traduzida na punição daqueles que incentivaram e impulsionaram o movimento grevista, o que representa a **transmissão de recados tácitos do governo aos garis: “não negociaremos com grevistas”, “não toleraremos greves”, “vamos excluir os trabalhadores que lutam por melhores direitos”**.

O que infiro deste trecho é que o traço em comum entre as lutas imediatas, por melhores condições de trabalho, ou das lutas com perspectiva de superação do capitalismo, está no fato das lutas sociais no capitalismo, por sua realidade e condição fragmentada, subordinadas ao direito burguês, possuírem seus limites evidentes quanto à participação negra, mas que ao mesmo tempo colocam sua necessidade de ampliação.

Isso se dá de tal forma, que a resistência das negras e negros e sua revolta são utilizadas ideologicamente de modo deturpado para a blindagem do capital. Também mostra a necessidade de organização de toda a classe trabalhadora em suas lutas. Resumindo: um gari, enquanto trabalhador negro revoltado, ao lutar por melhores condições de vida em seu segmento de atividade, aparece frente ao domínio do capital e ao seu regime de terceirizado, como um trabalhador excessivamente revoltado, ou seja, sua condição universal no direito de organizar-se como trabalhador é criminalizada, restando-lhe sua **condição objetiva perante o mercado de trabalho como negro desempregado!**

Daí que a história de resistência da classe trabalhadora contra o racismo não pode ser perdida, deve continuar na perspectiva de ação da classe trabalhadora em sua unidade, sendo este o único caminho possível para a superação da opressão que recai sobre as negras e os negros no mercado de trabalho. Desse modo, as perspectivas do I Encontro de Negras e Negros do CSP – Conlutas merecem um destaque, quanto ao reconhecimento de que as manifestações conjuntas da classe trabalhadora contra o racismo, aquelas que abrem brechas à

blindagem do capital, são estritamente necessárias e devem ser continuamente e estrategicamente estudadas em suas possibilidades concretas na luta de classes.

Ademais, seu destaque se deve ao modo pelo qual **retirou do foco da luta o âmbito restrito à ideologia, na compreensão de que a luta de resistência não se dá apenas em torno da deslegitimação da ideologia dominante, mas contra seu poder real, o capital, o que é fundamental para o processo de consciência de classe e da resistência negra.**

Imaginamos sempre o que virá no porvir dessas lutas. Pensar especialmente sobre a dificuldade atual de organização da classe trabalhadora por questões por vezes muito mais simples, tem sido imprescindível.

No capítulo 2, em face dessa constatação, busco aprofundar a relação entre ideologia e alienação, suscitando as razões pelas quais a história do racismo, ressaltadas suas particularidades, se inscreve e se confunde – ou seja, é constitutiva – da história da classe trabalhadora, mas também como essa relação sempre foi fragmentada pelo mundo capitalista.

Capítulo 2. A pele que habito³³: sobre a chamada questão ‘racial’

A expressão “questão racial” foi e ainda é correntemente utilizada por muitos estudiosos dedicados ao tema da condição social do negro no Brasil e até mesmo no mundo. Obviamente que, como parte do discurso dos indivíduos que lutam por uma sociedade igualitária, a expressão é conhecida por ser usada para evidenciar as expressões sempre perversas do racismo em nossa sociedade e a necessária luta pelo fim da discriminação do negro.

Porém, no processo real da luta de classes, a expressão adquiriu um sentido controverso, intimamente ligado à ideologia dominante, que fragmenta as relações e visa à manutenção do *status quo* da dominação do capital sobre a classe trabalhadora.

Isso não se deu de uma forma repentina, nem mesmo pontual. Seu movimento nas ciências sociais tratou de relativizar o conhecimento científico, como herança irracionalista especialmente de um contexto histórico de decadência ideológica da burguesia, marcado pelo positivismo. Essa estratégia da classe dominante, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, inseria-se nas pretensões de “revolucionar” os estudos até então vigentes. A começar pelas investidas em torno da edificação de áreas de estudos que “em si mesmas” teriam o papel de destrinchar as relações sociais, categorizando-as em torno de conceitos e ‘resolvendo’ os problemas sociais que se colocavam na realidade.

Esse movimento se constituiu numa reação conservadora às teses marxianas por parte da burguesia, no sentido de promover a expansão capitalista na fase imperialista do capitalismo, especialmente com a força da burguesia alemã e nas pretensões colonialistas de divisão do mundo não-europeu (OLIVEIRA, 2008), sendo que a grande difusão desse assentamento de ideias se constituiu como ciência burguesa, especialmente em torno da Sociologia, como bem coloca Lukács (1981).

Fato é que o uso do termo, apesar de não remeter à suposta existência de uma contradição entre ‘raças’ de indivíduos – como se dá nas teses racistas mais conhecidas –, tem grande presença nos estudos sociológicos que buscaram explicar o racismo como fenômeno ‘para além das classes sociais’, já que representaria,

³³ O título foi empregado originalmente por Pedro Almodóvar para o filme *A pele que habito* (2011).

segundo essa concepção, um fenômeno no qual também estariam presentes conflitos 'raciais' (quando há menções pejorativas às supostas diferenças físicas que haveriam entre negros e brancos, a chamada 'percepção social das diferenças físicas') e 'étnicos' (nos quais aspectos culturais de um grupo seriam discriminados - geralmente com características físicas que os agrupariam)³⁴. Dessa forma, muitas nomenclaturas foram apresentadas no campo das chamadas relações 'raciais', como a desigualdade 'racial' e a questão 'racial'.

Esse tipo de abordagem, não busca exprimir que, de fato, existam 'raças' de indivíduos, mas sim variações de uma única espécie humana, assumindo que se trata de uma questão 'racial' devido à existência real de condições que articulam uma ideia falsa - a inferioridade do negro sob a noção de 'raça'.

Porém, a primeira inquietação que suscito sobre essa concepção - em que o racismo é entendido de modo segmentado, ou seja, no qual atuariam múltiplos conflitos - é que a formulação do 'conflito racial' aparece, em termos de consciência social, como uma espécie de mistificação do real, mas fundamentalmente é atributo de uma estratégia ideológica dominante, como marca evidente da Sociologia de Weber.

³⁴ Grande parte dos sociólogos contemporâneos satisfizeram suas inquietações na tentativa de refutar o materialismo histórico-dialético, recuperando argumentos weberianos ao assumirem a perspectiva na qual o conflito aparece como um 'tipo ideal' de compreensão sociológica da sociedade, ou seja, o 'conflito racial' aparece como estrutura de análise que seria um núcleo envolto por um conjunto de características, estando subordinadas a sua esfera precedente, a 'esfera do conflito'. Sendo assim, busca-se por aproximações dos fenômenos históricos por meio de estruturas, como entre o 'conflito' e constructo ideal 'conflito racial'. O que decorre disso, é que, se pretende limitar um fenômeno a conceitos, não para limitar sua análise, mas supostamente isso permitiria analisar o todo a partir de uma estrutura predefinida para o alcance de generalizações. Por isso, tais autores consideram a luta de classes uma espécie de 'arena de conflito' que teria sua importância, já que há opressões de classe evidentes, mas afirmam que isso não daria respostas aos chamados conflitos 'racial' e 'étnico', os quais seriam formas específicas de conflito. Um exemplo deste tipo de abordagem pode ser visto em REX, J. **Raça e etnia**. Lisboa: Estampa, 1987.

Outro recurso do 'tipo ideal', por exemplo, foi utilizado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), quando se afirma que a característica fundante da formação do povo brasileiro, ou ainda da 'raça brasileira', seria o 'homem cordial'. Contudo, essa busca pela delimitação de um fenômeno através de um conceito apenas gera distanciamento do real e subjetivismos, tanto que o recurso à metafísica é inevitável nesses casos, como menções ao 'espírito da cordialidade', o 'termômetro das relações raciais', o 'espírito do capitalismo'.

Sobre Max Weber (2003), por fim, ao tratar a classe social como se fosse uma das dimensões da 'estrutura social' (também é tipo ideal), o autor nega o determinismo biológico, mas afirmando que a falsa ideia de que existiriam 'raças' seria determinante na formação de grupos e comunidades. Por isso o 'conflito racial' não seria um conjunto de relações determinadas, mas de relações que determinariam a dinâmica das classes. Então Weber (2003) concebe a subsequente ideia de que o modo de produção (base material) poderia estar subordinado à cultura, reconceituando 'raça' na Sociologia.

No que se refere ao tema aqui proposto, vemos que algumas formulações decorrem dessa inflexão, da pretensa existência de um 'campo racial' e um 'campo da classe', por exemplo, quando são analisadas as atitudes preconceituosas tomadas contra os indivíduos negros, em que muitos estudiosos afirmam que o pensamento social sobre as características físicas 'próprias dos negros' deve ser entendido como aspecto de 'raça', mas não biologicamente. Desse modo trabalha-se com aquilo que está posto no pensamento social, parte-se de uma representação do real.

É justamente sobre a concepção de que poderia haver exclusividade de características físicas de um grupo, logicamente atreladas à cor da pele - ideia que aceita necessariamente certo determinismo biológico - que inicio este capítulo, pois pretendo neste início tecer considerações a fim de explicitar a relação entre ideologia e alienação, que marca a importância da cor da pele para o racismo no mundo e para as lutas sociais contra o racismo, especialmente no Brasil.

Não pretendo, com isso, retirar o mérito dos estudos comprometidos na luta contra a escravidão, contra a discriminação da cor da pele no mercado de trabalho ou ainda na luta pela superação do modo de produção capitalista. Ao argumentar sobre a impossibilidade científica de existirem características físicas únicas e fixas, tampouco atreladas à cor da pele, busco por evidenciar a essência das formas de pensamento que justificam o racismo, entendendo-as historicamente, como parte integrante da racionalidade da classe dominante, aspecto esse de necessário esclarecimento para a luta contra a opressão do negro, na perspectiva da real emancipação da humanidade.

Tratar do tema do ponto de vista das classes sociais, por conseguinte, não significa que desconsidere a desigualdade que recai majoritariamente sobre a população negra no Brasil devido à suposição das 'raças'. Mas, ao compreender a desigualdade em sua essência, penso que ela é uma das expressões da questão social³⁵. Concebo o racismo, nesse sentido, como um tempo histórico determinado na luta de classes no mundo, de uma ideologia sustentada nas condições de

³⁵ Aqui entendo, partindo de Netto (2001), que a questão social tem sua gênese na luta de classes, na contradição entre capital e trabalho, especialmente na forma pela qual a expropriação é necessária ao desenvolvimento das relações capitalistas, as relações sociais que são fundadas na desigualdade entre uma classe que é detentora dos meios fundamentais de produção e a classe trabalhadora (sendo o marco dessa dissociação o seu momento como classe operária industrial), que depende da venda da força de trabalho para viver.

produção da vida no desenvolvimento da sociedade capitalista. Ao analisar o real, almejo desvelar aquilo que está posto, que se pensa existir.

Colocar em evidência o sentido da ‘questão racial’ não é uma gratuidade de minha parte. Afinal, não será apenas com a mudança de uma expressão nos trabalhos acadêmicos, jornais ou códigos do Direito, que os indivíduos serão menos racistas na vida cotidiana.

Na análise da discriminação do negro em nossa sociedade racista, as razões pelas quais se concebe que indivíduos que possuem a cor da pele negra teriam determinados atributos genéticos e fenotípicos ‘exclusivos’, apenas é útil para formas de discriminação sobre sua posição social nessa sociedade. Reforçando, ademais, a tese de que a luta de classes não explicaria a totalidade da vida social que se expressa no racismo.

Esses dois aspectos, presentes na sociologia weberiana, mas que marcam profundamente as discussões sobre o racismo atualmente devem ser inicialmente esclarecidos, pois essa distinção tem uma utilidade imediata nas formas de exploração do trabalho.

As variadas situações nas quais os indivíduos que resistem cotidianamente com o preconceito se encontram, por exemplo, frente à progressiva repressão policial, homicídios e as demais situações de privação e constrangimento cotidianas vividas pela população negra da classe trabalhadora, têm provado que o racismo, em suas diversas expressões, é atributo da racionalidade burguesa.

Como pode ser observado no documento a seguir, a Ordem de Serviço (OS) nº 8 BPMI 822/20/12, da 2ª Companhia da Polícia Militar, constam orientações de abordagem, na região do Taquaral, em Campinas/SP, em 21 de Dezembro de 2012, “especialmente em **indivíduos de cor parda e negra, com idade aparentemente de 18 a 25 anos, os quais sempre estão em grupo de 3 a 5 indivíduos na prática de roubo a residência daquela localidade**”.



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, 21 de dezembro de 2012.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 8º BPMI-822/20/12

Do Comandante da 2ª Cia PM.

Aos CGP II – Equipe “TODOS”.

Assunto: Intensificação do policiamento – Taquaral.

1. Esses CGP II deverão conhecer e providenciar para que a viatura do Taquaral (AISP 208-AB) realize o patrulhamento preventivo e ostensivo (saturação), pela Rua Castro Alves, Avenida Júlio Diniz, Rua Baronesa Geraldo de Resende e Rua do Oratório – Campinas – SP, na proximidade do Colégio Liceu Salesiano e imediações aos sábados no horário das 11h00min as 14h00min, **sem prejuízo no atendimento de ocorrências, no período de 21DEZ12 a 21JAN13, focando em abordagens a transeuntes e em veículos em atitude suspeita, especialmente indivíduos de cor parda e negra com idade aparentemente de 18 a 25 anos, os quais sempre estão em grupo de 3 a 5 indivíduos na prática de roubo a residência daquela localidade.**

2. Os CGP II e as guarnições designadas deverão constar em RSO o horário das rondas, referenciando esta ORDEM DE SERVIÇO.


UBIRATAN DE CARVALHO GÓES BENEDUCCI
Cap PM – Comandante

Equipe “A”	1º Sgt PM Donelli	Data: 27/12/12	Ass: 
Equipe “B”	1º Sgt PM Fernando	Data: 28/12/12	Ass: 
Equipe “C”	3º Sgt PM Contiero	Data: 24/12/12	Ass: 
Equipe “D”	Sub Ten PM Belletti	Data: 22/12/12	Ass: 

No que se refere ao objeto deste estudo, a discriminação racista no mercado de trabalho e a resistência das negras e negros da classe trabalhadora, não se trata, portanto, de analisar o racismo a partir das relações nas quais se mostra a desigualdade de acesso ao trabalho, mas a partir do trabalho em sua forma alienada, explorado, no capitalismo; não partirei dos efeitos do determinismo biológico evolucionista, mas da análise do determinismo enquanto forma de pensamento determinada, ou seja, subordinada a um propósito e à forma das relações sociais na sociedade burguesa; não partirei da ideia de que a discriminação seria aspecto subordinado à esfera dos conflitos, mas a entendo como constitutiva das sociedades em que há luta de classes³⁶.

O pensamento 'racial' não é apenas uma forma de consciência sobre o 'outro' que poderia deixar de existir com a mudança de um nome, uma nomenclatura. Dado que ela é determinada pelo modo de ser dos seres sociais (MARX, ENGELS, 2007), a consciência exprime a concepção dos indivíduos sobre o mundo, sobre si mesmos. Sua necessária superação é uma possibilidade que está atrelada à revolução das forças produtivas articuladas na sociedade em sua totalidade, pelo fim do trabalho alienado, do fetiche inerente ao dinheiro - todas essas formas que, para existirem, exigem concretamente a discriminação - na perspectiva da sociedade comunista, conforme assinalou Netto (2001).

A perspectiva de Netto (2001) não é da supressão da particularidade dos indivíduos por uma determinada forma de ser, pelo contrário, concebe que a livre realização da particularidade do indivíduo só seja possível com a livre realização da universalidade, pois ambas relacionam-se dialeticamente. Portanto, o fim da discriminação não pode se dar nos marcos das relações do mundo do capital, relações opressoras, violentas, fundadas na subsunção do trabalho ao capital.

O capital, como veremos, não é um montante de dinheiro e alguns objetos, como a economia utilitarista propõe, afirmando que a classe trabalhadora, ao poupar salário, aportaria quantidades de capital para investir. Nesse sentido, é uma relação social, de oposição, fundante da contradição entre as classes.

Não pretendo negar que situações de discriminação possam acontecer com a ínfima parcela de negros que há na classe dominante, mas é válido ressaltar

³⁶ Como evidenciaram Marx e Engels (2012) acerca das sociedades posteriores às formações comunais primitivas, 'A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes' (MARX, ENGELS, 2012, p.23).

que a discriminação do negro no mercado de trabalho é um tema que evoca minha atenção para as condições de vida da classe que depende da venda de sua força de trabalho para viver.

Devido a esse fato, acredito ser necessário ponderar, por exemplo, sobre o equívoco das teorias de essência psicologizante - as quais corroboram com a ideia de que o ser é determinado pela sua consciência - que defendem que devido ao fato do negro no Brasil ser preconceituoso com outros indivíduos negros e até mesmo com sua condição, isso explicaria de forma contundente seu “insucesso” e o modo de ser visto no trabalho e nas ruas.

Contudo, devido a minha perspectiva de análise, não posso discutir limitando-me a termos meritocráticos burgueses, afirmando que as cotas segregariam enquanto o mercado liberal integraria, restando, portanto, análises sobre qual indivíduo mereceria ou não ser mais explorado. No entanto, neste início, posso esclarecer que aquela afirmação é expressão da forma alienada do trabalho no capitalismo, que se expressa nos diversos níveis da vida social, até mesmo no entendimento do indivíduo sobre si mesmo.

Não pretendo afirmar que os indivíduos são passivos em seus atos, mas atentar para o fato de que suas atitudes são marcadas pela alienação, que é produto complexo do todo social. Desse modo, a discriminação que fazem ao valorar as coisas, as concepções morais das quais compartilham, a necessidade de respostas imediatas na cotidianidade, até mesmo a escolha entre alternativas de valor - o que exprime a capacidade ética dos indivíduos –, especialmente sob o capitalismo, são dadas à base de mediações realizadas sobre a moral dominante, a moral da classe dominante. Desse modo, os indivíduos assumem os preceitos da moral dominante como verdade, internalizando-a e reproduzindo-a nos hábitos cotidianos (BARROCO, 2011).

Não há, nesse sentido, uma razão ‘natural’ para a discriminação, em que alguns indivíduos discriminariam e outros não. A opressão que dá seu caráter como forma violenta na vida cotidiana advém da alienação, do fundamento das sociedades de classes, portanto, expressa a forma como todas as relações sociais em nossa sociedade são marcadas por aspectos alienantes³⁷.

³⁷ A partir das considerações de Marx e Engels (2007) sobre o trabalho como categoria fundante do ser social, mostrando que “os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX,

O racismo, em sua lógica, contudo, não se resume a manifestações verbais preconceituosas contra negros ou contra brancos, nem mesmo pode se dar apenas na recolocação ocupacional formal de negros (considerada um ‘crime’ na economia liberal, para a qual estaria ocorrendo um ‘sistema de preferências’, algo nocivo à liberdade ‘individual’). Por isso é preciso ter claro sob quais relações se consubstancia a opressão do negro na sociedade capitalista em termos reais, até mesmo para que se possa definir as perspectivas das lutas que envolvem o fim dessa opressão.

Muitos estudiosos, nesse sentido, contribuíram analisando a relação entre a formação da classe trabalhadora no Brasil e a história de opressão do negro, argumentando sobre a ideia de que a luta de classes no país é também uma luta de ‘raças’³⁸ – ou ainda, a ideia de que há o racismo contra a ‘raça’ negra, assumindo que ontologicamente, somos todos iguais³⁹.

A chamada ‘sociologia das relações raciais’, que empreendeu grande parte dos estudos que contribuem na luta pelo fim do racismo no país e na superação do modo de produção capitalista⁴⁰, muito contribuiu para conhecermos a função da exploração do negro no período escravista para o advento do capitalismo⁴¹ e as condições de vida do negro na sociedade capitalista⁴².

ENGELS, 2007, p.94), vemos que a alienação do trabalho no capitalismo tem, ao mesmo tempo, um caráter alienante, ou seja, implica nas relações sociais serem marcadas pela alienação. Lukács (1978) apreendeu dos estudos de Marx e Engels o papel central do trabalho no desenvolvimento do ser social (genericamente humano). Nestes termos, o trabalho alienado, explorado - o trabalho em sua forma de mercadoria, já que não pertence aos trabalhadores, uma vez que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviverem no mundo dos valores de troca - implica em relações sociais competitivas, individualistas, fundadas na propriedade privada, portanto, as relações sociais são essencialmente marcadas (às vezes, totalmente reduzidas a essas formas) pela alienação, tanto nas atividades educativas e artísticas que apenas reproduzem o mundo ‘como ele é’, como na atuação política que visa ao *status quo*, no amor individualista, nos subjetivismos das inquietações existenciais que pressupõem a supressão das emoções reais, etc.

³⁸ Por exemplo, como aparece em FERNANDES, F. **Lutas de raças e de classes**. Teoria e Debate, Ed 2, 1988.

³⁹ Ideia assumida por Ianni (1978)

⁴⁰ Conforme afirma Ianni (1978) “[...] a noção sociológica de raça nos coloca diretamente diante de relações políticas, na medida em que as diferenças de atributos, traços, marcas, ou outros elementos fenotípicos e físicos, raciais ou não, são organizados e definidos pelas relações sociais de apropriação econômica e dominação política. [...] os problemas raciais seriam ininteligíveis se examinados em si, sem conexão com as relações, os processos e as estruturas econômicas e políticas que governam as condições básicas de estratificação, reprodução e mudança sociais [...] (IANNI, 1978, p.128-129, **grifos meus**).

⁴¹ Ianni (1978), por exemplo, afirmou que até mesmo a ideia de ‘negro’ é produto do período escravista do capitalismo, ou seja, do processo de acumulação primitiva de capital que forneceu as bases para o surgimento posterior do capital industrial.

⁴² Como pode ser visto em Fernandes (1965)

Tendo em vista que a suposição de existirem ‘raças’ humanas nunca encontrou apoio científico na realidade, apenas ficou ancorada em estudos deterministas, muitos estudiosos convencionaram - outros apenas deram seguimento ao uso - manter o termo como condição de sustentar o tema vivo em seu sentido político-ideológico⁴³.

Falar em questão ‘racial’, nestes termos, não significa supor que há um ‘verdadeiro racismo’, o qual teria como pressuposto uma segregação bem definida entre negros e brancos, com gotas evidentes e verbalizadas de ‘ódio racial’. Tomar essa condição específica, como parâmetro de análise para todas as sociedades é um equívoco. No que se refere à minha perspectiva metodológica, ademais, seria o mesmo que entender o racismo ahistoricamente, como se pudessem existir ‘alguns cordiais’ outros ‘mais violentos’.

Acredito que o racismo envolve sempre práticas violentas e essas formas violentas estão constitutivamente relacionadas à sociabilidade capitalista, como os estudos de Ianni (1978) buscaram mostrar. Por isso a questão social não teria se iniciado apenas após o período escravista, ela já estaria, àquela altura, *internacionalizada*. Em seu modo de exposição,

“[...] durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto de seu trabalho e na sua pessoa. Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. [...] A questão social estava posta de modo aberto, transparente” (IANNI, 1989, p. 146)

Isso se deu de tal forma que, para Ianni, “o Novo Mundo esteve desde sempre integrado à economia mundial” (SILVA, 2012, p.37)⁴⁴. Ianni (1978) concebe, ademais, que ‘raça’ e ‘classe’ seriam categorias que possuíam uma convergência necessária ao desenvolvimento do capitalismo, numa relação contraditória, porém, por ter como fundamento o conflito entre trabalho e capital. A ideia de ‘raça’ sustentaria, desse modo, as desigualdades em termos de classe.

⁴³ Para essa discussão, interessante ver MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB-RJ, 5 nov 2013.

⁴⁴ De fato, como assinalou Trotsky em O programa de transição, de 1936, o desenvolvimento dos países coloniais e semicoloniais possui um caráter combinado, pois “reúnem, ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista”. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/>>. Acesso em 10 Nov 2015.

Fernandes (1988), por seu turno, se posiciona quanto à ‘questão racial’, sustentando que o não-assalariamento dos negros no pós-abolição, por exemplo, deixaria clara a incompatibilidade entre ‘raça’ e ‘classe’, pois elas ‘nunca se combinaram da mesma maneira’ (FERNANDES, 1988, p.15). Daí que, para o autor, a ideia de ‘raça’ polarizaria, no desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, os participantes protagonistas decisivos da sociedade de classes capitalista, os trabalhadores assalariados, e, de outro lado, mas não de forma oposta a eles, estaria a grande parte da população negra, geralmente desempregados ou em situação de rua.

Isso não gera uma cisão no pensamento de ambos os autores, bem como não extingue a vasta contribuição dos mesmos que é reconhecida durante este trabalho, especialmente no terceiro capítulo. Porém, uma lacuna ainda não preenchida com o devido rigor crítico foi deixada ao longo de muitas décadas, sobre a discriminação no mercado de trabalho e a consciência social acerca deste fenômeno – e isso não cabe exclusivamente a um ou outro autor, mas exprime a complexidade do tema e o quanto muito se tem ainda de investigá-lo – especialmente no que se refere a Fernandes (1965), quando aponta os desdobramentos da chamada ‘integração do negro na sociedade de classes’, pela qual haveria uma incompatibilidade entre os anseios dos negros de serem inseridos no mercado de trabalho de forma mais ‘acalentadora’, ‘minimamente digna’, enquanto o mercado de trabalho lhes conduzia à severa competitividade, supostamente algo que teriam recusado no período pós-abolição, daí sua vasta ‘marginalidade’. Alguns trechos deixam-nos essa percepção:

Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais, etc.; **não era suficientemente “industrial” para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas**, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para lançar-se às pequenas e às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente, **não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação de riqueza**. Onde mantinha posições dignificadoras [...], onde conquistava alguma posição promissora [...], **apegava-se a modelos de ação variavelmente pré e anticapitalistas**. [...] **as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana**, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e durador [...] (FERNANDES, 1965, p. 5, grifos meus)

Claramente, houve a coexistência de formas arcaicas de rendimentos, tipicamente da época escravista e aquelas próprias ao desenvolvimento do capitalismo no país, porém as condições objetivas do mundo capitalista não se fizeram por meio das ideias que a classe trabalhadora fazia dele, ademais, apesar do desconhecimento sobre certas formas de acumulação emergentes, regimento de contratos de trabalho e imobiliários e formas de organização sindical, a falta de acesso a essas formas se deu justamente em prol da expropriação até então recente decorrente do regime escravista, mas continuava devido à obstrução ou discriminação objetivas para que aos negros não fossem possibilitados tais acessos, pois não bastava seu desconhecimento imediato sobre aqueles modos de vida, era preciso assegurar que uma parcela da classe trabalhadora não pudesse ter tais acessos mesmo que quisesse.

O jornal O Monitor Campista publicou um poema, em 23 de Março de 1888, que retrata esse aspecto:

Fui ver pretos na cidade/ que quisessem trabalhar./ Falei com esta
humildade/
- Negros, querem trabalhar?/ Olharam-me de soslaio, / E um deles, feio,
cambaio,/ Respondeu-me arfando o peito:/
- Negro, não há mais não./ Nós tudo hoje é cidadão./ O branco que vá pro
eito.

Esse trecho explicita que não consistia ainda no discurso consciente dos negros reproduzindo a ideologia da ‘democracia racial’, propagada pela classe dominante na expansão do mercado de trabalho capitalista e aderida com maior força pelos negros nas décadas subseqüentes, mas sim, trata-se de seus anseios de cidadania e respaldo no direito.

Contudo, não se trata também de uma recusa às formas humilhantes de trabalho, por uma ausência de ‘vontade de ser capitalista’, nem mesmo por buscar trabalhos de menor esforço físico. Ocorre que o mercado de trabalho era e é racista, no sentido de que permite e se vale da seleção de negros para trabalhos que, por serem mal pagos, arriscados, instáveis, sem garantias de direitos, de jornadas de trabalho exaustivas, de menor articulação intelectual, vigiados, supondo que os negros deveriam aceitá-lo mesmo quando ao branco se paga um valor de salário maior na mesma atividade, já que a população negra trabalhadora no pós-abolição nada tinha além da força de trabalho e teriam sido ‘feitos para o trabalho’, tornam-se

degradantes. Não significa que os negros simplesmente recusaram esses trabalhos, mas ao aceitá-los, também não deixavam de correr risco do retorno à condição de desemprego devido à discriminação nas relações de trabalho.

E, de fato, os negros, mesmo ainda no pós-abolição, tomaram, como é sabido, muitas posturas conscientemente pró-capitalistas, mas para esses que incorporaram o ‘sucesso a qualquer custo’, para os que essa fórmula seria uma estratégia de sobrevivência, para aqueles que não as tomaram em revolta, para os que foram impossibilitados de tomá-las por outro aspecto de suas condições de vida ou por não haver essas possibilidades do sistema em cidades muito pobres, ainda assim frente ao racismo no mercado de trabalho, o pensamento social apontava-os como muito ‘hábeis’ com tarefas de cozinha, limpeza, que exigiam força física, como carregadores, pedreiros, mas nunca habilidades para as matemáticas, ensino, nem negociação, entre outras as quais sempre realizaram mesmo enquanto escravos. A cultura artística, alimentícia, de conhecimento do solo, arquitetura, dos negros, se tivesse sido ampliada em termos de atividades no mercado de trabalho, como áreas de ensino e de comércio, etc., estariam em consonância com as ambições capitalistas, porém tratava-se de ‘embranquecer a nação’ – essa ideia é melhor desenvolvida do terceiro capítulo, mas aponta um projeto cultural racista para o desenvolvimento do capitalismo, priorizando a cultura da classe dominante branca.

Esse caráter do racismo no mercado de trabalho define um dos modos pelo qual o capitalismo realiza sua tendência excludente e de descarte da força de trabalho (MARX, 2013), que restringe suas possibilidades concretas de atuação profissional e amplia suas condições de vida em torno da sujeição, da pobreza e da miséria, e mesmo assim os negros estavam inseridos no mundo capitalista, pois eram úteis ao mesmo desta forma.

Ademais, as formas de criminalização vigentes, por exemplo, como a lei higienista e racista da “vadiagem”, impunham condições restritas no mercado de trabalho para os negros, quase todos despossuídos de terras, poupanças, brasões e heranças das mais diversas, e desempregados. Isso sustentou seu encarceramento massivo no pós-abolição e a sujeição às atividades para as quais se espera trabalhadores negros, o que, por sua vez, sustentava a parcela da população detentora da propriedade privada da terra, dos meios de produção e condução da cultura política, religiosa, artística que se impunha de forma dominante sobre toda a classe trabalhadora, mas permitindo a ‘ascensão’ de imigrantes italianos e

japoneses por meio de cargos intermediários, com maior facilitação à residência própria, bem como em atividades de contato direto com os proprietários brancos e contratos de trabalho mais duradouros.

Penso, portanto, que por meio das escolhas pelas quais os negros não aceitavam tal condição, isso não justifica a desigualdade nem mesmo sua inserção nas mais degradantes condições de vida, uma vez que o sistema capitalista não é neutro, nem mesmo dispõe de uma abertura e receptividade para os indivíduos que dependem da venda da força de trabalho para viver.

Essa problemática do desenvolvimento da classe trabalhadora no Brasil ainda não teria sido superada por outros estudiosos, tendo ganhado contornos diversos. Como aparece em Souza (2009), por exemplo, afirma-se que o processo de transformações no modo de produção no Brasil não se deu de forma simples, nem mesmo semelhante às contradições que se deram na Europa no desenvolvimento do capitalismo. Porém, na busca por provar as especificidades quanto à participação dos negros nesse processo, novamente o impasse não resolvido em Fernandes (1965) se coloca, no sentido de que as possibilidades de “ascensão social”, aparecem como foco do problema, relegando à discriminação um caráter secundário.

Penso que é imprescindível não deixarmos portas abertas às ideias atuais de que a chamada ‘ascensão social’ ou ‘mobilidade social’ estaria ‘barrando’ a condição de vida dos negros, ou ainda que o mercado teria uma espécie de ‘vocação’ para os ‘mestiços’, pois isso não se deu de forma generalizada, nem mesmo alcança certa pujan  a⁴⁵, por isso considero que, de tão sutis, as ‘diferenças’ no pensamento social sobre tons de pele negra aparecem muito *mais integradas que opostas*.

⁴⁵ Basta-nos o fato de que os discursos racistas atuais têm vão no sentido de que a migração dos nordestinos para a cidade de São Paulo teria resultado na ‘fei  ura’ da população brasileira em relação aos europeus, sendo que o Nordeste seria uma regi   o com essas características populacionais, e isso deveria estar relacionado com a ‘ampla mistura’ de ‘raças’ na sociedade brasileira, generalizada (dado sua grande maioria pobre e não-branca), como uma espécie de ‘núcleo étnico’ não branco que inferiorizaria, no cenário internacional, toda a população brasileira. Tais comentários são veiculados nas redes sociais e ganharam destaque com as menções do cantor Ed Motta, sobre a beleza da população nas regi   es de menor presença relativa de negros, apontando: “[...] povo feio o brasileiro”, “O Sul do Brasil como é bom, tem dignidade isso aqui”, “[...] chega no Sul ou SP gente bonita compondo o ambiente”, “A cultura que eu vivo é a cultura superior, melhor que a maioria ya know?”. Vide Jornal Ultimo Segundo Cultura. “   POVO FEIO O BRASILEIRO”, DIZ ED MOTTA EM SEU FACEBOOK. 13 Mai 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/>>. Acesso em 10 Nov 2015.

A chamada “ascensão social”, por conseguinte, não é uma forma de contraposição aos efeitos do racismo, nem mesmo explica a discriminação no mercado de trabalho em sua totalidade, pois se corre o risco de enquadrar, por exemplo, certos indivíduos de tons de pele negra mais claros (que é superior ao número de autodeclarados ‘pretos’) na rotulação ideológica atual de que haveria uma ‘classe média baixa, média média’ e vemos que a ‘classe média’ não passa de uma estratégia de cisão da classe trabalhadora, supondo que comporiam um estrato social livre das adversidades gerais da vida da classe trabalhadora. Isso se dá com um apelo, ademais, de que o país só seria racista com aqueles indivíduos de cor da pele negra mais ‘escura’.

Para contrapor as históricas menções que desqualificam a luta dos negros, apelando para a ideia de ‘classe média de cor’ – que emergiu há mais de seis décadas quando uma parcela de negros obteve maiores acessos, e hoje deve nos significar quase nada –, é preciso alcançar seu fundamento (o capital) e lutar para superá-lo visando ao seu fim.

É inegável, nesse sentido, a necessidade da compreensão da forma de pensamento burguesa que envolve a ideia de ‘raça’ e as formas de discriminação da sociabilidade capitalista e de apreender como os sujeitos históricos, a partir de sua realidade, respondem enquanto classe.

Primeiramente, a discriminação não é uma ação isolada, seus aspectos são amplamente determinados pelas formas de sociabilidade das sociedades de classe, por isso ela é constitutiva das sociedades de classes.

Obviamente que certas formas discriminatórias com a cor da pele eventualmente existiram num período muito anterior ao capitalismo, uma vez que essa discriminação foi uma possibilidade concreta decorrente da formação do trabalho excedente⁴⁶. Partindo dos estudos de Lessa (2012), vemos que, o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, das forças produtivas, só seria possível com a formação do trabalho excedente, sendo possível o fim da divisão igualitária de riquezas - mesmo que ainda não fossem abundantes, o que apenas pode ocorrer no capitalismo industrial. ‘A articulação entre o trabalho excedente e a carência não

⁴⁶ O excedente de produção, trabalho excedente, corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas na totalidade das relações sociais sob as quais o sedentarismo foi uma possibilidade concreta, tendo em vista que nas sociedades conhecidas como pré-históricas, comunais, o trabalho seria consumido imediatamente - também comunalmente já que a cooperação e a sociabilidade, por decorrerem do trabalho, também seriam necessárias à sobrevivência (LESSA, 2012).

apenas tornou possível, mas também tornou necessária a exploração do homem pelo homem' (LESSA, 2012, p.22-23).

Nesse sentido, o fim da propriedade comum da terra, a dissolução das sociedades primitivas e a formação de classes antagônicas a partir da divisão desigual do trabalho, proporcionaram o surgimento da herança, da escravidão e da inferiorização da mulher, ou seja, a expropriação, tanto no mundo 'privado' da monogamia, como entre os povos (LESSA, 2012).

Abordarei, no decorrer deste trabalho, as marcas dos aspectos históricos da discriminação das sociedades de classes. Contudo, no que se refere à compreensão do racismo como o conhecemos hoje, vale lembrar a maneira pela qual o capital é uma relação social de produção, como nos mostrara Marx (1982b), ao compreender a função essencial da exploração do negro para as relações capitalistas de produção.

Para Marx, o capital não 'é uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais. O capital permanece o mesmo quer nós coloquemos algodão no lugar da lã, arroz no lugar de trigo' (MARX, 1982b, *online*). Marx evidencia que a falsa ideia de que o capital seria 'uma soma de produtos materiais' (MARX, 1982b, *online*), tem sua utilidade e corrobora com a falsa ideia da necessária exploração da força de trabalho do negro para o desenvolvimento do capital e, do seguinte modo, ironiza a questão:

O capital consiste de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência de toda a espécie que são empregues para produzir novas matérias-primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de subsistência. [...]

Que é um escravo negro? Um homem da raça negra. Uma explicação vale tanto como a outra.

Um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna capital. Arrancada a estas relações, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou como o açúcar é o preço do açúcar (MARX, 1982b, *online*).

Busco, nesse sentido, argumentar que as manifestações racistas correspondem às formas de exploração do trabalho empreendidas na sociedade capitalista, na qual a ideologia da superioridade da cor da pele branca aparece como forma de legitimação da racionalidade burguesa. Afinal,

[...] como é que uma soma de mercadorias, de valores de troca, se torna capital?

Pelo facto de, como poder social autónomo, isto é, como o poder de uma parte da sociedade, se manter e aumentar por meio da troca com a força de trabalho viva, imediata. **A existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é uma condição prévia necessária do capital.**

Só quando o trabalho objectivado, passado, acumulado, domina sobre o trabalho vivo, imediato, é que o trabalho acumulado se converte em capital (MARX, 1982b, *online*, grifos meus).

Marx (1982b), nesse sentido, apreende a forma como as relações capitalistas de produção, num tempo determinado, à base da forma de trabalho escravo do negro e dos índios, como parte do processo de colonização da África e das Américas (novo mundo), proporcionaram as condições de existência do ‘mercado livre’ da venda de força de trabalho nos países de capitalismo ‘central’ e do surgimento da indústria nas metrópoles - adentrarei com maior propriedade neste debate no decorrer desse capítulo.

Com efeito, não é unicamente por saber da discriminação que um indivíduo não discriminará outro, pois as relações sociais no capitalismo são centralmente fundadas⁴⁷ em aspectos de discriminação, tendo em vista o próprio **caráter essencialmente discriminatório do modo de produção capitalista** com relação ao necessário descarte de força de trabalho e ao desemprego, afim de recuperações de taxas de lucro, bem como da discriminação entre trabalho manual e intelectual, necessária à dinâmica das cadeias produtivas do sistema.

Toda essa problematização é aqui requerida, pois não pretendo apresentar uma análise do racismo, ignorando a representação classista histórica que é feita sobre a cor da pele, por exemplo, como o fazem, contraditoriamente, ramos deterministas da biologia que apresentam como características genéticas de ‘raça’, aquelas que definem o fenótipo mais encontrado em indivíduos de

⁴⁷ Para Marx (2013), objetividade e subjetividade não consistem em aspectos distintos e opostos, já que as ações dos indivíduos são marcadas pela dialeticidade, por exemplo, entre a transformação material, o movimento físico real, os fatos reais da realidade, e a consciência que se desenvolve na pré-ideação acerca da transformação da matéria, nos nexos da consciência sobre o movimento do corpo, bem como nas mediações realizadas sobre a realidade observada e vivida. Porém, como podemos ver na análise de Marx (2013) sobre a transformação do dinheiro em capital, a subjetividade possui sempre uma base material, o que não significa que, para pensar no dinheiro o indivíduo deva tê-lo no bolso, mas também é verdade que, se o mesmo indivíduo pretende conscientemente torná-lo capital, não pode fazê-lo apenas com a consciência. As relações sociais no capitalismo, contudo, não permitem que o trabalhador discrimine outro trabalhador em termos de salário, de obtenção do emprego, como poderia fazê-lo o empregador, mas impõem, dado a competitividade e o fetiche, que discriminemos para manter determinados padrões de vida capitalistas, para nos relacionar com alguns indivíduos, para não nos relacionar com outros, para afirmar conscientemente essa ‘preferência’, ou seja, apesar da vida social estar integrada em termos de reprodução e produção das relações, a reprodução só pode existir com a produção.

determinadas regiões, sem que isso reflita, dizem, uma real existência de ‘raça’. A biologia social, por exemplo, concebeu teses de que as diferenças ‘raciais’ seriam proporcionadas por estruturas genéticas que se mantêm como definidoras de fenótipo em gerações, porém não implicando na existência de ‘raças’ humanas, literalmente (TEMPLETON, 1998b).

É preciso estar ciente de que algumas formulações, pretensamente não racistas, pressupõem argumentos sobre as diferenças físicas entre os indivíduos, tratando-as como categorias fixas e ‘naturais’. O problema que nos chama a atenção é que esse é um modo de legitimação da racionalidade burguesa, em que vários discursos na vida cotidiana são internalizados e reproduzidos ideologicamente como uma solução não racista frente a uma manifestação discriminatória.

É o caso, por exemplo, da frase “Somos todos macacos!”⁴⁸, a qual ganhou amplitude na grande mídia e nas redes sociais, no ano de 2014, constituindo-se numa reação frente a uma atitude discriminatória que comparava um jogador de futebol negro brasileiro a um macaco. Apareceu, dessa forma, veiculada por amplo número de indivíduos conhecidos publicamente em âmbito televisivo, entendida no imaginário de muitos indivíduos como uma concepção moral, da qual apenas um racista discordaria.

Por outro lado, essa ideia levada a fundo, não aponta para uma comparação ‘neutra’ sobre o gênero humano e os macacos, como muitos acreditam, baseados equivocadamente na teoria evolucionista darwinista. Obviamente que o darwinismo é determinista, mesmo que não conceba que as mudanças genéticas humanas se dêem de maneira repentina, mas ao adotar a perspectiva evolucionista, em que a existência dos seres seria determinada pela manutenção de determinadas características, na ‘luta natural pela sobrevivência’, sustenta então o absurdo de que a desigualdade social entre indivíduos é causada pela ‘inadaptabilidade’ de alguns indivíduos. Contudo, a proposição de que um indivíduo negro seja um macaco é racista, justamente por pressupor que os negros pertencem a outro grupo de seres vivos, outra ‘raça’ ou, no mínimo, que possuem características genéticas inferiores.

Formulações ideais da luta anti-racista, não nos permitem compreender o racismo. Ademais, nesse caso, são um impasse para compreender a essência real

⁴⁸ Para uma crítica sobre o fato, interessante ver SANTANA. O. **Não me venham com bananas e macacos!** Portal Vermelho, 8 Mai 2014. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/241684-8>>. Acesso em 22 Out 2014.

do tema, a questão social, já que aquelas formulações pressupõem sempre diferenças dadas entre os indivíduos, mesmo que isso não os separe em grupos ‘raciais’. Precisamos refletir sobre a alusão racista que é feita entre o indivíduo negro e um macaco em seu sentido ideológico, ademais, partindo da ideia de que o racismo, como fenômeno que se desenvolve socio-historicamente, não se expressa de uma forma única, nem mesmo sempre existiu.

Aquela afirmação pretende, na verdade, socializar o que considera ‘infortúnio’ das características que constituem o ‘ser negro’ na sociedade brasileira, aceitando que todos teriam um pouco de ‘sangue primitivo’, para não assumir que seríamos todos macacos literalmente. Com essa conformação, pretensamente ‘neutra’, necessariamente favorece-se à ordem, ou ainda, ao ‘mito da democracia racial’⁴⁹, já que, o sentido biologizante dado à cor da pele e o apelo solidário contido naquela frase assumem a ideia de que ‘todo brasileiro tem o pezinho na senzala’ – ideia que evoca uma pretensa tendência universalizante do racismo no Brasil, a falaciosa tese de que a ‘miscigenação’, neste país, dá certo e está generalizada devido à boa convivência dos indivíduos.

Pelo contrário, os tempos de barbárie que vivemos têm produzido perversidades cada vez maiores para a classe trabalhadora, especialmente para os indivíduos negros dessa classe.

Em termos de pensamento social, as ideias ‘raciais’ e a discriminação, que são constitutivas de nossa sociedade, são notadamente visíveis, tomando variadas formas, tanto que reproduzimos inúmeros discursos cotidianamente, na busca por explicar as diferenças entre negros e brancos, ou ainda, caracterizar o indivíduo ‘mestiço’, como, por exemplo, o jargão que diz: “tenho um pouco de negra, se não usar desodorante, fico com cheiro de neguinha”⁵⁰. A frase ficou mais conhecida por ser proferida por uma mulher de cor da pele negra no programa anual televisivo Big Brother Brasil – edição 2014 –, mas sintetiza o pensamento social que

⁴⁹ Cabe aqui pontuar que essa ideia representa a tese de que, no Brasil, haveria uma convivência pacífica entre os grupos ‘racialmente’ definidos, especialmente realizando-se sobre a ‘miscigenação’. Significaria dizer, como alimentara Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), que a cordialidade seria uma marca das relações ‘raciais’ no Brasil. Metamorfoseada em muitos discursos, essa ideia justifica a questão social e a hostilidade diária que recai sobre a população negra, como abordarei nesta pesquisa. Vide FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

⁵⁰ Vide **"Se eu não usar desodorante, fico com cheiro de neguinha", diz Franciele**. Disponível em: <<http://televisao.uol.com.br/>>. Acesso em 12 Out 2014.

busca, de forma biologizante, dar uma resposta ao campo dos 'defeitos' e 'qualidades' socialmente criadas do 'mulato'.

Entendo desde já que a condição do 'mulato' no período da escravidão não foi unívoca nem mesmo seria 'transplantada' para o período pós-abolição. Tal condição é melhor apresentada pela negação, no discurso, da repulsa à 'miscigenação' (ao contrário da aversão verbalizada explícita que ocorre nos EUA), uma vez que a classe dominante, devido à dependência que tem dos trabalhadores, não poderia assumir que um país como o Brasil - que recebeu quase 40% de todo o contingente de trabalhadores escravos negros traficados da África de 1502 a 1870 (IANNI, 1978) - com um número alto de 'mulatos' (lembrando o grande número de estupros cometidos contra mulheres negras no período colonial e a decorrente inferiorização, desprezo, abusos sexuais e venda de seus descendentes para exploração sexual), seria uma '**nação**' sem sucesso em seu futuro (SCHWARCZ, 2007).

Por isso, no Brasil, o eufemismo da frase 'marca das relações raciais' é, sobretudo, uma forma de legitimação da racionalidade burguesa, de tentativa de dispersão da perspectiva de classe, atenuando o fato de que a burguesia reserva aos indivíduos chamados 'mestiços' um estado contínuo de vigilância, tanto em locais privados, como shoppings ⁵¹, como em locais públicos de lazer, por exemplo, na forma das 'ações preventivas' a arrastões no Estado do Rio de Janeiro⁵². A seguir, consta uma foto que retrata os jovens sentados, próximo do Tribunal de Justiça do Rio, todos de chinelos nos pés.

⁵¹ As direções gerais de diversos shoppings centers no Brasil recorreram ao apoio covarde da polícia para dispersar, inúmeras vezes, o alto número de jovens negros, especialmente de cor da pele 'parda' que, ao se encontrarem naqueles espaços representariam 'perigo ao patrimônio' (diziam os donos das lojas, que fecharam as portas em acordo com as recomendações da polícia). Vide SHOPPING FECHA AS PORTAS APÓS AMEAÇA DE ROLEZINHO. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/02/noticias/cidades/gazeta_online_sul/1478622-shopping-fecha-as-portas-apos-ameaca-de--rolezinho.html> Acesso em 13 dez 2014.

⁵² Consistiram na ação ostensiva de 'buscas' por adolescentes e crianças pobres e negras em ônibus, retirando-os e impedindo que os mesmos chegassem às praias. Vide foto que consta no Anexo IV.



Foto de Jorge Antonio Barros, divulgada no jornal G1 Globo – 16 Set 2015.

No que se refere a este início, contudo, parto desta aproximação da realidade, para afirmar que a discriminação é constitutiva da sociabilidade capitalista em que vivem os indivíduos em nossa sociedade. Argumento sobre a essência dos ideais, por exemplo, de que a hereditariedade seria o fator responsável exclusivo pela existência da pele negra; que o ‘povo africano’ carregaria o gene mais distante na escala evolutiva da espécie humana em suas veias; bem como a ideia de que, apesar de todos sermos da espécie humana e não existirem ‘raças’, a cor da pele dos negros seria responsável por existirem odores diferentes entre os indivíduos.

Essa linguagem foi proposital, para elucidar como se encontram ativos muitos ideais que constituem as práticas racistas na vida cotidiana. Concebendo os argumentos que racializam os indivíduos como formas de interpretação do mundo subordinadas à racionalidade burguesa; e a cor da pele, na verdade, sendo um aspecto dinâmico, mutável, impossível de representar exclusividade genética de certos indivíduos, sem conexão direta com características físicas.

A importância de refletir sobre esses aspectos ideológicos, é que os mesmos são saturados de determinações históricas, por isso o necessário esclarecimento, na busca por evitar equívocos e posturas ecléticas, no sentido de contribuir na reflexão junto com aqueles que lutam cotidianamente contra o racismo.

Os próximos tópicos tratam, para tanto, da prioridade, nas lutas sociais dos negros e negras da classe trabalhadora, pelo entendimento de seu conjunto na luta de classes e não como uma sociedade na qual conviveriam negros e brancos, anulando a historicidade, como se buscassem uma harmonização extra-classe.

2.1 O trabalho alienado: para discutir a discriminação e o preconceito nas sociedades de classes

*[...] até a sociedade burguesa, a mobilização de sociedades inteiras umas contra outras sociedades, mediante sistemas de preconceitos, não consistiu jamais um fenômeno típico.*⁵³

A concepção mais comum sobre a vida humana, da qual provavelmente compartilhamos em maioria de forma ingênua, mas ideologicamente forte, a concepção burguesa - a forma de pensar o mundo que tem por fundamento a manutenção da sociedade no conflito entre capital e trabalho, no individualismo que é a ideia das 'raças' -, tende a tratar as características físicas dos indivíduos como uma espécie de resultado genético simples.

Espera-se, por exemplo, que os filhos de um homem de cor da pele negra e cabelos 'crespos' não nasçam com os cabelos 'lisos'. Ou ainda, supõe-se que, quanto mais 'distantes' os supostos componentes genéticos dos negros, maiores seriam as chances de se ter um cabelo 'liso'.

Essas 'crenças', no entanto, nem sempre existiram, mas existiram alusões discriminatórias em relações determinadas ao longo da história. Talvez devido a esse fato, seja ampla a polêmica sobre a existência ou não do preconceito com a cor da pele na antiguidade⁵⁴.

⁵³ Agnes Heller em O homem do renascimento (1985, p.55)

⁵⁴ Frank Snowden, em Before Color Prejudice, afirma que a discriminação contra os negros devido à cor da pele não existia na Antiguidade, tendo em vista que povos de cor da pele branca do mediterrâneo entraram em contato com negros africanos, tanto no comércio como na guerra, de modo que tal contato produziu, por exemplo, amplo legado artístico. Do mesmo modo os negros comandantes de exércitos foram respeitados por adversários brancos. Afirma, finalmente, que houve uma mudança expressiva desse quadro com o advento das cruzadas empreendidas pelo catolicismo

Obviamente que o conceito de 'raça' como o conhecemos hoje - argumento biológico que tem por centralidade mistificar a cor da pele, para justificar de uma forma mais ou menos direta uma diferença entre as 'capacidades'⁵⁵ dos indivíduos -, não existiu na Antiguidade.

O poeta grego Píndaro, no século V a.C. dissera em suas poesias "De uma só raça, apenas uma/nós somos, deuses e homens/[...]/Separa-nos, porém/o desigual poder: o homem é nada/[...]/Pela forma corpórea, ou pelo vigor do espírito,/somos no entanto como os imortais/[...]"⁵⁶, o que aproxima a palavra ao sentido de comportamento e valores semelhantes. Lembremos que Heródoto, que viveu no período das invasões persas na Grécia antiga (séc. V a.C.), teve admiração pela civilização egípcia e aludiu aos líbios como o povo mais saudável do mundo. A escravidão na Grécia antiga fora quase absolutamente de brancos, quando a cor da pele era critério irrelevante para a escravidão de um povo. Septimus Severus, imperador de Roma no século II, nascera na Líbia (norte da África), numa época na qual não se pensava, de maneira racista, que a cor da pele indicaria indivíduos de conjunto genético inferior, apesar de que era possível que se pensasse, por exemplo, que ela indicaria algum tipo de condenação divina à exposição ao sol.

Tal contexto não pode ser analisado tendo em vista o tipo de discriminação atual, com os requintes biologizantes da opressão classista contemporânea, como o pensamento que vincula a cor da pele à pobreza, insalubridade e falta de inteligência, ou ainda inferioriza o negro aludindo sua genética à dos macacos, como sofre a Ministra da Justiça francesa Cristiane

- vide Snowden, F. M. Jr. **Before Color Prejudice**: The ancient view of blacks. Cambridge, 1983. Já Benjamin Isaac, em *The Invention of Racism in Antiquity* afirma que uma espécie de 'protoforma' do racismo como o conhecemos atualmente existira na Antiguidade - vide Isaac, B. **The Invention of Racism in Classical Antiquity**. Princeton, 2004.

⁵⁵ Aqui entendo as capacidades humanas em sua genericidade, ou seja, não se trata de entendê-las como o âmbito de habilidades e conhecimentos individuais, supostamente 'naturais' ou úteis ao mundo competitivo. As capacidades humanas são tratadas pela ontologia do ser social, como capacidades historicamente desenvolvidas, uma capacidade é 'inseparável da atividade que a objetiva' (BARROCO, 2011, p.26), ou seja, tem por elemento central o trabalho. O entendimento burguês das relações sociais reduz todas as capacidades humanas de modo utilitarista, por isso elas seriam individuais e a-históricas, apenas cumulativas (tanto o conhecimento matemático, filosófico, como a liberdade e a ética), e justificou isso devido à existência da 'raça'. Com efeito, é útil à expropriação dos trabalhadores e à promoção da concorrência, pensar que indivíduos de cor da pele negra não teriam habilidades para o trabalho intelectual (a qual é uma capacidade genericamente humana) por razões genéticas. A redução das capacidades genericamente humanas à esfera do 'eu' será melhor abordada quando analiso o mundo burguês, mais à frente.

⁵⁶ PÍNDARO. **De uma só raça**. In: Poesia grega e latina. São Paulo: Cultrix, 1964.

Taubira⁵⁷, nem mesmo sobre a figura de um negro eram depositadas expectativas de luta pela igualdade ‘racial’, como ocorreu com a eleição do presidente norte-americano Barak Obama⁵⁸.

Em suma, obviamente que menções discriminatórias existiram. A discriminação, contudo, é necessária nas sociedades de classes. Essa gênese pode ser concebida tendo em vista que

O surgimento da propriedade privada não é a gênese de uma “coisa”, mas de uma nova relação social, de uma nova forma de os homens organizarem a vida coletiva. A propriedade privada é fundada por uma nova forma de trabalho, o trabalho alienado (explorado): a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência será realizada, agora, por meio da exploração do homem pelo homem.

A propriedade privada é, assim, a terra e os escravos do senhor romano, o feudo do senhor feudal, o capital do burguês. Não porque essas “coisas” tenham em si mesmas qualquer poder especial [...], a propriedade privada, as classes sociais e a violência cotidiana são, no dizer de Marx, “determinações reflexivas”: uma não existe sem as outras, elementos que são de uma mesma totalidade, a sociedade de classes (LESSA, 2012, pp.23-25)

Foi imprescindível, nesse sentido, que o desmantelamento da coletividade e a constituição das sociedades de classes tenha se dado à base da violência, como forma de imposição do trabalho explorado por parte de uma classe, sendo que o modo de produção da vida de uma época expressa, em sua totalidade, formas discriminatórias por essência.

Por isso a defesa da escravidão por Aristóteles, afirmando o ‘sentimento fraco’ dos escravos, justificando a escravidão, ainda que, sobre o trabalhador escravo ‘a cor de seus olhos tinha menos importância que sua qualidade de estrangeiro’ (COQUERY-VIDROVITCH, 2003, p.647, tradução minha). Quando Heródoto retratou os ‘trogloditas’ etíopes, indivíduos que viviam em cavernas e se comunicavam através de gritos, não justificava suas impressões por ideias ‘raciais’ sobre a cor da pele dos mesmos, mas sobre o suposto ‘superior desenvolvimento’

⁵⁷ Em Julho de 2014, Anne-Sophie Leclère, ex-candidata do partido de extrema-direita francês Frente Nacional, foi condenada por publicar nas redes sociais uma imagem de um bebê macaco ao lado da foto da ministra, comparando o ‘passado’ com o ‘presente’. Em Outubro do mesmo ano, a revista Minute, fora condenada por publicar uma reportagem na qual dizia sobre Taubira: “Maliciosa como um macaco, Taubira encontra a banana”. Em outra ocasião, no mês de Dezembro, era condenado o político da Frente Nacional Olivier Burlats, que publicara uma foto de um macaco andando de bicicleta, ridicularizando o fato de que a ministra usualmente anda de bicicleta. Verificar o jornal francês Le Monde. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr>>. Acesso em 11 Jan 2015.

⁵⁸ No ano de 2008, no jornal popular brasileiro UOL notícias, uma das manchetes era “**Eleição de Obama entra no debate sobre preconceito racial no Brasil e no mundo**”. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2008/11/20/ult1859u427.jhtm>>. Acesso em 10 Jan 2015.

do homem grego, 'civilizado', ou seja, os etíopes eram considerados indivíduos 'bárbaros'. Cláudio Ptolomeu, na cartografia, ao retratar as terras africanas até o limite da linha do Equador, concebia no século I que as terras ao sul seriam de temperaturas insuportáveis.

Nos códigos morais e costumes, a cor da pele era atributo de eventual identificação de um grupo para uma hipótese preconceituosa sobre comportamentos, hereditariedade, porém não existia a racionalidade do preconceito com a cor da pele (como a ideia de negro-macaco), a qual se desenvolve como fruto do mundo burguês, materialmente ancorado no trabalho escravo do negro e na ideologia classista que promoveu os estudos sobre as 'espécies humanas' e da genética. Por isso, não se trata de um processo evolucionista do racismo na história, mas do aspecto histórico e dialético do preconceito na história das sociedades de classes, já que a alienação é constitutiva dessas sociedades.

Se falar em cor da pele é algo que poderia existir nas sociedades de classes mais antigas, o contraste verbalizado, a oposição entre beleza e cor da pele negra, seria próprio de um contexto de séculos de guerras e luta de classes posteriores - ou seja, isso seria possível, por exemplo, somente após as invasões persas do séc V a.C., com o surgimento da escravidão senhorial, da propriedade individualizada do escravo no Império romano. Daí porque nas traduções bíblicas para o grego realizadas por Orígenes no século III d.C. já é mencionada a cor da pele, mesmo que não 'racialmente' (COQUERY-VIDROVITCH, 2003).

A cartografia medieval, num momento mais à frente, já retratava a África como uma região sombria, dividindo as regiões do globo a partir do povoamento proposto na Bíblia sobre a 'maldição de Cam', em que a região da Etiópia seria habitada por homens de 'rostos pretos', ademais, a cor da pele branca como indício de boa saúde emerge na Idade Média.

Vejam os modos pelo qual a 'Maldição de Cam', presente em Gênesis 9:20-27, se tornara símbolo mais imediato de reconhecimento da inferioridade da cor da pele negra, também em traduções posteriores nas quais Cuse, outro filho de Cam (o qual não fora amaldiçoado por Noé na ocasião em que fora visto nu por Cam, mas sim Canaã), teria nascido com a cor da pele negra e dado origem ao povo etíope (COQUERY-VIDROVITCH, 2003). Daí que foi aceita contundentemente a ideia de que os 'cusitas' seriam diretamente indivíduos etíopes, pressupondo indivíduos de cor da pele negra. A 'Maldição de Cam', nesse sentido, foi

propositalmente aprimorada até constar nos dicionários religiosos do colonialismo, sendo que a adesão explícita à cor da pele já ocorrera em versões nos séculos X (versão árabe), XVI, até ser oficializada no Dicionário histórico da Bíblia no séc XVIII, como maldição **dos negros** (COQUERY-VIDROVITCH, 2003).

Sem a pretensão de propor um processo 'linear' do racismo na história, concebo ser importante reiterar que a base material da discriminação estava posta nas sociedades de classes. O modo da classe dominante se manter como tal já se sustentava na divisão do trabalho desigual, na oposição do trabalho manual e o trabalho intelectual, proporcionando os códigos morais definidores de origem, do sexo, das formas de atuação política.

Então, dessa forma, são dadas as condições históricas da discriminação. Lessa afirma que

Tal oposição como "inimigos mortais" entre o trabalho manual e o intelectual, por sua vez, apenas pode ocorrer em uma sociedade na qual aos homens correspondem as atividades relacionadas com a produção da riqueza social, e às mulheres as atividades domésticas, privadas, diretamente ligadas à reprodução biológica. Esta divisão de trabalho entre homens e mulheres – tal como a oposição entre o trabalho intelectual e o manual – é manifestação da potência dominante do homem proprietário privado. Por isto esta alienação é a manifestação da potência histórica do homem que é proprietário privado, membro da classe dominante (LESSA, 2012, p.32)

Os primórdios da formação da esfera da vida privada já se mostram naquela época, com o 'afastamento' da mulher das decisões da vida social, pública. Nesse período, 'Como será da guerra que virão os escravos e já que a guerra é uma atividade predominantemente masculina, a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante' (LESSA, 2012, p.27). E esse processo não se deu sem que houvesse opressões classistas e formas de violência. Se a sociedade classista e patriarcal expropriou a mulher, gerando seu isolamento da vida social, restringindo suas possibilidades concretas de sociabilidade, não exauriu, jamais, sua resistência (LESSA, 2012).

Uma vez que, da formação do trabalho excedente os indivíduos passaram do nomadismo ao sedentarismo, nesta fase, o processo da escravidão feminina na monogamia, da expropriação dos plebeus e a escravidão entre os povos, se constituíram nas bases da divisão do trabalho no modo de produção da

Antiguidade e foi a partir destas formas em torno do trabalho explorado que fora possível, já na idade média, a existência de uma aristocracia feudal, predominantemente composta por indivíduos masculinos.

O preconceito, em suas características mais recentes, nesse sentido, aparece ligado ao desenvolvimento das forças produtivas num momento histórico mais recente das sociedades de classes, no qual o processo de alienação do trabalho intensifica-se. Como afirma Heller

As primeiras formas das forças produtivas capitalistas e das relações sociais burguesas surgiram a partir do desenvolvimento *imane*nte do feudalismo [...]

O novo modo de comportamento e a nova maneira de viver, em evolução, produziram a sua própria ideologia, encontrando-a em parte nas ideias da antiguidade [...]

Não se tratou de uma renovação da antiguidade porque, no que respeita à relação entre o indivíduo e a sociedade, havia mais em comum (como se torna claro na análise de Marx) entre a pólis grega e o sistema medieval do que entre aquela e a estrutura social da era do Renascimento (HELLER, 1982, p. 12-15).

No que se refere às formas históricas de discriminação, na Idade Média, o papel do Cristianismo na condução da moral dominante foi notável, contudo, sobre os privilégios e restrições de acordo com o sistema de ‘castas’, bem como nas guerras empreendidas contra o Oriente, a ampla produção das imagens bíblicas encomendadas pela Igreja católica, as quais proporcionaram de forma mais contundente a criação de esterótipos sobre o ‘negro’.

Nos séculos IX, X, XI, XII houve, por exemplo, ampla escravidão de negros no Marrocos, Tunísia, Mali, Egito, Sudão, por parte do Califado Fatímida. É sabido que diversos negros, provavelmente ‘islamizados’, assumiram o comando de tropas e governaram. Porém, é notável que “A literatura árabe, dos séculos VIII e IX, associa a cor da pele a características negativas como o mal odor, uma fisionomia repulsiva, uma sexualidade descuidada, sinais exteriores de selvageria e debilidade” (COQUERY-VIDROVITCH, p. 650, 2003, tradução minha).

No feudalismo europeu, os tribunais de inquisição, amplo número de mulheres assassinadas acusadas de bruxaria, a punição fatal da prostituição, relacionamentos proibidos pelo sistema de castas, ou seja, a discriminação e a formação dos estereótipos aparecem como um processo próprio às sociedades de classes, devido ao avanço da noção de propriedade privada, mediada na relação

entre a hereditariedade e a herança, vantajosa nas classes dominantes e recaindo sobre a classe trabalhadora no trabalho servil, criminalização das formas de resistência, miséria.

Há, no entanto, um aspecto central contraditório nesse processo, necessário e próprio do desenvolvimento da sociedade burguesa, que é o processo de 'secularização' da vida cotidiana que propôs Heller (1982). Por um lado, o contexto de valorização das emoções individuais, por exemplo, como se deu mais explicitamente no Renascimento, no início da sociedade burguesa, produziu descobertas nunca antes vistas, ou ainda produções artísticas de grande importância e reconhecimento social por expressarem grande sensibilidade com as formas e belezas do mundo.

Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas é contraditório, por seu fundamento ser, ele mesmo a contradição da sociedade de classes capitalista emergente, portanto, o individualismo na vida cotidiana é necessário ao aprofundamento da alienação do trabalho no mundo pré-capitalista⁵⁹. Por isso,

No escravismo e no feudalismo, a propriedade privada do indivíduo apenas existia e se reproduzia como parte do desenvolvimento da comunidade imediata da qual se era membro e, por isso, a comunidade era mediação imediata e direta da existência do indivíduo. Sócrates nem sequer tinha sobrenome, era Sócrates de Atenas. A vida individual mantinha uma relação de dependência para com a vida coletiva.

[...] A propriedade privada burguesa, o capital, diferentemente da propriedade privada feudal ou da escravista, não mais depende de sua conexão direta, imediata, com a comunidade para se reproduzir.

[...] o burguês tem por sua pátria o mercado mundial e se converte em cidadão do mundo: essa é a base social da ilusão de que sua identidade reside em si mesmo – e, por extensão, de que o indivíduo é fundante da sociabilidade (LESSA, 2012, p. 48)

Se o vínculo entre a produção científica e a Igreja se rompia (HELLER, 1982), tanto que nomes como Leonardo da Vinci, Dante Alighieri, Maquiavel entre tantos outros produziram amplo legado sem necessitarem ser membros do corpo religioso, apareciam agora como membros de uma classe dominante, e o fato de

⁵⁹ Como afirmou Heller (1982) acerca da alienação no Renascimento, “[...] o burguês florentino, que dedicou a maior parte da sua vida às suas especulações financeiras e oficinas de manufatura, estava muito mais preso à divisão do trabalho do que o cidadão da pólis ateniense” (HELLER, 1982, p.15).

serem desta classe já expressava a contradição da qual falo e as condições históricas da discriminação.

Isso se dá de tal forma que Marx (2010b) ao tratar da natureza do dinheiro, bem o retrata justamente com uma passagem brilhante de Shakespeare⁶⁰, o qual vivera no século XVI e início de XVII, ou seja, anteriormente à revolução burguesa inglesa do século XVII, e afirma

Se o *dinheiro* é o vínculo que me liga à vida *humana*, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os *vínculos*? Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é ele, por isso, também o *meio* universal de *separação*? Ele é a verdadeira *moeda divisionária* (*Scheidemünze*), bem como o verdadeiro *meio de união*, a força *galvano-química* (*galvanochemische*) da sociedade (MARX, 2010b, p.159).

Dado o modo como o dinheiro é ‘agente universal de separação’, nas palavras de Marx, este fundamento do modo capitalista de produção da vida, expressa a unidade entre objetividade e subjetividade.

Por isso, as relações fundadas na propriedade privada, na sociedade burguesa expressaram-se, no limite, na ideologia da separação ontológica entre os indivíduos. O modo de produção, portanto, como aspecto concreto de separação, na medida em que o aprofundamento da alienação configura esta sociedade de classes, a qual estabelecia a exploração da classe trabalhadora branca (no trabalho ‘livre’) e a exploração dos negros (no trabalho escravo), sustentava a ilusão da separação ontológica entre indivíduos.

O papel do individualismo é central nesse processo, pois não se dá por simples coincidência, uma vez que é reflexo de um contexto de alienação distinto. Afinal, como concorda Heller (1985), na sociedade burguesa o individualismo é necessário, aparece como exigência do modo desumanizador das relações de produção capitalistas. Portanto a discriminação do negro e do índio, com o aporte de justificativas ‘raciais’, com suas diversas variações, se dá no processo de acumulação do capital no mundo burguês, por isso entendo que o racismo é constitutivo do capitalismo.

⁶⁰ Analisa Timón de Atenas, acto IV, escena III, na qual se diz que “[...] Esta quantidade de ouro bastaria para transformar o preto em branco; o feio em belo; o falso em verdadeiro; o vil em nobre [...]” (SHAKESPEARE apud MARX, 2010, p. 158)

2.2 Racismo ou da legitimação da racionalidade burguesa no capitalismo

*“Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo”⁶¹*

Não há uma data a partir da qual podemos dizer que o racismo passou a existir. No entanto, como uma relação determinada na história, os marcos históricos de seus fundamentos centrais acompanham o modo como se deu o desenvolvimento das relações burguesas. Nesses termos, o trabalho escravo fundado na cor da pele seria uma invenção determinada. Por isso, disse Callinicos (2000, online), “Diferenças raciais são inventadas: isto é, emergem como parte de uma relação de opressão historicamente específica para justificar a existência dessa relação”.

Obviamente que o racismo como o conhecemos atualmente é produto da sociabilidade burguesa contemporânea, como já explicitado por meio de exemplos claros no primeiro capítulo. Porém, sua gênese é resultado muito específico dos processos de colonização da África e Américas, empreendida pelos países europeus, à base da escravidão, que calcaram o desenvolvimento da burguesia na passagem do feudalismo para o capitalismo mercantil.

Silva (2012, p. 95), nesse sentido, propõe o racismo como alienação:

A alienação racial emerge das condições materiais postas na ascensão do capitalismo e se expressa em mecanismos ideológicos como as teorias racistas produzidas para manter sob controle as populações negras submetidas ao trabalho alienado e em condições de desigualdade social.

Com efeito, o desenvolvimento de uma burguesia, de comerciantes europeus, configura relações sociais de produção determinadas, ocorridas nos

⁶¹ Bertolt Brecht - Intertexto

marcos do capitalismo mercantil, momento ainda não desenvolvido do capital. Significa dizer que o aumento de capital é ainda independente da esfera da produção. A valorização do dinheiro, nesse sentido, é também aumento de capital, se dá na esfera da circulação de mercadorias e não de sua produção. Como propôs Marx (2013), o capital nessa forma é D-M-D, partindo do dinheiro, como forma independente do valor-de-troca, na circulação, na troca, permite o aumento do valor-de-troca. Quer dizer,

[...] diferentemente da troca direta de produtos, o processo de circulação não se extingue com a mudança de lugar ou de mãos dos valores de uso. O dinheiro não desaparece pelo fato de, no final, ficar de fora da série de metamorfoses de uma mercadoria. Ele sempre se precipita em algum lugar da circulação deixado desocupado pelas mercadorias. Por exemplo, na metamorfose completa do linho, linho-dinheiro-Bíblia, é o linho que primeiramente sai de circulação, entrando o dinheiro em seu lugar, e então a Bíblia sai de circulação e o dinheiro toma seu lugar. A substituição de uma mercadoria por outra sempre faz com que o dinheiro acabe nas mãos de um terceiro (MARX, 2013, p.252)

A ampliação dos lucros dos comerciantes europeus, que é dada à base do comércio de mercadorias, portanto, necessita do aumento do volume de mercadorias, que será promovido à base do trabalho escravo em ‘novas terras’, repletas de riquezas abundantes. A formação das colônias do ‘Novo Mundo’ e as origens do ‘código negro’ remontam aos séculos XV e XVI, quando foram emitidos alguns documentos de instituições políticas de Portugal e na França, pela necessidade de expansão e ‘descobertas’ de terras novas, tráfico de trabalhadores negros e escravidão de indígenas.

Na França, em 1550, índios Tupinambás foram levados para serem expostos ao rei Henrique 2º, como sendo o povo exótico descoberto pelos exploradores. Até mesmo a história da maldição de Cam, agora resgatada, passa a servir como objeto de inferiorização das populações negras escravas africanas (COQUERY-VIDROVITCH, 2003).

Nesse sentido, como aponta Marx (2013)

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2013, p. 998).

O desmantelamento da ordem feudal na Europa se deu a partir de condições específicas pelas quais surgiria um novo modo de produção fundado no trabalho assalariado. O lento advento do trabalho assalariado, realizado mais completamente com a revolução industrial, pressupunha o processo de acumulação primitiva, a dissociação lenta e gradual do trabalhador e a propriedade dos meios de produção.

As condições específicas dessa transição foram sustentadas, todavia, pelo trabalho escravo do negro e do índio. Não é por mera coincidência que John Locke (1980), filósofo inglês do liberalismo político no século XVII, acionista da Royal African Company (empresa de promoção do tráfico de negros) propunha que

[...] a liberdade dos homens sujeitos a um governo , constitui-se em ter uma regra à qual se deve obedecer , comum a todos os membros daquela sociedade e instituída pelo poder legislativo nela erigido . Uma liberdade de seguir minha própria vontade em todas as coisas em que esta regra não determina; e não estar sujeito à vontade inconstante , incerta, desconhecida e arbitrária de outro homem : como assim se funda a liberdade natural, não estar submetido a qualquer obrigação exceto à da lei da natureza .(1980, p.43-44, tradução minha)

A legitimação da racionalidade burguesa, de uma forma de pensamento que reflete o mundo burguês, mas se estende ilusoriamente à classe trabalhadora, se dá fundamentalmente sobre o trabalho assalariado. A escravidão no ‘Novo Mundo’, portanto, proporcionou as condições para a organização burguesa do regime de trabalho assalariado nos países europeus (IANNI, 1978).

No trabalho assalariado, como propõem os liberais, os trabalhadores, para se tornarem ‘livres’, não devem possuir vínculo direto com a terra, não poderão ter a propriedade dos meios de produção. Ou seja, em nossos termos, lhes é imposta a condição de depender da venda de sua força de trabalho:

Quando, por exemplo, os grandes proprietários de terra ingleses despediram seus servos, que consumiam junto com eles o produto excedente da terra; quando, além disso, seus arrendatários escorraçaram os pequenos colonos etc., com isso, primeiramente, foi lançada uma massa de forças de trabalho vivas no mercado de trabalho, uma massa que era livre em sentido duplo, livre, em primeiro lugar, das antigas relações de clientela ou de dependência e das relações de serviço e, em segundo, livre de todos os haveres e de toda forma de existência concreta e objetiva, livre de toda propriedade (MARX, 2011, p. 675).

Dentro dessa lógica, como garantia ideológica de que uma maioria será expropriada pelo trabalho, se torna muito útil o preconceito, que legitimará algumas 'teorias' como as que sustentam a inferioridade do negro baseadas no falso conceito de 'raça', sendo estas justificativas de interesse a essa lógica perversa.

A sociedade burguesa, no entanto, ainda viria a se desenvolver, a ponto de dissociar completamente o trabalhador de toda forma de propriedade, nas já citadas palavras de Marx. O capitalismo comercial impulsionou o desenvolvimento das metrópoles na medida em que os comerciantes europeus compravam mercadorias a baixos custos e vendiam a altos preços. A ideologia liberal que emergia fruto do mundo burguês argumentava que essa alienação do trabalho poderia proporcionar a realização das vontades individuais de todos os indivíduos, quando falavam, na verdade, apenas de alguns, os burgueses, propondo que seriam esses os pressupostos da liberdade real.

Adam Smith, no século XVIII, por exemplo, ao propor que as liberdades do indivíduo (entenda-se, individuais) se realizam através da liberação do mercado, as enaltecia numa época em que a Inglaterra possuía o maior número de escravos negros africanos, dirigindo seu discurso aos cidadãos, homens brancos proprietários de terras e escravos. Exatamente naquele momento, como aponta Marx,

A Inglaterra obteve o direito de guarnecer a América espanhola, até 1743, com 4.800 negros por ano. Isso proporcionava, ao mesmo tempo, uma cobertura oficial para o contrabando britânico. Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva (MARX, 2013, p.1009).

Com efeito, o pensamento liberal sistematiza o fundamento da liberdade em torno da impossibilidade de convergência das vontades individuais. A liberdade aparece como inatingível na vida em sociedade, não se atinge a liberdade enquanto ela tiver de ser construída *com* o 'outro'. Decorre disso, a necessidade do controle social, de modo a garantir que 'uma' liberdade não interfira em 'outras' liberdades. Tal ideia de liberdade concebe a realização das necessidades imediatas como fundamento da liberdade real do ser social.

No entanto, parte-se de uma premissa falsa. Voltaire, expoente da filosofia liberal concebe a liberdade como a realização das vontades individuais. Ser livre é ser capaz de realizar o que se tem vontade. Em seus termos, a vontade, por

si mesma, ' [...] não é livre mas vossas ações o são. Tendes a liberdade de fazer quando tendes o poder de fazer' (VOLTAIRE, 2001, online).

Em outros discursos bárbaros, David Hume⁶² e Voltaire⁶³ afirmam que nenhum povo de cor da pele negra teria sido capaz de se distinguir em formas de pensamento e em termos de desenvolvimento social, considerando os lábios grossos, cabelos com fios que se 'entrelaçam', como sendo aspectos animais e incomuns, e que, em suas concepções, somente poderiam expressar as supostas debilidades das inteligências desses povos.

Isso se deu de tal forma, que até mesmo Kant, precursor no pensamento idealista emergente da época do Iluminismo, conversara com Hume:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos (KANT, 1993, p. 75)

O alinhamento desses propósitos do pensamento racional-burguês é muito claro. A começar, a discriminação dele constitutiva (a inferioridade dos negros), pretende responder racionalmente ao conjunto do pensamento e das formas de 'autoconsciência' que, misticamente e biologicamente, nos diferencia dos animais. Propõe-se, desse modo, uma separação ontológica da natureza dos indivíduos, a fim de justificar o processo de desumanização que a lógica capitalista do escravismo prevê.

Tanto que muitos documentos regulavam a relação entre as famílias dos brancos europeus e os escravos nas colônias francesas das Antilhas, entre tais documentos, a proibição do casamento 'misto' e a obrigatoriedade do batismo na igreja católica, promovido por Colbert, ministro das finanças de Luís XIV na França durante o século XVII.

Tal tentativa de separação ontológica alimenta-se, entre outros argumentos, na realização mística da 'razão' no indivíduo, presente no pensamento liberal de Locke (1980) e trabalhada por Kant (1993), ainda não seria superada por Hegel (1997) apesar de este autor apresentar um estudo totalmente distinto e em caráter de rompimento com os demais. Na concepção de Locke (1980), o intelecto é

⁶²HUME, D. **Essays and treatises on several subjects**. London, v.1, 1777.

⁶³VOLTAIRE. **Tratado de Metafísica**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural – Os Pensadores, 1978b.

a atividade de pensar e ter ideias, porém, se encontra relativizado pela experimentação. Um indivíduo dotado de 'razão', a expressa sobre as leis do Direito, concebendo-as como condição que permite a realização da liberdade individual. Para Kant (2008), o 'racional' aparece ligado ao alcance de uma 'verdade' (absoluta). Em sua concepção, o 'racional' é aquilo que remete à 'verdade', a 'representação do que é 'eterno', ou seja, apresenta um fundamento pretensamente atemporal e imaterial para a razão. Apesar de, em ambos os autores, a história ter o papel de relativizar a 'razão', aquela apenas é entendida como acúmulo de fatos no tempo.

O estabelecimento da ideia de 'raça' efetivamente aparece nesse momento de renovação das ideias com o mundo burguês, o Iluminismo. Afinal, o desenvolvimento das ciências humanas passa a se pautar pelo método das ciências naturais, elevando o método empirista como possibilidade de explicação dos fenômenos sociais.

Decorrem disso, os conceitos mais disseminados na busca mística pelas razões da natureza humana e das nações, presentes, por exemplo, em Locke (1980). Os aspectos mais evidentes dessa relação podem ser encontrados nas raízes do pensamento liberal sobre a liberdade, fundamentos essenciais da ética burguesa, pois representam a ideologia que conduz o desenvolvimento da sociabilidade capitalista.

O termo 'raça' passou a preencher as diversas lacunas de compreensão dos fenômenos sociais sustentando as perspectivas positivistas, por exemplo, do Iluminismo e jus naturalismo.

Isso se deu de tal forma, que, no século XVIII, a Déclaration pour la Police des Noirs de 1777 – 'foi, na França, o primeiro texto legal redigido em termos de cor' (COQUERY-VIDROVITCH, 2003, p.657, tradução minha) – interditava a entrada de 'negros, mulatos e outros indivíduos de cor' oriundos das colônias. No ano seguinte, estabeleceu-se a necessidade de os negros portarem uma identificação na França.

Com efeito, o pensamento 'racial' emerge no mundo burguês com pressupostos explícitos de defesa de uma razão mística, num processo imaginado pelo qual a consciência é que determinaria o ser. Essa inversão, na verdade ilustra um pensamento idealizado sobre a vida humana, porém criado como estratégia ideológica da burguesia (MARX, ENGELS, 2007; MARX, 2010a)

O pensamento idealista assume necessariamente compromissos com o pensamento racional-burguês, ou seja, as ideias 'raciais' fazem parte de sua arguição lógica. Lembremos que Hegel (1992) concebia o domínio consciente da 'razão' pelo homem, entendendo que o alcance da 'razão' pressupõe o pensamento colocado em 'movimento'. No pensamento hegeliano, esse 'movimento' insere-se num processo de abstração, no qual a formulação inicial sobre um fenômeno é negada pelo indivíduo, produzindo, nesse 'movimento', outra formulação, de contestação, e a partir dessa conclui-se um pensamento, consistindo esse último no ápice da subjetividade (HEGEL, 1992).

O 'movimento' é, no entanto, realizado num processo em que 'ideia', 'razão' e 'espírito' se conectam. Na formulação hegeliana, uma ideia inicial se realizaria no plano concreto corporal do indivíduo, portanto, ligada ao pensamento em sua interioridade. Na negação ela exterioriza-se na relação com a 'natureza', sendo que, na etapa da síntese, o pensamento retorna ao indivíduo, ou seja, conciliação a fim de recompor sua interioridade.

Não há consciência na etapa inicial, dentro da lógica hegeliana, ela apenas é dada numa espécie de realização espiritual que a faz 'retornar ao corpo' físico do indivíduo, ou seja, crê em uma ideia perene do saber, tanto que seria divina, representaria um estágio do saber distinto. Porém, todas as etapas desse processo se realizariam para o 'homem branco germânico'.

Por isso, na relação entre o senhor e o escravo, Hegel assim fundamenta sua teoria:

O senhor, porém, é a potência sobre esse ser, pois mostrou na luta que tal ser **só vale para ele como um negativo**. O senhor é a potência que está por cima desse ser; ora, esse ser é a potência que está sobre o Outro; logo, o senhor tem esse Outro por baixo de si: é este o silogismo [da dominação]. O senhor também se relaciona mediatamente por meio do escravo com a coisa; **o escravo, enquanto consciência-de-si em geral, se relaciona também negativamente com a coisa**, e a suprassume. **Porém, ao mesmo tempo, a coisa é independente para ele, que não pode portanto, através o seu negar, acabar com ela até a aniquilação; ou seja, o escravo somente a trabalha.** Ao contrário, **para o senhor**, através dessa mediação, **a relação imediata vem a ser como a pura negação da coisa, ou como gozo** - o qual lhe consegue o que o desejo não conseguia: acabar com a coisa, e aquietar-se no gozo. O desejo não o conseguia por causa da independência da coisa; mas **o senhor introduziu o escravo entre ele e a coisa, e assim se conclui somente com a dependência da coisa, e puramente a goza; enquanto o lado da independência deixa-o ao escravo, que a trabalha.**

[...] o que **o escravo** faz é justamente o agir do senhor, para o qual somente é o ser-para-si, a essência: **ele é a pura potência negativa para a qual a coisa é nada**, e é também o puro agir essencial nessa relação. **O agir do escravo não é um agir puro, mas um agir inessencial** (HEGEL, 1992, pp. 130-131)

Vemos que, para Hegel, a capacidade de abstração e o processo da negação apenas seria possível para o possuidor de um 'espírito' capaz de mediar o pensamento. O crescimento do Espírito se daria no transcorrer da história, proporcionando uma maior liberdade aos indivíduos (*brancos*), quanto mais o processo de contradição expresso na negação da negação das ideias se der. Contudo, o cerne desse movimento é o alcance da consciência plena de si próprio (HEGEL, 1997), ou ainda, o alcance da capacidade de auto-percepção sobre tudo.

O que aponta o pensamento de Hegel como uma racionalidade já distinta dos liberais, ainda o coloca como mentor das relações burguesas num momento de desenvolvimento das forças produtivas própria à revolução industrial, daí que a revolução francesa e as regulações advindas com o advento do Estado moderno, ou seja, o capitalismo assumindo um desenvolvimento mais maduro com o capital industrial, tornam possíveis a criação de um mercado nacional e uma burguesia mais robusta e torna necessário o fim do Estado absolutista.

Nesse momento, Hegel concebe que

A justificação da **escravatura** (como fundada na força física, na presa de guerra, na proteção, na manutenção, na educação, na beneficência, no consentimento próprio), e bem assim do domínio como simples direito do senhor, em suma a justificação de todos os aspectos históricos oferecidos pelo direito de escravatura e de domínio, assenta no ponto de vista de que o homem é um ser natural segundo um modo de existência em que também está compreendida a vontade arbitrária, e que é um ponto de vista inadequado ao conceito. Pelo contrário, **é a afirmação de que a escravatura é absolutamente injusta que se funda no conceito do homem como espírito, como o que é em si mesmo livre, e que mostra como é incompleto o conceito, a que a escravatura recorre, do homem como ser livre por natureza ou, o que é o mesmo, como ela toma por verdadeiro, não a ideia, mas o conceito imediato.** (HEGEL, 1997, p.56)

Afinal, na busca pelas respostas da vida em sociedade, a partir do uso da Razão, expressão de sua faculdade de pensar, os indivíduos constituiriam, segundo a lógica hegeliana, o Estado, sendo o mesmo a forma material de manifestação do que é eterno, ou seja, capaz de findar a necessidade do processo contraditório fundamental na esfera do pensamento, até mesmo humanizaria o escravo.

Justificando o Estado sobre uma perspectiva ‘germânica’, no interesse burguês, Hegel ainda afirma “[...] o único princípio do direito e do dever: a liberdade pessoal do homem. **É assim que os escravos não têm deveres porque não têm direitos**, e inversamente (não se trata aqui dos deveres religiosos)” (HEGEL, 1997, p. 227).

No que se refere ao pensamento de Hegel e no fato de sua concepção sobre a razão se fundamentar sobre o plano místico, Marx apreende de Hegel o mérito de romper com a concepção estática do ser e de que o mesmo teria uma essência também estática. Marx e Engels (2007) evidenciam a negação da negação como categoria fundamental do ser social, mediação que se realiza no processo de conhecimento da natureza pelo indivíduo (na relação entre a interioridade e a exterioridade), o que pressupõe o trabalho como categoria fundante da totalidade da vida social, e a sociedade (não o indivíduo isolado) como fundante da sociabilidade.

Apreendendo a contradição, como categoria fundamental presente na filosofia de Hegel, bem como nos estudos sobre a economia inglesa e do contexto de luta de classes na França em seu tempo histórico, Marx fundamentou o entendimento materialista histórico-dialético da vida humana, evidenciando o papel do trabalho na socialização do homem e no desenvolvimento de suas capacidades no plano da consciência.

2.2.1 Para incômodo dos idealistas: sobre como “geneticamente, somos todos iguais”

[...] o lado ativo, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não reconhece a atividade real, sensível, como tal⁶⁴.

Partindo do método em Marx, temos esclarecimentos fundamentais para contrapor a concepção burguesa sobre a cor da pele, a ideia de que a cor da pele negra indicaria atributos genéticos específicos e inferiores de um grupo de indivíduos.

A consciência e o trabalho aparecem, para Marx e Engels (2007), como indissociáveis, pois é com o trabalho que os indivíduos transformaram a natureza, movidos por necessidades materiais de produção da vida, num processo de abstração do pensamento, em que atribuem valores às coisas, ressignificando os

⁶⁴ Marx nas teses sobre Feuerbach, I, (1845).

aspectos anteriormente apenas naturais e a si mesmos. Ou seja, o processo de negação da negação é constitutivo do desenvolvimento do ser social, na atribuição de valores, que se diferem daqueles valores anteriores à ação do trabalho, ganhando novos significados voltados à vida humana – por exemplo, a partir da produção da lança para a caça, a madeira deixa de ser apenas madeira no plano da consciência, passa a ter um significado e uma função socialmente distintos com a ação do trabalho, com o qual o homem constrói mediações que o negam como um ser isolado e natural, mas expressam o desenvolvimento do ser como ser social.

Tanto a sociabilidade é pressuposto desse processo, no qual os indivíduos desenvolvem a linguagem e a cooperação, quanto a consciência aparece ativa como capacidade fundamental do ser social, por isso o trabalho aparece como categoria fundante do ser social. Como Marx afirma,

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, ENGELS, 2007, p. 94)

Nesse sentido, partindo de Marx e Engels (2007), concebo que o indivíduo altera a natureza, como condição que essencialmente o constitui como ser social. Afinal, tendo o trabalho como atividade que media a transformação da natureza pelo indivíduo, é a partir do trabalho aplicado à produção material da vida, que os seres sociais criam e recriam suas necessidades, atribuindo a elas novos sentidos.

No que tange às necessidades sociais de sobrevivência e cooperação, foi possível desenvolver a linguagem, ou seja, como fruto dos processos de intercâmbio durante a produção material da vida, em sociedade (MARX, ENGELS, 2007).

Não pretendo, ademais, apenas tratar das condições objetivas da produção da vida social, mas atentar para o fato de que, até mesmo a linguagem, como expressão da subjetividade dos indivíduos, tem uma base material em torno da fala, dos códigos e das imagens, apenas possíveis de serem reais na ação concreta com outros indivíduos, desenvolvendo-se historicamente.

Nesse sentido, quando falo nos modos de vida do ser social, falo sobre os modos dos indivíduos se relacionarem entre si e com a natureza em sua totalidade,

sendo que nossas capacidades biológicas, físicas, mentais, não são 'naturais' nem são um produto individual, são capacidades genericamente humanas, sociais.

Entender a cor da pele dos indivíduos e as demais características físicas dos mesmos como produto das relações sociais dos indivíduos, implica em assumir que aquelas características aparecem como particularidades conectadas com o modo de produção da vida, ademais, *não são estáticas ou simplesmente 'transmissíveis'*.

Na racionalidade dialética, o processo de conhecimento se dá por aproximações sucessivas com a realidade, na busca por desvelar os fenômenos aparentes e ultrapassar a 'pseudo-concreticidade' (KOSIK, 1976) da realidade. Por sua vez, a realidade não se apresenta de forma dada, mas é um todo complexo determinado por diversas particularidades. A perspectiva de totalidade é forma de pensamento que se pauta em processualmente construir mediações e apreender mediações já postas na realidade, ou seja, realizar o processo de abstração do 'real', visando a alcançar sua essência.

A ideia, nesse sentido, para Marx reflete o modo de ser do ser social. O movimento dialético realiza-se no ser, não é exterior a ele em termos físicos, como outrora em Hegel, e é atividade de objetivação do indivíduo, de realização de suas capacidades fundamentais.

Por isso, parto de uma análise sobre a vida social, diferente daquela para a qual cada indivíduo herdaria o sangue de seus progenitores. O DNA de um indivíduo de cor da pele branca, nascido na Alemanha, por exemplo, pode ter maiores semelhanças com o material genético de um indivíduo negro da Antilhas, do que com seus colegas de classe alemães. Contudo, o determinismo biológico é muito útil nas sociedades de classes, afinal, tornou-se imprescindível sabermos qual filho de cada burguês tem o chamado 'sangue de seu sangue' para fins de herança.

O determinismo biológico trata a cor da pele como aspecto genético que é transmitido através da descendência, desde as variações que **supostamente e misteriosamente 'dividiram'**, em algum momento da história, o ser humano mais remoto **em segmentos 'raciais'**. A vida real dos indivíduos, em sociedade, e a natureza humana aparecem em planos distintos, de acordo com o determinismo biológico do racismo.

A alusão a esse estágio primitivo, entretanto, é ilusória. "Não nos desloquemos, como [faz] o economista nacional quando quer esclarecer [algo] a um

estado primitivo imaginário. Um tal estado primitivo nada explica. Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta” (MARX, p. 80, 2010b).

As ideias raciais são atributo da racionalidade burguesa, pois expressam a concepção da genética como se os genes fossem aspectos fixos, pretendendo que um indivíduo ‘carregue’ no seu sangue características predefinidas, todas essas sendo justificativas que legitimam a opressão classista burguesa. Partindo de Marx, temos que

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: que a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está interconectada a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, p.84, 2010b).

A vida real dos indivíduos, nesse sentido, se constitui num processo dialético. Desse modo, a cor da pele dos indivíduos não é aspecto exterior à totalidade da vida social. Na busca por esclarecer a polêmica entre a hereditariedade e o ‘meio’, Dunn (1972) aponta que nossas características genéticas, até mesmo fenotípicas, são o produto daquilo que adquirimos no início da vida e daquilo que adquirimos durante a sobrevivência. Isso se dá, uma vez que as condições externas ao corpo dos indivíduos os altera biologicamente, à medida que o mesmo altera a natureza (DUNN, 1972).

Nessa linha de raciocínio, a fim de contrapor as justificativas que sustentam a hereditariedade como determinante nas aparências físicas dos indivíduos, Dunn afirma que,

É evidente que não podemos herdar essas características como elas efetivamente são, porque os traços físicos, como o tamanho do corpo ou a pigmentação da pele, e as características mentais, como o talento para as Matemáticas, não poderiam estar presentes como tais numa única e minúscula célula, de onde cada ser extrai sua origem. O que se transmite por hereditariedade biológica é um conjunto de determinadas possibilidades que lhe permitem reagir de uma ou de outra maneira específica à influência do meio (DUNN, 1972, p. 9).

Essa formulação é essencial para ponderarmos sobre a questão da cor da pele como aspecto transmissível. Pelo contrário, são aspectos dinâmicos e mutáveis. Diversas são as partículas que podem ser agregadas ao corpo dos indivíduos ao longo da vida, as quais são a expressão de um processo constitutivo

da vida em sociedade, pois pressupõem a (re) adaptação aos tipos de alimento, às condições climáticas, à existência de água ou seu grau de salinidade, bem como às formas de trabalho socialmente e historicamente desenvolvidas.

A cor da pele de um indivíduo, desse modo, não tem relação alguma com suas características genéticas de modo fixo, ou seja, **não há características no gene dos indivíduos de fenótipo 'semelhante', que permita agrupá-los em grupos 'raciais' ou 'não raciais'**, a não ser como forma de pensamento criada historicamente pelos indivíduos.

As diferenças físicas como a cor da pele, portanto, podem se constituir no processo de sobrevivência, em movimento. Devido a isso, uma pessoa que trabalha em locais escuros e com pouca exposição ao sol, **pode apresentar, ao longo do tempo, a perda da pigmentação da pele**, que passa a ser desnecessária frente às condições externas (DUNN, 1972). Do mesmo modo, as reações adaptativas quanto ao fechamento dos olhos devido à luz, podem levar um trabalhador que passa a morar em uma região do planeta de ampla incidência da luz, como no leste oriental do planeta, à maior propensão ao encurtamento das fendas palpebrais do que outrora tivera, morando em outra região climática. Obviamente que tais alterações biológicas não ocorrem de maneira repentina, mas são observáveis dentro de um período não muito longo de tempo.

No entanto, apesar de ser uma característica mais comum dos povos orientais, já que é transmissível pela hereditariedade, **a existência daquele tipo de pálpebra não é exclusivo daquela região, podendo ser igualmente encontrada entre os estereótipos dos europeus ou dos negros** (DUNN, 1972).

Ocorre que, do mesmo modo, como determinantes no fenótipo, as mutações atuam de tal maneira a possibilitarem a existência do cabelo 'crespo' em populações nórdicas que não apresentam qualquer vestígio de descendência do padrão 'negro africano', aparecendo como uma possibilidade, caso assim se dê como vantagem biológica (DUNN, 1972), ou ainda, como vantagem frente às condições externas, ou seja, às relações sociais e à natureza, dos quais fazem parte como seres sociais.

Outra perspectiva não naturalista da vida e da cor da pele dos indivíduos é de Templeton (1998a), que mostrou estudos concretos e com resultados expressivos no período recente, de que **as diferenças entre os genes de negros e brancos são completamente insignificantes**, e as maiores diferenças genéticas

podem ser encontradas, ironicamente, entre indivíduos com características semelhantes. Afirma Templeton (1998a), que

Os genes, unidades que carregam todas as informações sobre o organismo de um ser humano, determinam as características físicas. Mas as partículas que definem a cor do cabelo ou o formato do rosto são tão poucas que perdem seu significado quando comparadas ao número total de genes. A cor da pele de uma pessoa pode representar uma adaptação biológica a certas condições geográficas ao longo de sua evolução. Na região de origem dos negros, por exemplo, o sol é bastante forte. Como o excesso de energia solar prejudica o organismo, a cor negra protege a pele contra os raios nocivos. Não importa se há diferenças na cor da pele, nas feições do rosto, na estatura ou origem geográfica. **Geneticamente, somos todos iguais** (TEMPLETON, 1998a, p.5)

Assume-se, dessa maneira, a condição histórica e dialética a qual está submetida a cor da pele dos indivíduos. Portanto, aquelas justificativas mais conhecidas para a cor da pele baseadas na ideia de 'raça', foram criadas historicamente, respondendo a uma forma de sociabilidade muito específica.

No capitalismo industrial, o processo de alienação do trabalho implica na articulação de uma racionalidade específica na vida dos indivíduos, discriminatória, individualista, alienada.

Suas expressões mais contraditórias se deram no século XIX, no qual vivera Marx. Se, em termos de alienação do trabalho, a superioridade da cor da pele branca e a inferioridade da cor da pele negra em torno da ideia de 'raça' constituíam-se na dinâmica histórica inicial do capitalismo, com as formas pelas quais a classe trabalhadora se apresenta sob um nível de expropriação antes jamais visto. A desigualdade no desenvolvimento das sociedades de classes notadamente aumenta.

Afirma Silva (2012, p. 73), nesse sentido, que

a justificação ideológica moderna da inferioridade racial em teorias racistas tem origem no Absolutismo [...], no estabelecimento da luta da aristocracia feudal para manter seus privilégios na transição ao capitalismo; neste sentido, ela tem um caráter de ideologia por exercer uma função nos embates e conflitos de classe.

Os aspectos centrais do pensamento racista, portanto, desenvolvidos a partir do século XV foram aprimorados na passagem do capitalismo mercantil para sua fase industrial, a partir do século XVII-XVIII, realizando sua função ideológica na luta de classes.

Nesse processo, a ampla disponibilidade de terras do 'Novo Mundo' não poderia proporcionar a formação de um número amplo de proprietários de terras. A Inglaterra, que desenvolveu amplamente o comércio com as navegações, exploração de terras e o tráfico negreiro, seria pioneira nessas restrições. Nas palavras de Dobb (1987)

Tornou-se claro para os que desejavam reproduzir as relações capitalistas de produção no novo país que a pedra fundamental de seus esforços deveria ser a restrição a uma minoria e a exclusão da maioria quanto a qualquer participação na propriedade. A compreensão dessa mesma verdade levou os administradores coloniais em tempos mais recentes a reduzir, em certas partes da África, reservas das tribos nativas e impor tributos aos nativos nelas residentes, a fim de manter uma oferta de mão-de-obra para os empregadores brancos. É evidente que isto estava no entendimento de muitos observadores das transformações agrárias que acompanham a Revolução Industrial na Inglaterra (DOBB, 1987, p. 225).

Esse processo exprime o desenvolvimento do capitalismo de forma mais madura, formando-se claramente classes organicamente antagônicas em torno do assalariamento, na formação da burguesia e do operariado, pressupondo, por conseguinte, o fim do campesinato enquanto classe social, tão quanto dos ofícios rudimentares (artesanais) em prol das indústrias (DOBB, 1987). Essa expansão do modo de produção, que se dá à base da exploração do trabalho, necessariamente levaria ao aumento do proletariado (DOBB, 1987).

A imanente ampliação da contradição entre capital e trabalho, que tornara possível a formação de uma massa de classe trabalhadora, explorada e miserável, caracterizou a formação das áreas urbanas em oposição às rurais, de relações burguesas propriamente industriais.

Apesar de que houve queda da taxa de mortalidade, talvez esse fato esteja ligado às próprias características do desenvolvimento industrial na Europa em 'poupar' trabalho imediato, ou seja, a expansão do mercado, ao ser acompanhada pelo aumento populacional de consumidores, também significou o aumento da produtividade, pois havia a possibilidade concreta de manutenção da força de trabalho em condições suportáveis, a fim de não ultrapassar os limites físicos dos trabalhadores (DOBB, 1987).

O aumento de capital, nesses termos, estava muito mais imbricado na esfera da produção. A extração da mais-valia absoluta, prolongada via aumento da jornada de trabalho dos trabalhadores, possui seus limites. Se o capitalista se

apropriar dos frutos da produção que seriam correspondentes à aplicação de uma determinada força de trabalho, fazendo com que o trabalhador trabalhe mais do que o necessário para obter o que recebe, na fase industrial do capitalismo é possível o aumento da produtividade sem que haja necessidade de prolongamento da jornada diária de trabalho.

Por isso os limites da mais-valia absoluta - segundo Marx (2013), as condições físicas dos trabalhadores e a própria organização da classe operária para reivindicar melhores condições de trabalho - poderiam ser contornadas com a introdução das inovações tecnológicas.

Obviamente que a exploração arcaica nas colônias impunha formas distintas de opressão do negro, porém que revelam a luta de classes em sua essência, como a necessária desarticulação, quando negros eram colocados juntos de tribos distintas para não comunicação. Mas, sobretudo, a ampla imposição da violência física, com níveis de crueldade muito diversos (IANNI, 1978).

Isso muda completamente os níveis da acumulação capitalista, tendo em vista que implica na redução do tempo de trabalho socialmente necessário, sendo que o capitalista poderá investir agora em 'trabalho morto' - acumulado -, no lugar do 'trabalho vivo' - emprego de força de trabalho imediata. O que ocorre nesse período, do ponto de vista das contradições do mundo capitalista, é a intensificação da luta de classes, tanto no mundo do trabalho 'livre' como nas formas de trabalho escravo nas colônias. Marx (2013) bem identificou esse processo.

A história da regulação da jornada de trabalho em alguns modos de produção, bem como a luta que, em outros, ainda se trava por essa regulação, provam palpavelmente que, quando o modo de produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador como "livre" vendedor de sua força de trabalho, sucumbe a ele sem poder de resistência.

Como a luta teve início no âmbito da indústria moderna, ela foi travada, inicialmente, na pátria dessa indústria, a Inglaterra.

A França se arrasta, claudicante, atrás da Inglaterra.

Nos Estados Unidos da América do Norte, todo movimento operário independente ficou paralisado durante o tempo em que a escravidão desfigurou uma parte da república. **O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro** (MARX, 2013, p. 464-465).

Esse processo, no entanto, ocorreu ao longo do século XVIII e intensificou-se no século XIX. Como vimos, pressupôs a erradicação do

campesinato, a apropriação da abundância de riquezas por parte da burguesia para criação de tecnologias nunca antes vistas e a formação de uma classe operária abundante, um verdadeiro ‘exército de reserva’ para o trabalho.

Obviamente que o trabalho escravo nas colônias foi aspecto fundamental desse processo, porém é preciso elucidar que as formas de trabalho escravo típicas nas colônias minguaram gradativamente desde o fim do século XVIII, sendo que o Brasil foi o último país colonial a exaurir esse regime típico, somente ao fim do século XIX, em 1888. Apenas por esse motivo darei importância ao processo de evolução do capitalismo numa perspectiva global.

Sobre essa transição, como disse Marx nos escritos do Grundrisse,

O valor de troca como produto imediato do trabalho é dinheiro como produto imediato do trabalho. O trabalho imediato que produz o valor de troca enquanto tal é, por isso, trabalho assalariado. Onde o próprio dinheiro não é a comunidade, tem de dissolver a comunidade. O homem da Antiguidade podia comprar trabalho imediato, um escravo; mas o escravo não podia comprar dinheiro com o seu trabalho. O aumento do dinheiro podia tornar os escravos mais caros, mas não tornava seu trabalho mais produtivo. **A escravidão de negros – uma escravidão puramente industrial –, que, em todo caso, desaparece com o desenvolvimento da sociedade burguesa e é com ela incompatível, pressupõe o trabalho assalariado,** e se outros Estados livres, com trabalho assalariado, não existissem ao lado de tal escravidão, mas a isolassem, imediatamente todas as condições sociais nos Estados escravistas se converteriam em formas pré-civilizadas (MARX, 2011, p.249-250).

O pensamento Iluminista, o idealismo e as justificativas liberais da existência humana coadunaram nesse processo, ao passo em que desapareciam concretamente as formas pré-capitalistas do absolutismo feudal na Europa, mas a manutenção até certo ponto, dessas formas nas colônias, a fim de impulsionar o desenvolvimento das relações burguesas nas metrópoles. O fim da escravidão se deu, ainda no século XVIII, em plena Revolução Francesa, em Estados dos EUA, seguidos na virada do século por Haiti (1804), Argentina (1813) e Colômbia (1814).

Em que termos se colocam, portanto, momentos históricos como a Revolução Francesa de 1789? Nesse sentido, foi uma revolução essencialmente da burguesia, já que, ao enaltecer princípios concebidos de modo universal, já possuía o controle das condições concretas de manter a contradição entre as classes. Se o campesinato aderiu à proposta solidária de constituição de uma ‘nação’, a burguesia o tornaria, após a revolução, desapossado, expropriado.

As lutas identificadas como de interesse 'nacional', de fato, configuraram-se, não raramente, em movimentos classistas burgueses, ou seja, são incapazes de exprimir os interesses das classes subalternas. É ainda válido ressaltar, que a formação dos Estados-nação a partir das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, deu-se de modo que a burguesia afirmava o compromisso com o fim das monarquias em nome da igualdade e liberdade, contudo, isso não refletia uma convergência de valores entre pobres e burguesia (COUTINHO, 2010), nem mesmo entre as colônias e as metrópoles. Seus ideais foram transplantados para a classe trabalhadora sob o símbolo da 'nação' e da liberdade ilusória do trabalho assalariado. No entanto, após as lutas realizadas, as classes nunca estiveram em nível de igualdade real. Por isso, afirma Hobsbawn (2011, p.19) que "[...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto".

Henri Lefebvre (1988) afirmou, nesse sentido, que o nacionalismo foi inventado, especialmente na época da Revolução Francesa. Isso porque, a concepção de liberdade do homem antigo ligava-se à sua realidade mais próxima, ou seja, à cidade. Essa característica de identificação do ser social ligada aos intercâmbios pessoais e imediatos permanece durante o feudalismo.

A Revolução Francesa, contudo, já exprimia o individualismo e a concepção de liberdade modernos. Nomeou-se o 'patriotismo', uma noção abstrata, como modo de identificação das relações entre o cidadão e a nação à qual pertencia. Se "o nacionalismo vem antes das nações" (HOBSEBAWN, 2011, p.19), podemos compreender como a 'nação' é a pretensão de representar uma realidade.

A partir disso, contudo, a própria ideia de nação se mostra como uma abstração. Exprime a busca por uma conexão entre a particularidade e a universalidade, no processo de separação entre o 'eu' e o 'nós'. O amor pela 'nação' é a pretensa medida diretamente proporcional ao sentimento nacional. Como afirma Lefebvre,

Mas, ao mesmo tempo em que a necessidade do sacrifício do indivíduo à sua pátria, a Revolução Francesa proclamava os direitos e a liberdade do homem o mais remoto, o mais abstrato: do indivíduo o mais formal, o qual não é alemão, nem francês, nem provençal ou bretão, nem criança, nem mulher, nem velho, nem trabalhador, nem chefe de família, mas indivíduo puro no universo abstrato (LEFEBVRE, 1988, p.31, tradução minha).

Tanto que, as condições reais do sentimento nacional aparecem sob formas alienadas e profundamente fetichizadas, portanto, distantes de sua idealização. Levado ao extremo, o nacionalismo não raramente significa a fidelidade desmedida aos legados e símbolos, projetando um sentimento sobre a nação, concebendo-a como uma entidade.

O sentimento nacional, ademais, que aparece sob as justificativas raciais em Gobineau, Chamberlain, bem como em Adolf Hitler, consubstanciado em uma ideia perene, genética, de identificação, também advém de uma espécie de mistificação. O mito se opera como uma ficção, a invenção do ‘gene nacional’, pretensamente imutável e eterno, ou seja, uma imagem personificada daquilo que é divino (LEFEBVRE, 1988).

Para essas formas, o sentimento nacional aparece como a certeza de uma posse, uma forma fetichizada pautada nos ideais naturais de ‘raça’, por isso, o sentimento nacional aparece como uma ideia fictícia. Ocorre que,

Na nação e na consciência nacional, o indivíduo encontra o que não lhe podem dar suas relações com outros grupos particulares, com o Estado, com o humano, com ele mesmo. Ele encontra a contrapartida complexa (simultaneamente concreta e formal, real e mistificada, profunda e curiosamente plástica, sincera e usada) de sua inquieta solidão (LEFEBVRE, tradução minha, grifos meus, 1988, p.34).

Em outras palavras, isso significa que o sentimento do indivíduo aparece estranhado frente à sua vida. Na busca pelo alcance da universalidade, os indivíduos encontram apenas seus traços forjados. Os elementos determinantes na criação das realidades nacionais concretas, como as lutas sociais e a contradição entre a opressão da classe trabalhadora e a apropriação da riqueza pela classe dominante, aparecem alheios ao nacionalismo.

Exatamente sobre essa ideologia, entre os séculos XIX e XX, as teorias racistas mais disseminadas tinham por argumento que a inferioridade das ‘raças’ indígena e negra estaria relacionada a diferenças físicas com o branco, supostamente degenerativas aos brancos, consubstanciando o pensamento da eugenia, como bem ilustrou Góes (2015) acerca da realidade brasileira, numa espécie de nacionalismo pró políticas de branqueamento da população, pautando-se

por medidas cranianas e tamanhos dos órgãos, mas também nas pretensões de ações por parte do Estado, a fim de uma intervenção social (GÓES, 2015).

Contudo, em nível global, vemos que **a ideia de ‘nação’ não emerge como proposta de superação das formas desumanas das relações sociais, pelo contrário, ela foi criada por estas formas.** No Brasil e no mundo, alinhadas às teorias de inferioridade dos mestiços, essa ideologia nacionalista eugênica sustentava fortemente o pensamento racista brasileiro, em uma época na qual se supunha que a miscigenação levasse à esterilidade e à contaminação degenerativa.

Afirmava-se, nesses termos, a superioridade ariana e nórdica sobre as outras ‘raças’, principalmente sobre os negros, árabes, supondo as características que teriam permitido as diferenças entre as civilizações. Na França, Gobineau⁶⁵, Gustave Le Bon e Vacher De Lapouge difundiram amplamente o pensamento arianista, Chamberlain na Alemanha, entre diversos outros teóricos que traçaram o arianismo⁶⁶ e suas variações, como o celtismo (COMAS, 1970).

Silva (2012, p. 61) aponta ainda que “Segundo Lukács, as ideias de Gobineau inauguraram o racismo moderno, pseudocientífico, já inserido no processo de luta de classes da sociedade capitalista”.

Poucos trabalhos puderam opor-se fortemente contra tal ideologia racista. Mas tentativas foram realizadas, como o antropólogo haitiano Anténor Firmin (1850-1911), em resposta ao trabalho do francês Gobineau, propondo seu *Ensaio sobre a igualdade das raças humanas* (1885). Nas ciências burguesas, porém, justamente nesse período buscou-se explicar o que seriam tais ‘raças’, supondo o processo ‘evolucionista’ dos indivíduos na história da humanidade.

2.2.2 O evolucionismo na lógica burguesa, os racistas incansáveis e o coletivo idealizado: brincadeiras à parte, e a luta de classes?

*A luta pela existência só pode, então, consistir ainda
em que a classe produtora tire a direcção da produção e da repartição
à classe até aqui incumbida disso,
mas que agora se tornou incapaz [de o fazer]*

⁶⁵ Arthur de Gobineau, por exemplo, afirmava a desigualdade entre negros e brancos, como produto da inferioridade genética dos negros. Era preciso, em seu pensamento, o embranquecimento populacional como meio de evitar o risco à saúde. Vide GOBINEAU, A. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris: Éditions Pierre Belfond, 1967.

⁶⁶ Heidegger (1997), por exemplo, também deu sua contribuição com seu discurso de posse como reitor na universidade de Fribourg, 1933, intitulado “A auto-afirmação da universidade alemã”, no qual identificamos a valorização do indivíduo alemão, supostamente intrínseca à sua origem.

— e isto é, precisamente, a revolução socialista⁶⁷

As ideias evolucionistas, pautadas no argumento da 'seletividade natural' entre indivíduos - no qual os vencedores da 'luta pela sobrevivência' seriam aqueles possuidores de características que os tornariam mais propensos à sobrevivência e, desta forma, suas características perdurariam por mais tempo na história - não foi uma ideia exclusiva de Charles Darwin, conhecida em seu livro *A origem das espécies*⁶⁸. Segundo o próprio Darwin, se soubesse de toda a inquietação sobre os termos utilizados em sua obra, teria alterado um pouco sua abordagem. Difícil missão. Apesar de dizer ter pensado a obra a fim de explicar o passado, suas ideias parecem curiosamente pretender justificar o presente.

Darwin possuía questionamentos pertinentes para qualquer indivíduo empenhado em pensar a sociedade em seu tempo, tanto que Marx e Engels estudaram muito sobre a biologia, a fim de compreender as lacunas que possuíam acerca do processo de desenvolvimento da humanidade. Darwin, porém, possuía uma perspectiva de análise com a qual compôs uma teoria evolucionista da história da humanidade. Explica Engels:

Quando, portanto, um pretenso naturalista se permite subsumir toda a variada riqueza do desenvolvimento histórico na frase, unilateral e magra: «luta pela existência», uma frase que, mesmo no domínio da Natureza, só pode ser aceite *cum grano salis*, **este comportamento condena-se já a si próprio** (ENGELS, 1982, online).

Um fato curioso, contudo é que as ideias de Darwin não foram bem aceitas por parte dos teóricos adeptos de uma racionalidade empirista, da exatidão, nem mesmo entre os teóricos racistas mais fervorosos.

Apesar de que Darwin acreditou que haveria uma ruptura mais evidente entre o indivíduo caucasiano e um babuíno do que entre um indivíduo negro e um

⁶⁷ Engels, Carta a Pietr Lavrovitch Lavrov (1875).

⁶⁸ O evolucionismo já era mencionado antes mesmo do nascimento de Darwin, era um pensamento em voga. Darwin, leitor de Malthus - para o qual o crescimento populacional não acompanharia a produção de riquezas -, viveu numa época na qual o aumento populacional, grande número de trabalhadores à espera de poder vender sua força de trabalho, impulsionava as descobertas, a produção, ampliava a riqueza da classe dominante e a desigualdade. Contudo, sua perspectiva de interpretação das contradições de seu tempo seria muito diversa do que pretendo com este estudo. Interessante conhecer suas inquietações. Vide BRYSON, B. **Breve história de quase tudo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

gorila⁶⁹, para os teóricos racistas mais empenhados em afirmar a inferioridade do negro isso ainda seria insuficiente. O zoólogo Louis Agassiz - sueco que, em visita ao Brasil, afirmou a degenerescência que seria a 'miscigenação', nociva à saúde, degradação humana - crente até mesmo de que haveria razões divinas para a 'seletividade natural' -, por exemplo, repudiou as teorias de Darwin.

Isso não significa que realize uma defesa quanto a teoria darwinista, pelo contrário. O que busco resgatar são aspectos do tempo histórico no qual sua teoria emerge e suas implicações na ideia de que haveria indivíduos biologicamente mais favorecidos que outros, incita pensar a ideia de uma 'seletividade natural' na vida humana em um mundo concebido como 'multirracial'. Esses ideais implicam em atribuir equivocadamente aos indivíduos uma diferença entre eles de ordem 'natural', expressa na desigualdade que há no interior das sociedades, com o grupo mais civilizado, subjugando aqueles mais 'primitivos'.

Toda a doutrina darwinista da luta pela existência é simplesmente a transposição da sociedade para a Natureza viva da doutrina de Hobbes do *bellum omnium contra omnes* e da [doutrina] económica burguesa da concorrência, juntamente com a teoria da população de Malthus. Depois de se ter aprontado este passe [de mágica] (cuja justificação incondicionada, particularmente no que toca à teoria de Malthus, eu contesto, como indicado, retrotranspõe-se as mesmas teorias, da Natureza orgânica outra vez para a história, e afirma-se, então, que se demonstrou a sua validade como leis eternas da sociedade humana. A infantilidade deste procedimento salta aos olhos, não é preciso gastar palavras com isso. Se, porém, quisesse entrar mais de perto nisso, faria de modo que, em primeira linha, os apresentasse como maus *economistas* e só em segunda linha como maus naturalistas e filósofos (ENGELS, 1982, online)

Engels mostra o modo pelo qual o evolucionismo é uma forma de pesamento subordinado à racionalidade burguesa. A respeito disso, vemos como as teorias racistas do final do século XIX, geralmente posteriores a Darwin, fundam o pensamento de que os negros teriam pouco evoluído do macaco e, portanto, negros e brancos teriam evoluído de seres racialmente distintos. Se, para Darwin, a gênese humana era uma, para outros cientistas os grupos 'raciais' possuiriam gêneses

⁶⁹ Em inglês, "At some future period, not very distant as measured by centuries, the civilized races of man will almost certainly exterminate and replace throughout the world the savage races. At the same time the anthropomorphous apes, as Professor Schaaffhausen has remarked, will no doubt be exterminated. **The break will then be rendered wider, for it will intervene between man in a more civilised state, as we may hope, than the Caucasian, and some ape as low as a baboon, instead of as at present between the negro or Australian and the gorilla**" (grifos meus). Vide DARWIN, C. The descent of the man. New York: D. Appleton and Company, 549 & 551 Broadway, vol 1, 1871, p. 193.

distintas. Afinal, ao que se sabia, não poderia haver um esqueleto do 'homem de Neanderthal' muito antigo.

Em busca do 'elo perdido' entre os registros ósseos encontrados na região de Neander e o macaco, cientistas partiram para a região da Indonésia e encontraram ossadas de um ser supostamente anterior às formas humanas e posterior ao macaco, nomeado como o 'homem de Java', atualmente conhecido como *homo erectus*. Anos depois, foi encontrado no deserto do Kalahari, na África, ossadas de um ser que dizia-se ser anterior ao *homo erectus*, o *australopithecus*. Ambas as descobertas foram ridicularizadas na academia científica. Obviamente que assumir que a origem da humanidade estivesse ligada à África, naquele momento, para os racistas, seria o mesmo que afirmar que todos os indivíduos teriam 'algo' dos negros.

As centenas de classificações que foram realizadas posteriormente foram racionalizadas e postas numa hierarquia evolutiva. Na verdade, há uma imprecisão grande acerca da existência desses 'tipos' hominídeos, muitos esqueletos foram encontrados por toda parte no mundo, com diferenças de centenas de milhares de anos de existência entre indivíduos considerados de mesma classificação. Muitas dessas 'espécies', supostamente únicas, foram assim classificadas tendo em vista apenas uma mandíbula ou um fêmur. Ademais, dado que não houve processos de mudança repentinos, a distinção do *homo sapiens* para o *homo erectus* não seria nem mesmo visível. Vale lembrar que tais 'descobertas' coexistiram na história, provavelmente tais seres se reproduziam, geravam descendentes entre várias partes do globo na era paleolítica - anterior à revolução neolítica, ao sedentarismo, ao desenvolvimento da agricultura.

No entanto a ciência burguesa utiliza métodos que visam a confirmar ideias preconcebidas. Tanto que as classificações em torno do *homem de Java* e do *homo habilis* apareceram numa escala valorativa inferior. Foram alocados no patamar evolutivo mais distante do humano contemporâneo, anteriores ao 'homem de Neanderthal', por sua vez substituído pelo 'homem Cro-magnon'. Entretanto, atualmente é sabido que todas essas classificações coexistiram, até mesmo encontrou-se ossos do chamado Cro-magnon na África.

Contudo, aquilo que não era científico - a ciência burguesa - estabelecia que o Neanderthal teria disputado com o homem de Cro-magnon pela sobrevivência, sendo que os últimos produziram os seres humanos mais recentes na história,

suprindo aquelas pretensas 'anomalias' das outras espécies. Esse pensamento é falacioso, mas sua difusão é amplamente aceita até os dias atuais, presente em muitos livros do ensino primário no Brasil.

Tal ideia baseia-se no estudo de Ernst Haeckel⁷⁰, que acreditava que os negros africanos seriam povos descendentes de raças humanas menos evoluídas, e argumentara sobre medidas de crânios e dos dedos das mãos e dos pés, que os negros estariam muito próximos evolutivamente dos macacos. Contudo, chama-me a atenção o fato de que tais estudos tinham um propósito, já explícito desde seu processo metodológico, revelando a centralidade de diversas universidades e instituto de pesquisa como legitimadores da ideologia burguesa, afinal, não se buscou, nestas comparações, por negros que possuíam tamanhos de partes do corpo semelhantes a de brancos e vice-versa - **como hoje sabemos, é possível encontrar duas pessoas de fenótipo semelhante, com cores de peles distintas.**

Apesar das pretensões evolucionistas e racistas, penso que se trata de variações físicas de uma única espécie humana. As variações físicas, por sua vez, estão presentes em todas as chamadas 'raças'⁷¹ humanas e, no limite, se explicam devido às variações climáticas em que os indivíduos viveram ou vivem, e a hereditariedade é apenas *parte* da totalidade da dinâmica da cor da pele. A cor da pele não acusa, portanto, nenhuma tendência 'natural' de que o crânio, o nariz ou as nádegas de alguém de cor da pele negra tenha tamanhos diferentes de que de outra pessoa com cor da pele branca. São características independentes e que se alteram individualmente ao longo do tempo.

O desenvolvimento do ser social não está ligado a qualquer ideia derivada de uma teoria carregada do obscurantismo burguês. Mas sim, do seu desenvolvimento, mediado pela ação do trabalho como meio de alteração da natureza e dos próprios indivíduos.

Devido a isso, Templeton (1998b) considera o perigo de manutenção do termo 'raça' na biologia, mesmo que isso reflita o sentido de 'subespécie', pois guarda uma intencionalidade de diferenciação que, necessariamente, exprime a

⁷⁰ Vide HAECKEL, E. **História da criação natural ou doutrina científica da evolução**. Porto: Lelo & Irmão Editores, 1961.

⁷¹ O antropólogo Juan Comas questionou certa vez: "se os nazistas conheciam as genuínas características distintivas dos judeus, por que eram obrigados a ostentar a estrela de Davi em suas vestes para que pudessem ser identificados pelos arianos?" (COMAS, 1970, p.33)

ideia da existência de ‘raças’ humanas e a suposta inferioridade genética dos indivíduos de cor da pele negra.

No que se refere ao tempo histórico daqueles estudos racistas, no final do século XIX se dava a chamada ‘segunda revolução industrial’, condições históricas do Imperialismo, fim do regime escravista no Brasil pela subordinação às leis do mercado em sua tendência maximizadora e lutas organizadas de negros e liberais brasileiros, início da ‘Partilha da África’ em colônias européias, ou seja, aprofundamento da luta de classes no mundo, das contradições da sociedade capitalista que configurariam uma fase monopolista do capital.

A esse respeito, afirmou Netto (2001) que

Trata-se do período histórico em que o Capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos, tornou-se conhecido como o estagio imperialista, entre 1890 e 1940 (Mandel, 1976, 3:325). Com efeito, o ingresso do Capitalismo no estagio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende a sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplas e complicados os sistemas de medição que garantem a sua dinâmica (NETTO, 2001)

Por isso, esse movimento das ciências, não se limitou à área das pesquisas, muito pelo contrário. A forma mais explícita de sua relação com a vida cotidiana pode ser mostrada pela maior disseminação dos pouco conhecidos zoológicos racistas⁷².

Em Londres, em 1810 e em Paris, em 1815, foi exposta às elites a sul-africana Saartje Baartman, conhecida pelas ‘nádegas proeminentes’. Também em Londres, em 1817, houve exposições de índios brasileiros Botocudos. A partir de então, uma verdadeira indústria de espetáculos foi realizada pelo mundo, com representações de vilarejos, nos quais habitavam supostos canibais.

Tais apresentações eram um modo de justificar a expansão colonialista por meio da caricatura do selvagem e animalesco, ser (ou animal) negro. Os momentos de maior efervescência dessas apresentações se deram entre o fim do século XIX e o início do século XX, sendo que a última apresentação desse tipo teria sido realizada na Bélgica, em Bruxelas, em 1958.

⁷² Sobre os zoológicos humanos, nos quais viveram muitos indivíduos negros capturados para fins de exposição, vide Ota Benga - A pygmy in America. Disponível em: <<https://vimeo.com/26441367>>. Acesso em 20 Jul 2015.

Devido a isso, concebemos ser perigosa a afirmação que deu início a esse capítulo, a frase “somos todos macacos”. É preciso se atentar para o modo como se tratou a questão ao longo dos últimos séculos e suas permanências na realidade atual. Afinal, o tempo que nos distancia desses fatos assombrosos, de maneira geral, não comportam mais que quatro gerações.

Aceitar que seríamos todos macacos é o mesmo que ignorar, por exemplo, a história de Ota Benga, congolês ‘pigmeu’, preso em um daqueles zoológicos norte-americanos no início do século XX, quando o mesmo era obrigado a segurar um orangotango nos braços, como parte do ‘espetáculo’, fato que assegurou afirmações de que ambos, Ota e o macaco, eram ligados consanguineamente, tendo cabeças ‘semelhantes’ e satisfações de mesmo nível.

Capturado por escravagistas após um ataque a sua vila, quando sua mulher e filhos foram mortos, foi ‘comprado’ por um missionário, levado aos EUA para uma mostra projetada para comprovar os estudos do racismo ‘científico’. Olvidar esses fatos e naturalizar a questão, não é mais que uma postura de aceitação e alinhamento à ordem – a qual não foi possível a Ota Benga, já que, sabendo que não seria libertado, nem após as pressões dos jornais negros dos EUA - que se mobilizaram para que ele não fizesse mais parte dos ‘shows’ -, suicidou-se em 1916. Com efeito, não havia liberdade nas condições de vida impostas a Ota Benga.

Obviamente que o racismo no cotidiano atualmente se apresenta de formas muito variadas. No entanto é universal a sua constituição no mundo como parte do sistema articulado de opressão classista, de expropriação. Suas expressões são inúmeras e têm particularidades quanto às relações sociais em determinadas sociedades.

Por isso, disse Callinicos

O racismo moderno, com a sua retórica de diferença cultural e apelo normalmente tácito a noções mais antigas de inferioridade natural, em todo o caso, surge das condições do capitalismo industrial. O capitalismo, na sua forma plenamente desenvolvida, baseia-se na exploração do trabalho assalariado livre. Mas a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho é composta internamente de dois modos. Antes de mais nada, a divisão técnica do trabalho exige uma força de trabalho com tipos de qualificação diferenciados. Uma das funções do mercado de trabalho é o de atender essas exigências, com as variações nos níveis salariais servindo como um meio para alocar diferentes tipos de força de trabalho. Em segundo lugar, para assegurar uma oferta de trabalho adequada, os

capitalistas são frequentemente forçados a ir além das fronteiras do Estado em questão, atraindo trabalhadores de diferentes origens nacionais (CALLINICOS, online).

Desde a época dos zoológicos racistas, atrelava-se o status de variações ‘etnológicas’ de uma suposta evolução do homem, às diferenças ‘raciais’. Isso se tornou mais comum a partir do século XX, com a intensificação dos processos migratórios e da integração global do mercado de trabalho.

Essa proposição para ideia de *etnia*, como aspecto que distingue um grupo essencialmente em termos de cultura, como as línguas e os costumes, constitui um sentido muito plástico no capitalismo.

Vejam os que sua difusão nesse campo se deve a Vacher de Lapouge, um dos antropólogos franceses mais empenhados nas teorias da superioridade européia, que justamente ao fim do século XIX, pretendia fazer uma distinção entre as características ‘hereditárias’, abarcadas pelo termo ‘raça’, e as características que seriam ‘culturais’ das quais os grupos partilham, específicas da esfera ‘étnica’⁷³.

O termo, nesse contexto, emerge associado às características físicas, as quais Lapouge já identificava como inferiores. Essa manutenção de sentido não proporciona uma separação de significados, mas sim, provoca efeitos contrários aos que se propõe, quando se autoriza a inferiorização dos costumes por pertencimento a um grupo que se supõe ser racialmente distinto.

Se, num momento anterior, se afirmava que as questões biológicas definiam os comportamentos, a ideia de ‘etnia’ serviu para consolidar uma suposta ‘não propensão’ à civilidade e aos costumes ocidentais europeus e norte-americanos. Ou seja, a concepção que envolve a ideia de ‘etnia’ nessa fase da luta de classes no mundo, já se mostra comprometida com a ideia de inferioridade dos negros, a partir de quando surge para camuflar o preconceito fundado sobre as ideias de ‘raça’.

Por isso identificamos a confusão que ocorre quando se recorre à ideia de ‘etnia’ na busca por um sentido neutro, principalmente quando se concebe que, por exemplo, as ‘várias etnias’ dos indígenas brasileiros, ou dos negros africanos, seriam sinônimos de grupos de indivíduos de genética e costumes particulares, ‘uns mais altos’, outros de ‘cabeça maior’, e assim por diante. Nessas situações,

⁷³ A saber, o emprego do termo *etnia* está em LAPOUGE, V. de, **Les Sélections sociales**. Cours de science politique professé à l'université de Montpellier (1888-1889), Paris, Albert Fontmoing, 1986.

pretende-se falar de culturas de povos ligados por fatores 'raciais', ou seja, falar de 'raças' sem manifestar declaradamente discursos racistas.

Contudo, a que servem tais estudos etnológicos, senão para reafirmar a inferioridade negra através de escalas de desenvolvimento, atribuindo a certo conjunto de práticas e costumes, as razões para justificar desiguais condições de vida.

O problema aí gerado de imediato é o obscurantismo das questões essencialmente de classe, que, tanto distinguem os indivíduos em termos de ideologias e interesses, como também explicam as representações feitas sobre a cor da pele.

Obviamente que há, na ideia de etnia, uma proposta interessante, na qual até mesmo as criações dos parâmetros de estereótipo do 'ser negro' – que são distintos em cada sociedade –, como também o significado da cor da pele para o negro, aparecem como questões ligadas à esfera do hábito e dos costumes, como parte dos modos de vida dos indivíduos, portanto, exprimem uma particularidade. Porém, seu sentido aparece facilmente alinhado às justificativas racistas.

Esse tema é muito abordado durante o final do século XIX. Weber (1991) fizera uma diferenciação, na intenção de contemplar outras questões, por exemplo, os problemas gerados nas imigrações. Afirmara a diferença entre 'raça' como a esfera da percepção social sobre as características físicas comuns, 'etnia' como a consciência de valores socialmente partilhados, como origens culturais comuns, mas também introduzira a definição de 'nação' como uma espécie de grupo étnico e 'racial' (percebido racialmente) que, motivados por uma espécie de 'vontade' política, compartilharia valores e reivindicaria o 'poder político'.

O autor sustenta ainda, que as cisões do sentimento nacional poderiam ocorrer devido às distintas concepções religiosas particulares. Do ponto de vista político, se tornaria, por seu entendimento, uma necessidade em determinados níveis de organização, a objetivação política dos seres sociais visaria ao domínio pelo poder na lógica weberiana.

Devido a essas afirmações subjetivistas - até mesmo metafísicas já que a busca pelo poder (se, entendida como inerente à gênese humana, seria uma forma de consciência perene, ideal), determinaria a produção material, as condições objetivas da dominação burguesa - atribui-se a Marx a ingenuidade de não contribuir ao debate sobre a subjetividade. É preciso pontuar, que a subjetividade no

pensamento de Marx, tem uma base material e que isso não inviabiliza a compreensão da subjetividade. O sentimento, por exemplo, tem sua expressão mais subjetiva, ao mesmo tempo em que tem sua base material, já que é produto histórico concreto de formas de sociabilidade determinadas, por mais que seus agentes o sintam de forma que não saibam explicá-lo. Por isso a ideia de ‘nação’ consiste em uma idealização, pretende sintetizar uma forma de identificação fixa, mas de modo forjado.

Eric Hobsbawm (2011), sobre o fato da indefinição sobre o que seria a ‘nação’, evidente nas formas de consciência imediata, argumenta que banalmente ela aparece como uma ‘entidade’ no plano da consciência, e afirmou que

Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como ‘nações’, sempre é possível descobrir exceções.

Além disso, [...] os critérios usados para esse objetivo - língua, etnicidade ou qualquer outro - são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização de terra (HOBBSAWM, 2011, p. 14).

Essa busca pela definição objetiva da ‘nação’, no entanto, é uma marca evidente no pensamento weberiano. Seu sentido, contudo, é marcado pela forma burguesa da concepção de ‘poder’, como uma categoria dada na vida dos indivíduos. Weber (1991) articula a ideia de que o sentimento nacional é a expressão do sentimento de pertença, que não se faz evidente unicamente em torno do reconhecimento da língua, mas o que lhe dá coesão seria o poder político. Portanto, ao entender o nacionalismo como aspecto positivo, a formação do sentimento nacional apareceria de uma forma metafísica, vinculada a uma espécie de busca ‘natural’ pelo poder.

O poder, no entanto, para Marx e Engels (2007), não é uma categoria perene, subjetivista. A dinâmica do poder se expressa na luta de classes, e sua essência está atrelada à apropriação privada da riqueza socialmente produzida, o poder fazer e o não poder fazer concretamente em termos de dominação de classe. Tal concepção, ao exprimir a essência do ser social, não significa dizer que todas as relações seriam imbuídas de poder, mas que, na verdade, as relações sociais nas sociedades de classes são marcadamente alienadas.

Rosa Luxemburgo (1988), por exemplo, pensou o sentimento nacional baseado na crítica do conceito de autodeterminação dos povos. A autodeterminação constituiu um princípio aspirante a uma lei moral internacional, pela qual é garantido o direito de um povo definir o modo de legitimação do direito interno de seu país.

Rosa identificou que a constituição dos Estados modernos, os chamados 'Estados nacionais', se deu à luz do projeto nacionalista democrático-burguês, no qual as aspirações burguesas são postas no direito, em defesa do capitalismo. Isso implicaria dizer que não podemos afirmar que há uma 'vontade' única que guiara um povo.

Obviamente que, supor que a existência de uma 'nação' se baseia na escolha voluntária de um grupo, seria o mesmo que conceber que a identificação nacional estaria alheia "ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social" (HOBSEBAWN, 2011, p.20), ademais, o modo como a chamada 'consciência nacional' é assumida pelos indivíduos é marcada por um aspecto de classe, portanto, efetivamente se dá de modo desigual (HOBSEBAWN, 2011).

Nesse sentido, Lênin (1977), atentou para o necessário discernimento de que, apesar da essência capitalista dos Estados nacionais e de existir uma espécie de lei comum sobre a constituição dos mesmos, existem particularidades dos movimentos nacionais que não podem ser olvidadas, como as condições históricas dos mesmos e dos movimentos comunistas e de organização da resistência, pois exprimem as experiências históricas particulares sob condições históricas determinadas. Ademais, a crítica de Lênin se estende ao tipo de ideologia defendida por movimentos que, por forças de pressão, se configuraram em um movimento de apoio à constituição de um Estado nacional.

Esse processo, Hobsbawn (2011, p 21) analisa como aspecto constitutivo do período no qual "os programas nacionalistas adquirem sustentação de massa [...], ao menos, alguma das sustentações de massa que os nacionalistas sempre dizem representar". Essa é uma característica evidente do nacionalismo recente, no qual a identificação nacional estaria acima dos compromissos concretos com a reprodução social de um grupo. "Na verdade, a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. [...] a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo" (HOBSEBAWN, 2011, p. 20).

Esses debates seriam fortemente desprezados, especialmente quando da hegemonia do pensamento de Stálin, no processo de desarticulação das bases da Revolução Russa, o qual atribuiu à ‘nação’ o status de “comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural”⁷⁴. Tal concepção, a qual influenciou profundamente as lutas anticolonialistas do século XX, representa a necessidade do nacionalista por **definições** para auto-afirmação, ou seja, tem um propósito prévio.

A busca por esse status ideal, que caracterizaria a ‘nação’, necessariamente é também uma busca ideal, às vezes bem intencionada⁷⁵, mas que não contrapõe a lógica da racionalidade dominante, pois o conceito permite, nos termos de Hobsbawn (2011), o retorno à ‘escolha’ como modo de articulação de um ‘projeto de nação’.

A contradição, com a complexificação dos processos sociais, se expressa, por um lado, nas condições concretas da separação e da união, do cosmopolitismo e da coletividade real, das formas de discriminação, xenofobia e das formas de identificação mútua e luta conjunta. Nas *Teses sobre a questão negra* da IV Internacional Comunista afirma-se, em 1922, que a luta dos operários de todo o mundo deveria reconhecer que a questão negra havia se tornado “uma condição vital da revolução mundial”⁷⁶, ou seja, evidencia-se a relação dialética entre o particular e o universal (LUKÁCS, 1978).

Algumas investidas de uma falsa concepção de universalidade, porém, marcam os conflitos internacionais atualmente. Por exemplo, a forte influência dos ideais racistas na área da educação na França, que é vista por Coquery-Vidrovitch (2003) em um período muito recente da história do país, se estendendo ao longo da década de 60, com uma alusão a determinado ‘esforço’ da França na colonização dos países africanos. As justificativas desse processo se assemelham aos argumentos que venho discutindo até aqui,

⁷⁴ (STALIN *apud* Hobsbawn, 2011, p. 24)

⁷⁵ Como aparece em SENGHOR, L. **Um caminho do socialismo**. Rio de Janeiro: Record, 1965, que, em plena luta anticolonialista no Senegal, recusou o solidarismo da teoria social de Marx, para o apoio de um projeto de comunidade africana transcendente. Em termos de resistência, propunha a união, mas no método, limitou-se à adequação da proposta do solidarismo burguês da Revolução Francesa ao caminho da luta contra o Imperialismo.

⁷⁶ **Thèses sur la question nègre**. IV^o Congrès de l'I.C. 1922.

definir uma nação pela consciência que têm seus membros de a ela pertencer é tautológica e fornece apenas um guia *a posteriori* sobre o que é uma nação. Além disso, pode levar os incautos a extremos do voluntarismo para o qual tudo o que é necessário para criar ou recriar uma nação é a vontade de sê-la [...] (HOBBSAWN, 2011, p. 17)

Não apenas na França, mas nos Estados Unidos, a ideia do ‘fardo do homem branco’⁷⁷ marca os discursos de governo, os desenhos animados nacionais, a produção cinematográfica e provoca uma inversão, que justifica as intervenções internacionais e os massacres sob o véu da dominação imperialista do capital, especialmente nos países árabes e latinos. Isso traduz a ideia de estender os ideais nacionalistas e impor costumes ao que se tem por inferior: um novo modo de execução do projeto da classe dominante para a sociedade.

O negro, nesse sentido, como uma invenção classista determinada, aparece ao mesmo tempo como referência identitária de resistência, ainda que nos limites da sociedade de classes, produto da alienação no capitalismo. Por isso a importância de argumentar que a cor da pele não indica comportamentos, não determina a descendência, é mutável. Sobre o negro, recai a pretensa lógica da ‘parte pelo todo’, do externo por seu conteúdo, da aparência pela essência, da descaracterização do todo complexo que compõe uma particularidade em prol de uma generalização alienante do que deveria ser universalidade. E essa essência contraditória é ela mesma a expressão da contradição que funda a luta de classes.

Por isso, na história da discriminação da cor da pele, em sua totalidade complexa, há uma contradição evidente, por um lado uma tendência claramente xenófoba atual, que cinde, diferencia e, por outro lado, a concepção de si e do mundo para resistência: **viver na dita questão (que não é ‘racial’) e ‘vestir’ a pele que se habita.**

Passo, nesse sentido, a analisar a discriminação do negro no mercado de trabalho no Brasil atualmente, partindo das especificidades históricas disso, evidenciando, ademais, as características do racismo e das lutas sociais no capitalismo atualmente.

⁷⁷ A afirmação desse projeto aparece no poema de Rudyard Kipling (de 1898) intitulado **The White Man’s Burden**.

Interessante, rever as histórias do famoso desenho animado Tin-Tin, no qual um aventureiro belga viaja a países da África no início do século XX, entre outros ‘desafios’, conhecendo a vida ‘exótica’ e ‘animalesca’ de indivíduos negros que carregam ossos enrolados nas cabeças. Para maior conhecimento desses ideais, vide FACINA, A. **De volta ao fardo do homem branco: o novo imperialismo e suas justificativas culturalistas**. Monthly Review, nov. 2005.

Capítulo 3. ‘Baixando o nível’ no mercado de trabalho, para eles e para nós: luta de resistência e ideologia atualmente

Este trabalho, como é sabido, não se limita unicamente a criticar o mercado de trabalho liberal, nem mesmo se restringe a identificar as formas de desigualdade e a opressão do negro nesse mercado de trabalho. Primeiramente, ao questionar que a discriminação é presente e necessária ao desenvolvimento do capitalismo no país, isso implica afirmar o movimento dos negros na luta de classes.

Pressupõe que partamos, ademais, para debates mais amplos, tratando daquilo que somos enquanto classe historicamente, desfazendo equívocos e afirmando a prioridade da luta anticapitalista levada pela classe trabalhadora em sua ação de classe.

O norte comunista deste trabalho, por conseguinte, está pautado na constante investigação das possibilidades concretas de superação do racismo, por uma sociedade sem classes, livre do trabalho alienado e da propriedade privada, porém, deve-se saber que é preciso conduzir a luta no interior do processo real da luta de classes, sua base real material, lembrando que “os homens, que produzem as relações sociais em conformidade com a sua produtividade material, produzem também as *ideias*, as *categorias*, isto é, as expressões abstractas ideais dessas mesmas relações sociais” (MARX, 1982a, online).

Diversos foram e diversos são os intelectuais e militantes, ressalvadas algumas concepções até certo ponto divergentes desse trabalho, que buscavam uma solução para o problema, não duvidando da potencialidade da luta contra o racismo levada pela classe trabalhadora, afirmando que nossos anseios não deveriam estar ligados a uma busca pela chamada ‘ascensão social’, nem por encontrar uma identidade fragmentária, descolada de sua situação de classe, solapando seu posicionamento de classe dentro da sociedade capitalista.

Ianni (2005) não duvidava dessa potencialidade da luta dos negros para a emancipação de toda a sociedade:

A envergadura e a radicalidade de sua situação no curso dos séculos, continuando inclusive no início do XXI, são determinações fundamentais de sua presença e sua perspectiva, altamente decisivas para a transformação da sociedade de classes em uma sociedade sem classes (IANNI, 2005, p.14);
Nada impede que as lutas sociais e seus movimentos alcancem vitórias paulatinas, progredindo no sentido da democratização das relações sociais,

da participação na cultura etc. Isto tem acontecido, com retrocessos freqüentes. **Mas, se queremos propor algo que seja mais substantivo e implique a emancipação universal, envolvendo todas as categorias sociais, não há dúvida de que é preciso recolocar o problema das classes** (Idem. pp.58-59, grifos meus)

Fernandes (1988, p. 17, grifos meus), por exemplo, apontou que

Em suma, o desafio não consiste em opor um racismo institucional branco a um racismo libertário negro. [...] Não se trata de repetir a história de outra maneira, cobrando dos brancos da mesma classe ou de outras classes o preço dos ultrajes nascidos da “hegemonia da raça branca”. Sim de criar uma história nova, cujos **germes aparecem nas comunidades operárias e nas nações em transição para o socialismo.**

Contudo, pelas razões aqui já declaradas, a história de luta das negras e negros no Brasil não é marcada unicamente por essa postura de resistência classista. O ‘ser negro’ atualmente, vestindo a pele que habita, considerado indivíduo de ‘baixo nível’, por assim dizer em termos classistas, realiza o que se considera ser ‘baixar o nível’ em sua afirmação de luta – a revolta –, mas ainda isso não significa que se posiciona conscientemente enquanto classe, negando a realidade para superá-la. Esse entendimento da resistência negra numa perspectiva classista e coletiva, ademais, não é dominante e ganhou contornos distintos ao longo de muitas décadas em termos de consciência social na luta antirracista, numa relação na qual se expressam dialeticamente ideologia e modo de produção. Adentrarei nesse debate, por conseguinte, suscitando a discussão sobre resistência, ideologia e mercado de trabalho. Primeiramente, para tanto, faz-se importante resgatar aspectos históricos dessa relação no Brasil.

3.1 Racismo e resistência na luta pelo trabalho ‘livre’

O processo de colonização do Brasil, como vimos, foi uma base importantíssima para a acumulação de capital primitiva na Europa, ou seja, proporcionou as condições essenciais para o desenvolvimento das relações burguesas de produção industrial no capitalismo. Vimos, ademais, como esse processo exigiu - fundamentalmente na Europa - a dissociação entre trabalhador e a propriedade dos meios de produção, sendo que sua efetiva realização articulava uma forma de racionalidade que expressava uma fase muito aguda da luta de

classes, daí a gênese do racismo, como ideologia que serve aos interesses de exploração por parte da burguesia em nível internacional – ainda hoje isso é evidente.

As contradições locais da luta de classes, entre senhor de engenho e escravo, espelhavam outras contradições da luta de classes em nível internacional, como a relação do explorador da metrópole com o trabalhador escravo nas colônias. Porém, esse não foi um fato restrito ao fenômeno da escravidão no Brasil, pois a *forma* das **relações internacionais** no capitalismo industrial assim se expressava.

Quando proponho a abordagem marxista acerca desse processo, é preciso explicar que não atribuo a Marx e Engels a militância incondicional na luta contra a inferiorização dos negros, já que essa condição é derivada de suas preocupações centrais, o modo de produção capitalista e suas contradições.

Por isso, quando Marx (1982a, online) diz que “Quanto à escravatura, não preciso falar dos seus lados maus. A única coisa que é preciso explicar é o lado belo da escravatura.” (MARX, 1982a, online), e continua, “Não se trata da escravatura indirecta, da escravatura do proletário, trata-se da escravatura directa, da escravatura dos Negros no Surinam, no Brasil, nas regiões meridionais da América do Norte” (MARX, 1982a, online), evidencia a importância de se compreender como essa forma perversa de relações sociais de trabalho e opressão na vida cotidiana estava articulada com o progresso científico, a integração do comércio mundial, porque “foram as colônias que criaram o comércio mundial, o comércio mundial é que é a condição necessária da grande indústria mecânica” (MARX, 1982a, online).

Não há, então, uma perenidade na história, quanto às formas de aparição do trabalho escravo, como se existissem elementos fixos, ‘tipos ideais’ para a compreensão do que é a escravidão.

Na busca pela perspectiva de totalidade, vemos que a luta de classes na Antiguidade, por exemplo, foi impulsionada pela oposição entre patrícios e plebeus, ‘homens livres’, quando o desenvolvimento das trocas e o aparecimento do dinheiro eram formas de relações sociais que mediam a disputa entre devedores e usurários, sendo que a escravidão era decorrente desse embate. Assim, plebeus convertiam-se em escravos e a produção era dependente de força de trabalho escrava, ampliada com a ampliação da força de trabalho dos escravos (MARX, 1964). Ou seja, a promoção da guerra, que comportava uma contradição evidente – a exploração dos povos e o empobrecimento geral da população –, tinha um custo

insuportável, que forçaria o desaparecimento daquelas formas. A escravidão 'direta' era uma forma muito útil de exploração do trabalho, mas para a manutenção ou renovação de uma classe dominante, era preciso aumentar os níveis da exploração do trabalho, a escravidão deveria ser ampliada em sua forma 'indireta', para utilizar os termos de Marx.

Na escravidão na África e 'Novo mundo', no início do capitalismo, a **luta de classes** tinha a característica de estar, nestes termos, *internacionalizada*, quando nutrida centralmente pelo trabalho escravo nas colônias, num momento de abundância da produção nas metrópoles, de progressos da ciência antes inimagináveis.

A existência no Brasil de atividades camponesas, pequenos artesãos, da prostituição, da cafetinagem, verdureiros, bem como de ex-presidiários, ambulantes, apostadores, eram condições de vida que se realizavam tendo em vista o ordenamento geral do sistema, em que a escravidão impulsionava o capital industrial na Europa. Ademais, não raramente aqueles aderiam aos anseios da classe dominante.

Não significa dizer que sempre serão essas as atividades que serão uma espécie de 'massa de manobra' da burguesia, como muito se interpreta equivocadamente partindo da colocação de Marx acerca do 'lumpemproletariado'⁷⁸, mas que, na Antiguidade, eram atividades centrais, a partir das quais se desenvolveu a escravidão; no tempo histórico de Marx, na Europa, aquelas eram atividades que existiam fundamentalmente como apêndice das relações de assalariamento constitutivas do capitalismo industrial, do proletariado, produtor de mais-valia diretamente e assim, na sua indefinição quanto aos interesses de sua classe, muitos apoiaram a ascensão do monarca Louis Bonaparte. Mas isso não ocorreu no Brasil, a não ser como apêndice do escravismo, por essa ser a atividade

⁷⁸ Retratando o modo como se deu a ascensão de Louis Bonaparte no comando das relações burguesas na França no século XIX, disse Marx que "Lado a lado com roués decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus(19), donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos - em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam la bohème; com esses elementos afins Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro. "Sociedade beneficente" no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte, que se erige em chefe do **lumpem-proletariado**, que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue" (MARX, 1984, online).

produtora *central*, ou seja, exprime a oposição de classes bem-definida entre os grandes proprietários contra os escravos, e os outros explorados, brancos pobres, apareciam cindidos com os escravos quanto aos interesses que possuíam enquanto classe, claramente devido à **ideologia burguesa racista**, geralmente apoiando a escravidão.

Isso não ocorreu em absoluto com todos os indivíduos ‘livres’, obviamente. No que diz respeito à formação particular da sociedade brasileira, de formas de sociabilidade com características próprias, isso seria, sem dúvidas, parte constitutiva das expressões da questão social internacionalmente.

O processo de transição da economia colonial à formação do mercado de trabalho e de um mercado de consumo interno, não foi apenas uma liberação do trabalho escravo, já que nem mesmo certas formas de violência contra o negro desapareceram⁷⁹.

A luta histórica - de formação dos quilombos por escravas (e é preciso nunca esquecermos disso) e escravos, de resistência nos engenhos, das revoltas no Império, como a Sabinada, dos nagôs na revolta dos Malês na Bahia, destruição de máquinas dos engenhos e assassinatos de capitães-do-mato e senhores de engenho, negros alforriados atuando ativamente nos partidos políticos e buscando cargos estatais, estudiosos, advogados, poetas, entre outros da classe dominante branca e de trabalhadores brancos -, foi sempre necessária. Ao contrário do que se supõe sobre a inatividade dos escravos na luta contra a opressão, a resignação é uma ideia fictícia, presente apenas nos filmes e novelas, que pouco tratam da realidade, da revolta e da organização.

Diversas lutas eram empreendidas por escravos, bem como é preciso ter nota do esforço gigantesco na promoção da cultura e do papel ativo do negro nesse processo, como ilustrou Santos (2014, p. 83, grifos do autor) acerca da difusão do Bumba Meu Boi pelo Brasil, que

[...] se deveu a afro-brasileiros e caboclos da agroindústria e da pecuária, desde mais ou menos 1700. [...] Este auto dramático redefine o que é a sociedade brasileira, pois sendo uma *representação* de pobres negros para pobres negros, mestiços e índios, quebra o monopólio de representação da

⁷⁹ Lembrar que acontecia em 1910, pós-abolição (1888), a Revolta da Chibata, conduzida pelo ‘almirante negro’ João Cândido, recrutado aos 14 anos compulsoriamente, como era feito tradicionalmente pela polícia desde a abolição, na qual militares se voltavam contra os castigos de chibatadas na Marinha brasileira.

sociedade pelo branco, apresentando de cabeça para baixo o modelo internalizado por todos.

Importante, nesse sentido, as contribuições de Clóvis Moura (1988) acerca das rebeliões negras nas senzalas, explicitando as formas de resistência à sua condição de escravo. Ainda hoje, questiona-se como poderiam os negros terem sido escravizados no país e ‘aceitado’ sua condição, buscando-se por respostas em uma espécie de ‘ideologia do convencimento’. O posicionamento de Moura (1988), no entanto, desmistifica toda a criação fictícia gerada pelas obras que trataram a escravidão como uma espécie de ‘joguete’, revelando que, para a contenção das revoltas negras cotidianas era preciso muita violência cotidianamente, física, de enfraquecimento por falta de alimentação, de dispersão da união, de extermínio. Ademais, que os escravos tomavam atitudes estrategicamente, uma vez que seus gritos desesperados ou ações aleatórias individuais apenas resultavam em maior repressão e mortes.

Também quanto à formação dos quilombos, o autor concebe o caráter de estratégia de sobrevivência, mas principalmente de organização que não deixava de lado a investida contra as propriedades e os proprietários, no planejamento de fugas de escravos, saques e assassinatos. Moura (1988) concebe que a luta se inseria num processo de oposição direta ao império colonial, realizando uma sociabilidade menos individualizada, valorizando as capacidades de organização dos escravos.

Joel Rufino dos Santos (1985) aponta, por sua vez, a questão da auto-defesa dos quilombos contra as investidas dos proprietários e que as formações particulares dos quilombos não revelam sempre uma ação coletiva consciente unívoca para o confronto direto, nem mesmo espontânea para formas de socialização.

De fato, não se pretende que toda a ação dos quilombos estivesse direcionada à luta por uma sociedade livre de toda forma de opressão e alienação, mas importa aqui apontar seu caráter de resistência coletiva, que ocorreu mesmo que por falta de alternativa dentro de toda a desumanidade do trabalho escravo e se desenvolveu no sentido da igualdade na produção. Se o seu processo de formação exigia concretamente o afastamento da vida social dos engenhos e cidades, sabe-se que, por exemplo, praticavam o comércio de excedentes com grupos vizinhos, planejavam solturas, entre outras ações, portanto eram presentes relações sociais marcadas pela alienação. A violência, obviamente não estava polarizada no senhor

de engenho e foi praticada por muitos escravos, mas justamente decorria da forma social do escravismo colonial, em que a alienação se fazia de modo constitutivo desse sistema, como em todas as sociedades de classes (MARX, ENGELS, 2012), não estando tais relações ‘isentas’ da alienação.

Porém, é preciso que ressaltemos o caráter necessário da cooperação e o desenvolvimento de condições concretas para isso, que, por mais que restritas, opunham-se diretamente ao sistema colonial (MOURA, 1988), ao passo que caracterizavam Palmares pela “variedade de culturas agrícolas”, “abundância de alimentos”, “produção para o consumo interno”, “a terra só tem valor pela utilidade” (SANTOS, 1985, p. 19).

Isso se dava também no contexto de transição da abolição da escravidão, em meio à criação dos projetos e leis de incentivo à imigração de brancos europeus para o Brasil, sustentados ideologicamente pela classe dominante, na promoção dos ideais de eugenia do início do século XX (GÓES, 2015), o que fazia parte de um processo muito claro: a resistência frente a possibilidade histórica de um despacho qualquer nos convés de navios de volta à África ou para lugar-nenhum ou ainda qualquer forma de genocídio mais imediato da população negra, para a constituição de um mercado de força de trabalho de indivíduos de cor da pele branca, enquanto houvesse tempo.

Por isso a luta dos liberais, como foi Joaquim Nabuco, que possuía um projeto de liberdade definitivamente liberal sobre a livre ‘escolha’ e o fim do trabalho compulsório, contribuiu efetivamente na luta contra a desumanidade do período escravista, afinal

[...] quando ele e seus companheiros lançam a luta final contra a escravidão, há no país dois milhões de cativos e dezenas de milhares de senhores embrutecidos pela instituição. Para avaliar a fome canina de trabalho compulsório que dominava os empresários, considere-se que a Associação Comercial do Rio de Janeiro (cujo peso era similar ao da atual FIESP) não hesita em declarar em 1884: “A verdade é que no Brasil, como por toda parte, o liberto (escravo alforriado) é incompatível com um regime qualquer de economia e de ordem, de trabalho e de moralidade”. **Nem o mais arguto analista conseguiria então prever os desdobramentos do conflito. Tudo poderia ter acabado num enfrentamento generalizado entre fazendeiros, capangas, polícia, brancos pobres, e imigrantes aterrorizados de um lado, contra abolicionistas, negros livres e cativos desesperados do outro. No final desse “pega-pra-capar” em escala nacional, o Exército entrava de sola, instaurando a via brasileira para o “apartheid”, teorizada por “racistas científicos” que ensinavam nas academias do pedaço** (ALENCASTRO, 1987, p.6-8).

Com isso pretendo afirmar que, do ponto de vista revolucionário, se Marx (2013), como aqui citei, referiu-se ao modo como o sistema colonial escravista poderia concretamente ser substituído pelas relações capitalistas, a manutenção da força de trabalho dos negros e negras nesse processo, apesar de útil para passarem a ser mal pagos e desempregados futuramente, foi, ainda assim, uma possibilidade histórica de lutas⁸⁰.

Nesse bojo, houve o processo gradual da abolição e o processo gradual de liberação do trabalho, sem as características próprias do capitalismo industrial europeu, como a articulação da forma dissociada do trabalhador da propriedade dos meios de produção, tipicamente industrial, mas esse caráter do capitalismo tardio brasileiro foi, pouco a pouco, aprimorado. Isso era evidente com a Lei de Terras (1850), de organização da propriedade privada; a Lei do Ventre Livre (1871), que anunciava o fim da escravidão por nascimento, sendo que para aqueles já crescidos houve a alternativa para o senhor, a partir dos 8 anos da criança, de alforriá-lo com indenização do Estado ou a continuação da escravidão até os 21 anos; a Lei dos Sexagenários (1885), que permitia a libertação dos escravos acima de 65 anos, lembrando que poucos escravos chegavam até essa idade por condições de saúde e que essa libertação implicava em trabalho por mais 3 anos como ‘indenização’ ao seu senhor.

Sobre esse processo contraditório da transição do sistema colonial de exploração do escravo ao capitalismo, de incorporação às formas primordiais de cidadania existente e lutas constante dos explorados, Alencastro (1987) afirmou que

O interesse público conduzia à restrição dos castigos que os senhores exerciam diretamente sobre os cativos: a brutalidade irresponsável de um senhor podia provocar revoltas que colocavam toda a população branca das cercanias em perigo. Mas **a irrupção da autoridade pública além das porteiras das fazendas, para prender feitores e senhores sanguinários, subvertia as relações entre senhores e escravos.** Acusado de assassinar um de seus escravos, um fazendeiro foi detido em sua propriedade. Seu irmão protestou contra a atitude do delegado, pois “os senhores eram desmoralizados pela autoridade, em frente de seus próprios escravos”. **Temia-se uma rebelião de cativos na região** (zona de Campos) porque já havia chegado a notícia de que um outro senhor fora conduzido à cadeia por haver castigado seu escravo. **Por outro lado os proprietários evitavam denunciar escravos criminosos a fim de não desvalorizar seu preço.**

⁸⁰ Conhecemos, a partir de Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), como a constituição do capitalismo no Brasil não foi organizada efetivamente por uma classe revolucionária burguesa, evidenciando a subsunção dos proprietários de terras aos negociantes e a liberação gradual do trabalho escravo, no entanto, com relação à realidade concreta da escravidão, seu fim claramente envolveu um histórico constante de lutas.

Uma escrava cozinheira pôde assim envenenar sucessivamente várias famílias do Rio de Janeiro, que inadvertidamente a compraram, antes de ser presa [...] (ALENCASTRO, 1987, p 6-8, grifos meus).

Essas mudanças, como Alencastro ilustra de forma magnífica, se deram de forma também segmentadas no país. As condições muito restritas de realização pessoal, no que se refere especialmente à participação na vida em sociedade, eram marcadas pelo caráter alienante da ideologia racista (SILVA, 2012) e, para além dos limites do trabalho escravo, implicava ainda uma vida com muitos sofrimentos, decepções e luta cotidiana⁸¹, devido à desigualdade que sempre recaiu em maior peso sobre os negros. Ademais, a violência para a exploração do trabalho ainda era muito recorrente⁸².

Esse movimento contraditório é evidência de como a luta dos escravos pela emancipação - e esse termo é de suma importância nessa discussão, como apresento mais à frente - se inseria num momento determinado da história brasileira. O partido abolicionista, nesse sentido, baseava sua luta em prol da libertação tendo em vista um projeto de emancipação não apenas para os escravos, mas para toda a sociedade brasileira.

Dizia Nabuco (2000) que a libertação dos escravos era necessária para que toda a sociedade fosse emancipada, por suas palavras em uma passagem célebre, para a emancipação, era necessária “a eliminação simultânea dos dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor” (NABUCO, 2000, p. 10). Reconhecia que, nesse processo havia uma imensa disputa entre oprimidos e opressores, uma luta evidente, mas que, sobretudo, florescia um projeto para a ‘nação’. Por isso a luta abolicionista se tratava de um movimento político, “para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de

⁸¹ ‘O Cisne negro’ Cruz e Sousa, por exemplo, possui uma história de vida que expressa muito bem esse processo. Filho de escravos alforriados, um mestre pedreiro e uma lavadeira, recebeu o último nome do coronel que os alforriou, vivendo em sua casa. Aprendeu muitas línguas. Fundou um jornal no qual combatia ativamente a escravidão, foi barrado ao ser nomeado para cargo público por ser negro, migrou no período da abolição devido à falta de trabalho, incomodava-se com o comprometimento abolicionista da família imperial, fez palestras abolicionistas. Seus quatro filhos morreram todos de tuberculose ainda crianças e sua mulher sofreu com questões de saúde mental. O poeta, no entanto, foi ‘soterrado’ pelas críticas literárias vulgares atuais, que atribuem aos seus escritos problemas existenciais já que ele repetia a palavra ‘brancura’ em muitos poemas. Definitivamente, compreender o processo real de sua vida permite conhecer nossa história.

⁸² Lembremos também do escritor Luís Gama, indivíduo ‘livre’ que no mesmo período foi escravizado aos 10 anos de idade.

reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade” (NABUCO, 2000, p. 9).

Obviamente que a legislação da época da abolição, a subsequente constituição da República, previa a cidadania já em termos burgueses, proibindo a escravidão, não concedendo terras e trabalho aos negros e negras alforriados, mas sim aos imigrantes europeus e japoneses, mas apontando que, em nome da liberdade geral, seria a partir do trabalho ‘livre’ que a propriedade privada se organizaria. Daí a forma de sociabilidade perversa que Fernandes (1965) identificou nesse período como a integração do negro na sociedade de classes, a ampla formação da miséria, de uma grande parcela de trabalhadores em situação de rua, desempregados, formação das primeiras favelas brasileiras – como o Morro da Providência, no Rio de Janeiro – doentes, trabalhadores do ‘sub-mundo’ da produção capitalista.

3.2. Sociabilidade capitalista, ideologia e resistência negra: os primórdios dessa relação no assalariamento do trabalhador negro

A patologização do Código Penal brasileiro de 1890, influenciada pelos médicos legalistas da época, como Nina Rodrigues – entre muitos dos seus trabalhos, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), *Mestiçagem, Degenerescência e Crime* (1899), *Os Africanos no Brasil* (publicado postumamente em 1932), com os quais buscava provar a tendência ao crime⁸³ e à degenerescência genética dos negros e seus filhos oriundos de uma suposta ‘contaminação moral’ –, reúne grande parte do pensamento social sobre o trabalhador negro em sua época.

Na pretensão de dar continuidade à toda a desumanização do trabalho do negro, tal ideologia apontava-o como útil apenas para produzir riqueza, calado,

⁸³ Como afirma Rodrigues (2010) “Se, pois, ao Norte-americano pouco importam os matizes de raças e nacionalidades dos seus Negros, compreendidos todos, com os mestiços, na rubrica [...] coloured men, — formula de condenação à mais formal exclusão de qualquer tentativa de largo mestiçamento —; **no Brasil, onde sobre eles, puros ou mestiçados, se levantou a nossa nacionalidade, cumpre julgá-los separadamente, discriminando as suas capacidades relativas de civilização e progresso** (RODRIGUES, 2010, p. 19). Mais à frente, sobre a suposta ‘incompatibilidade’ dos negros com a propriedade privada, afirma que “**os atos só são sentidos como criminosos, só despertam e ferem a consciência jurídica, quando praticados contra os membros da mesma comunidade, e não quando lesivos de comunidades estranhas**. Ora, era esta a fase da evolução jurídica em que se achava grande número de povos negros, quando deles foram retirados os escravos vendidos para a América” (RODRIGUES, 2010, p. 303).

vigiado, em condições que não permitissem sua revolta, sua organização, nem mesmo qualquer resquício de cidadania lhe seria devido, pois isso seria perigoso aos grandes proprietários e a qualquer pequeno empregador.

A nova forma de trabalho na qual os negros se encontravam exigia a busca pelo assalariamento, por vender sua força de trabalho em um mercado de atividades com as quais fosse possível obter dinheiro. A ampla maioria dos negros, escravos até então, viveu em condições deploráveis devido à não contratação, à desconfiança no ambiente de trabalho, à subordinação a cargos não correspondentes a seus conhecimentos, consubstanciando o que atualmente ainda vemos cotidianamente, ou seja, o racismo presente na assimilação do negro a trabalhos duros, temporários, arriscados, mal pagos, cargos subordinados, ao descuido, à criminalidade e à pobreza.

Não afirmo, portanto, que apenas os negros e não os brancos da classe trabalhadora sofreriam com a discriminação no mercado de trabalho, mas importa conceber o modo como é pensado socialmente o trabalho do negro, já que é reflexo da maneira pela qual esse trabalho é utilizado nas formas de exploração e discriminação no trabalho, tendo em vista a particularidade forte e ativa do racismo na sociedade capitalista brasileira.

Isso não deriva, portanto, simplesmente da idéia inferiorizada que se faz do negro, pois ela mesma, no mercado de trabalho é expressão do modo de produção no capitalismo.

Tomemos, por exemplo, o modo pelo qual certas atividades, como pedreiros, a limpeza pública ou em ambiente doméstico, carregadores, seguranças, entregadores, foram atividades conhecidas como ‘trabalhos de preto’, por serem serviços árduos, arriscados, manuais, mal remunerados. Isso é a alienação do trabalho se expressando nas relações, já que se atribuiu ao negro ‘livre’ a ‘habilidade’ para essas atividades, tradicionalmente executadas por escravos.

Nesses termos, se a emancipação política⁸⁴ se realizava sobre o trabalho ‘livre’, ou seja, na incorporação dos trabalhadores brasileiros ao mundo burguês do

⁸⁴ A emancipação política, para Marx (2010c) é proporcionada pela classe dominante, pela burguesia, em meio às lutas e conquistas da classe trabalhadora; é a forma pela qual o desenvolvimento do capital, das relações sociais de produção no capitalismo, exigem o controle social e a definição da maneira pela qual se poderá obter conquistas, ou seja, fundamentalmente a articulação burocrática das relações sociais através do direito. Nessa perspectiva, as garantias de preservação da liberdade e de proteção contra as formas de desigualdade, as quais são os princípios da cidadania

trabalho assalariado, os efeitos perversos da luta de classes incidiram sempre com maior peso sobre os negros e, de forma mais gritante, sobre as mulheres negras⁸⁵.

Devido a esse fato, Martins (2012) considera que

[...] a constituição do capitalismo no país, ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica capitalista, imprimiu nessa lógica a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre (MARTINS, 2012, p.456).

Daí a impossibilidade da emancipação real, a emancipação humana, nos termos de Marx (2010c), nos limites das relações fundantes da questão social, o embate entre capital e trabalho. Essas características marcam a condição da classe trabalhadora e dos negros dessa classe até os dias atuais.

No que se refere às ideias ‘raciais’ naquele tempo histórico, marcaram contraditoriamente o processo de incorporação dos negros no mercado de trabalho. A ideologia dominante articulou de diversas formas discursos favoráveis e atenuantes das relações sociais no Brasil (SCHWARCZ, 2007).

A etimologia de muitas palavras é interessante, nesse sentido, pois evidencia a parte mais subjetiva desse processo. Não me atarei à polêmica das origens das palavras hoje comuns, mas é certo que a palavra ‘cria’, por exemplo, identificava os filhos das escravas domésticas, mas também se chamava as domésticas de ‘criatura’. Também a palavra ‘moleque’ identificava os garotos negros de origem africana, mas, na formação da sociedade brasileira, qualquer garoto negro nascido na casa do senhor poderia ser chamado de moleque, tanto que, especialmente após a abolição, assim eram chamados os garotos negros brasileiros entregadores, até que a palavra passaria a ser um eufemismo racista, com o qual se diz que a capacidade de ‘contornar’ situações com alegria é da ‘molecada’, ou seja, as estratégias encontradas frente às adversidades impostas aos mais pobres.

A impossibilidade de incorporação dos ideais do racismo do determinismo biológico nos termos clássicos, abordados por Nina Rodrigues, se dava pela visível

contemporânea, são postas à base das relações fundadas pela classe dominante, na propriedade privada.

⁸⁵ Como disse Drummond em seu poema *A negra*, sobre o legado escravista que recai sobre as mulheres negras “**A negra para tudo / a negra para todos / a negra para capinar plantar / regar / colher carregar empilhar no paiol / ensacar / lavar passar remendar costurar cozinhar / rachar lenha / limpar a bunda dos nhozinhos / trepar / A negra para tudo / nada que não seja tudo tudo / até o minuto de / (único trabalho para seu proveito exclusivo) / morrer**”.

condição de um grande contingente da classe trabalhadora negra, dos ‘mestiços’, sem os quais o desenvolvimento do capitalismo no país não seria possível.

Os primórdios da ideia da ‘democracia racial’ emergem, nesse sentido, à época da primeira metade do século XIX, não gratuitamente, mas como forma de adequação processual da ideologia burguesa que se desenvolveria plenamente na primeira metade do século XX, tendo em vista que nem mesmo era possível levar a fundo, no mercado de trabalho, as afirmações mais deterministas. Ainda à época de Rodrigues, já constavam pretensas atenuações no pensamento da eugenia, como as ideias de que as possibilidades de adaptação biológica do branco aos países tropicais se daria com a ‘miscigenação’ (SCHWARCZ, 2007). Mas efetivamente no período posterior à década de 20, mais especificamente em meio ao processo de industrialização e substituição de importações, há um grande movimento em prol dos disfarces das ideias da ‘raça’ negra para a esfera da ‘cultura’, dos hábitos e costumes, da cidadania.

A luta por melhores condições de vida imediatas, por um lado, constituiu parte da consciência dos negros num momento muito específico de luta pela liberdade e por direitos sociais por parte dos mesmos. Como disse Moura (1994, p. 211),

“houve um período no qual o negro não encontrava possibilidades de se integrar economicamente e encontrar a sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa. Daí uma fase onde ele, **como elemento mais onerado no processo de passagem da escravidão para o trabalho livre, desarticulou-se social, psicológica e culturalmente. Mas sempre procurou, em nível organizacional, reencontrar-se.**”

Antes da década de 1920, houve revoltas por parte dos negros quanto às condições de vida e de trabalho. Decorreu dessas manifestações particulares e coletivas no ambiente de trabalho, como negociações salariais e para encontrar emprego, organização conjunta na busca por moradia (formação de favelas), denúncias de graves e violentos casos de discriminação, entre outras situações, a organização dos negros na luta por melhores condições de trabalho. Segundo Fernandes (1988, p. 15),

a rebelião latente das décadas de 1910-1920 gerou tentativas de organizar o protesto, **lutar pela incorporação à sociedade de classes em formação e expansão e de contrapor à ideologia racial dos brancos das classes dominantes uma ideologia peculiar dos negros e mulatos.**

O mercado de trabalho, organizando-se em torno da fase monopolista do capital no mundo, reorganizava-se ao longo desse período, especialmente sobre a expansão de áreas de trabalho operárias, como a construção civil, que aportavam grande contingente de negros – em termos relativos, já que apenas uma pequena parcela chegaria a conquistar tais cargos, e, mesmo assim, sabe-se que essa condição de ‘exceção’, foi sendo solapada ao longo das décadas, até atingir a condição amplamente precarizada atual, que incorpora grande contingente de negros em condições de desregulamentação e baixos salários. Por isso, segundo Joel Rufino dos Santos⁸⁶, “o Brasil se estruturou como república a partir da separação entre brancos (capitalistas e proprietários) e negros (operários ou membros do exército de mão de obra de reserva)”.

Naquele momento, seriam áreas com as quais se obtinha ganhos maiores em termos de salário e acessos, tanto que data de 1923 a Lei Eloy Chaves, que regia sobre as Caixas de Aposentadoria e Pensão para ferroviários, tendo sido ampliada, em 1926, para os portuários e marítimos, conhecidas como primórdios de direitos sociais dos trabalhadores no país, sendo um marco na história da previdência, ainda mediada na relação com a empresa ou instituição.

No governo de Getúlio Vargas, criou-se ainda os Institutos de Aposentadoria e Pensão, estendendo-se, ao longo da década de 30, os direitos aos bancários, industriários, comerciários, bem como sobre a Consolidação dos Direitos Trabalhistas (CLT).

Porém, questionava-se o projeto de ‘embranquecimento’ da população, com relação à discriminação que decorria em torno da preferência de trabalhadores de cor da pele branca. A falta de acessos dos negros, que se mostravam em torno das obstruções racistas no mercado de trabalho foram o foco das movimentações da organização dos negros ao longo das décadas de 20, 30 e 40. A Frente Negra, que emergia dos movimentos sociais na década de 30, visava a combater o racismo, orientando-se na luta por melhores condições de trabalho, saúde e educação, especialmente na luta contra o analfabetismo.

A transição da fase exportadora, marcada pelas décadas de 10 e 20, para o processo de substituição de importações, ao mesmo tempo que ampliava a

⁸⁶ Vide LUNA, M. Reportagem Brancos capitalistas e negros operários. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/brancos_capitalistas_e_negros_operarios.html>. Acesso em 10 Nov 2015.

criação de cargos industriais, não rompia com a necessidade de importação de bens intermediários e de capital para a estruturação de empresas e indústrias na produção.

Seu declínio e seu auge marcam a necessidade da ideologia da ‘democracia racial’, que afirmava as qualidades ‘inatas’ do modo de produção na ‘integração do mercado de trabalho’, quando, na verdade, essa estratégia de ganhos por parte da burguesia não visava melhores condições de vida aos negros.

Mas, para a ideologia dominante, a ‘sociedade de distintas matizes’ poderia ser vista, nesse sentido, como tendo algo de positivo. Gilberto Freyre⁸⁷, em suas pretensões de traçar as características fundamentais da formação do povo brasileiro, aponta que a ‘mistura racial’ do brasileiro seria sinônimo de valoração positiva nacional.

Porém, nessa fase de expansão do capitalismo, as migrações das áreas rurais para as áreas urbanas foi um processo em que a criação dos estereótipos dos negros oriundos da região nordeste do país teve marca evidente, particularmente no que diz respeito à formação urbana da cidade de São Paulo e Campinas. Por exemplo, a representação da imagem do ‘nordestino’, supostamente ‘desajustado’ desde a linguagem às aptidões para trabalhos intelectuais, nasce ainda na primeira metade do século XX.

Nas relações familiares, a presença de relacionamentos entendidos como ‘multirraciais’ eram sinônimo de um perfil de família ‘desajustado’, ‘problemático’, ‘não saudável’. Com efeito, a criação dos estereótipos dos negros na cidade de São Paulo esteve sempre atrelada à criminalidade e à pobreza.

Por isso, a constituição de um mercado de consumo e o processo de formação da classe trabalhadora brasileira refletiu distintas formas de pensamento para a exploração do trabalho da classe trabalhadora, especialmente do negro ‘mestiço’, afinal, o **capitalismo** é um modo de produção **discriminatório em sua essência**.

Na busca por posicionar-me metodologicamente sobre o materialismo, penso que as estratégias de sobrevivência são, em primeira instância, dadas pelas condições materiais do sistema, e a abertura maior ou menor do mercado de trabalho aos ‘mestiços’ está subordinada à estratégia ideológica do mito da

⁸⁷ FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

‘democracia racial’, que visava escamotear a opressão classista que recaiu sobre o negro no período de formação da classe trabalhadora brasileira.

Ademais, no período do Estado Novo varguista, é evidente que a movimentação dos negros foi criminalizada. Inspirando-se no fascismo hitlerista alemão da época que afirmava a inferioridade dos negros, a ditadura de Vargas solapou-os sob a fórmula do perigo do ‘racismo negro’, ‘antinacionalismo negro’ (FERNANDES, 1988)

Mesmo com todos os desafios racistas postos na realidade, os negros ocuparam, pouco a pouco, cargos públicos, como intelectuais, pequenos empresários, entre outros. Arrefecia-se, dessa forma, a luta dos negros, principalmente por parte de uma pequena burguesia negra emergente.

Por outro lado, nesse bojo, obviamente que se colocava em risco qualquer movimentação de relevo quanto à temática do racismo, que apontasse uma perspectiva de luta, classista ou circunscrita à afirmação de uma identidade negra.

3.2.1 Consciência negra versus consciência de classe?

[...] Lata d'água na cabeça
É o estandarte que representa minha arte
Jogo de cena é a fome
Negra sempre foi o meu nome
Mas digo isso porque
Tenho o samba pra me defender.⁸⁸

As ações coletivas dos negros ganham expressões maiores nesse período, quando se passa a debater, no âmbito dos movimentos sociais, a prioridade de uma consciência social acerca da questão do negro, conduzida pela afirmação, por parte das negras e dos negros, da necessária revolta frente ao racismo no Brasil.

Nesse sentido, em 1944, ficou conhecida a militância de Abdias do Nascimento, entre muitos outros, na formação e promoção do Teatro Experimental do Negro, com atividades artísticas de negros operários, empregadas domésticas, entre outros, no Rio de Janeiro. As ações do Teatro Experimental do Negro visavam fundamentalmente a uma proposta de valorização da cultura negra, promovendo

⁸⁸ Elza Soares. Lata d água. 2003.

atividades de oposição àsquelas existentes, às quais os negros não teriam acesso, por exemplo, promoveram-se concursos de beleza negra, bem como a promoção de atividades realizadas tipicamente por negros da classe trabalhadora, mas valorizadas, sobretudo, como atividades ‘negras’, a fim de afirmar o negro brasileiro no resgate das origens africanas e na resistência à escravidão.

Buscava-se, através do Teatro Experimental do Negro, o desenvolvimento de uma identidade autêntica para a resolução da questão do negro. Por isso, Nascimento (1982) concebia a necessidade de lutar contra o racismo, conhecendo e estudando a elite branca racista, a fim de melhor organizar a auto-defesa dos negros ideologicamente.

Obviamente que o que se pretende, nesse sentido, é articular a consciência dos negros acerca do racismo, especialmente num momento de arrefecimento de lutas, tendo em vista a reconfiguração global da oposição entre capital e trabalho, marcada por atenuações na esfera das políticas públicas no pós II Guerra Mundial, com a ampliação de direitos sociais, tanto no que se refere à constituição do Estado de Bem estar social na Europa, nas conquistas dos movimentos negros norte-americanos e africanos, bem como na ampliação dos direitos trabalhistas no Brasil em torno da previdência para algumas categorias ainda de forma privada, e da aparição das ações de assistência por parte do Estado, quanto aos soldados brasileiros. Porém, os serviços assistenciais eram marcados pela negligência com os dilemas das condições de vida dos negros, atuando como mecanismos de controle e reprodução da ideologia dominante, negando, não raramente, os direitos e acessos dos negros (FERREIRA, 2010).

Primeiramente, penso que o esforço na promoção e organização das atividades nesse momento histórico foi muito grande, bem como os seus efeitos em termos de visibilidade para o reforço e adesão na luta dos negros, ademais, é inegável, como bem analisou Joel Rufino dos Santos (2014) quanto à história do negro no teatro brasileiro, o caráter de independência e autonomia necessários à valorização de uma perspectiva não dominante de promoção da cultura, lutando contra a opressão racista, que abriu portas a produções artísticas exemplares, as quais sempre foram obstaculizadas desde o período colonial, mas que sempre encontraram suas vias alternativas de manifestação nessa modalidade.

Outro aspecto evidente é o desprezo pelo tema naquela época pela ampla maioria das áreas do conhecimento, dada a ideologia dominante da

‘democracia racial’, tanto que em relação ao Serviço Social naquela década, “ignorar a desigualdade racial e dar-lhe soluções de remendo parece ser justamente o que fizeram esses assistentes sociais, malgrado a perigosa latência da questão, que a essa altura já merecera atenção de outras áreas do conhecimento” (FERREIRA, 2010, p. 170).

Porém, penso que esse processo de lutas dos negros apareceu de modo fragmentado, respondendo à fragmentação que se dava em meio à luta de classes.

Primeiramente, dado o momento histórico de emergência da ideologia da ‘democracia racial’, essa ideologia dominante valia-se da negação do racismo, ao afirmar que o país não era racista, pois supostamente haveria apenas estratificações em termos de cor da pele e discriminações pontuais, numa convivência harmoniosa entre indivíduos de cores de pele distintas. Desenvolve-se, desse modo, uma concepção deturpada de ‘classe’, dissociada do fundamento do racismo (a exploração do trabalho, a alienação, o domínio burguês). Por sua vez, no interior dos movimentos sociais emergia a afirmação correta de que há diferenças nas condições de vida entre os pobres de cor da pele branca e aqueles de cor da pele negra, sendo necessário resolver o problema dos negros separadamente dos problemas da classe trabalhadora, já que se trata de assunto de ‘raça’.

Na verdade, a ideologia da classe dominante recorre estrategicamente a uma concepção falsa de ‘classe’, para se manter como classe dominante ideologicamente, afirmando que as classes se formam nas dificuldades de ‘ascensão social’, não no conflito capital e trabalho, desse modo, afirmando que não haveria uma questão de ‘raça’ mas sim de ‘classe’.

É preciso ter claro também que a valorização de uma consciência negra no interior dos movimentos sociais partiu desse embate, enfrentando a ideologia dominante na afirmação do racismo como questão de ‘raça’, assumindo uma perspectiva internacionalista da questão, mas refutando equivocadamente a *luta de classes*.

Assim se confirmavam tais perspectivas no I Congresso do Negro Brasileiro, de 1950, as quais foram reunidas no livro *O negro revoltado*.

Em nome da 'ciência' pregam uns o luso-tropicalismo, outros, a miscigenação, como formas tradicionais de solução do problema. Em verdade o que pleiteiam é a branquificação. Quando abandonam ponderações desse teor deslocam o fundamental da questão no sentido

de encaminhá-la para a luta de classes. Outro equívoco, para não dizer uma nova impostura. (NASCIMENTO, 1982, 96 -97, grifos meus)

É imprescindível aqui deixar uma crítica em termos de perspectiva de ação política dos negros, em face à fragmentação da classe trabalhadora, lembrando que, não por coincidência, as ações dos movimentos negros estavam inspiradas nas ideias do ‘empoderamento negro’ norte-americano emergentes da luta contra a segregação institucionalizada e na constatação da necessidade de valorização da cultura, entendida como um complexo da ‘negritude’ nos países africanos na luta anticolonialista. A luta contra a fragmentação material do mundo do trabalho e das relações, evidentemente proporcionada pelo modo de produção, no entanto, foi colocada em segundo plano, sendo priorizada uma *luta ideológica contra uma ideologia*:

Dialogando com pessoas de quaisquer origens raciais e pertencentes a classes sociais as mais diversas, ele firmou seus princípios, sua tática e estratégia, recusou a tutela ideológica. O texto que se segue é a fixação ao vivo do que o negro pensa, sofre, aspira, reivindica e combate. (NASCIMENTO, 1982, p.59, grifos meus)

Daí que a emergência da tese do ‘empoderamento negro’, apesar de reconhecer a necessidade de melhores condições de vida para a população negra, tanto travou uma disputa ideológica, quanto obstinou conquistas formais, pelas quais os negros, supostamente ‘empoderados’ com representatividade política, vagas diferenciadas, acessos focalizados e esparsos, legislações de proibição de maus tratos, poderiam agora disputar de forma igual com brancos. Tal tese permitia que o rearranjo do capitalismo, num momento em que a burguesia proporcionava conquistas aparentes e focalizadas com menor custo, incidisse em maior ou menor medida sobre a ‘ascensão social’, ou seja, seu teto se insere numa luta reformista na sociedade capitalista, relegando ao segundo plano a luta contra o modo de produção e por garantias reais de trabalho, saúde, educação. Por fim, focando no aparente das formas de discriminação no mercado de trabalho.

Por isso, penso que tais esforços direcionavam-se ao *aparente* da opressão do negro. Obviamente que havia forte fragmentação que implicava no isolamento da luta negra das demais organizações da classe trabalhadora, porém

não se tratava de um movimento articulado numa luta mais ampla, contra o fundamento daquela opressão, contra *todas* as formas de exploração e opressão.

Por um lado, a necessidade de luta pelo poder por parte dos negros pode ser vista, entre diversas ações, como na formação do Jornal Quilombo, por exemplo, que permitiu, quase que na clandestinidade, a difusão dos ideais partidários de negros, o fez num momento em que ao negro eram negadas tais possibilidades atualmente, digamos, mais 'acessíveis'. Sua importância é incontestável. No entanto, se trata da promoção de direitos aos negros visando como limites a emancipação política, sem perspectivas de sua superação. A luta anticapitalista, integrada com a luta contra o racismo, deve orientar-se contra as expressões da desigualdade, a curto prazo na perspectiva da emancipação política, mas é imprescindível que esteja orientada no longo prazo na construção da luta contra a ordem capitalista e pela emancipação humana (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011). Ambas são lutas, penso, que incluem processualidades distintas, mas devem ser tecidas ao mesmo tempo.

Mesmo que tal superação não seja possível no momento histórico da organização de luta coletiva, sua discussão é sempre imprescindível à ação política por garantias reais e melhores condições de vida. No que se refere à consciência, não se pode abandonar a relação orgânica com a necessidade revolucionária, ou seja, a ação da classe trabalhadora em sua unidade na luta contra a ordem do capital, para se afirmar, de forma direta e clara, quanto à realidade opressora do *mercado de trabalho* capitalista.

O que decorre desse complexo ideológico, é que se pensa que qualquer ação de valorização da cultura 'particular' dos negros, *significaria um maior 'poder'* aos negros, o que é um grande equívoco. Claramente, a autoestima se faz necessária na construção de estratégias de sobrevivência por parte dos oprimidos, mas isso não significa que estes se insiram imediatamente numa luta de resistência ou que a construção de uma sociedade de fato igualitária coloque-se para os mesmos como uma necessidade. Contudo, é fruto do contexto histórico de luta por direitos sociais empreendida especialmente pelo movimento negro norte-americano, conduzida, entre outros, por Martin Luther King Jr, acerca do 'consciência empoderada' e a necessidade de 'cotas raciais'.

A ação afirmativa como política particularista, desviada dos posicionamentos da classe trabalhadora enquanto classe para a esfera identitária

fragmentada foi duramente criticada por uma minoria de militantes negros brasileiros, acerca de seus limites claros, bem como numa tendência à movimentação aristocratizada, descolada, em certo nível, das determinações mais gerais da sociedade de classes capitalista. Moura (1983), nesse sentido, questionava essa tendência, afirmando que:

[...] surge, em 1944, o Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento. Era de fato, um conjunto que apresentava a negritude de forma consciente, desejando, através da ideologia, organizar os negros no Brasil. O movimento editou ainda o jornal Quilombo no qual o pensamento e a proposta do TEM se expressavam. Mas, o que esse grupo apresentava à grande comunidade negra marginalizada nas favelas, nas fazendas de cacau e de algodão, nas usinas de açúcar, nos alagados e nos pardieiros das grandes cidades? Nada (MOURA, 1983, p.103).

O sentido de radicalidade dado por Moura (1983) à luta dos negros ‘em si mesma’, é que a política particularista não pode conduzir à superação da condição de vida dos negros, já que a luta de resistência negra, ao se situar nas questões universais da classe trabalhadora (a ideologia burguesa, a alienação do trabalho, o embate entre capital e trabalho) deve estar balizada na superação da condição de classe trabalhadora levada ao cabo pelos indivíduos numa ação classista.

No mesmo sentido, o movimento aparece com pretensões claras de cunho essencialmente terapêutico, como pode ser visto nas alusões à ideia de terapia em grupo, distante das reivindicações materiais da maioria da população negra e do enfrentamento direto no mercado de trabalho (MOURA, 1983).

3.2.2. A crise estrutural do capital e a ideologia dos movimentos negros

As teses do ‘empoderamento negro’, no entanto, emergiram respondendo dialeticamente à fragmentação cada vez mais intensa da classe trabalhadora no capitalismo, provocada, nos termos de Mészáros (2013), pelo processo de crise estrutural do capital, que reconfigurava o modo de produção e reprodução das relações capitalistas, tanto na esfera do mercado de trabalho, como na esfera do Estado, em torno das políticas neoliberais e, conseqüentemente, reordenando o modo de ser dos indivíduos.

A modernização econômica dos países de capitalismo central no pós II Guerra, especialmente a partir da década de 50, ampliou a demanda, tanto por parte

do compromisso com o pleno emprego, como devido às políticas de redução da desigualdade econômica, calcadas nas formas de seguridade social e de previdência, sustentando um mercado de consumo diversificado e com mercadorias que exigiam grande desenvolvimento tecnológico (HOBBSAWM, 1995). Isso proporcionou, como bem analisou Hobsbawm (1995), que a grande maioria da renda dos trabalhadores, especialmente na Europa, não estivesse mais voltada à aquisição de bens e produtos considerados de necessidades básicas, como alimentação.

Ocorre que, o processo de mundialização do capitalismo, balizado na financeirização do capital, produzia um descompasso evidente, tendia ao esgotamento. Sua articulação se dá, fundamentalmente, nas 'saídas' encontradas pelo Estado para solucionar os 'problemas' de déficit do orçamento público advindos da emissão de papel-moeda para contenção da inflação, os quais estavam lastreados no estoque de ouro dos bancos centrais e excediam-no, promovendo a passagem do câmbio fixo da moeda (o que era previsto no acordo de Bretton Woods, de 1944, no sentido de promover a estabilidade financeira), já no início da década de 70, para o câmbio flutuante, na busca pelo equilíbrio econômico a partir do livre-mercado e no fim do lastro do dólar no ouro (EICHENGREEN, 2000).

Esse esgotamento, no entanto, do ponto de vista da classe dominante significaria o fim da condição de 'democratização do mercado' (HOBBSAWM, 1995) à classe trabalhadora, com a prioridade de manter e acrescer seus lucros. Os lucros das especulações financeiras sobre o capital fictício, ademais, impactava diretamente as relações de produção, o mercado de trabalho. Daí a dimensão política da questão, de tal forma que os níveis de emprego e de desenvolvimento social, também como conquistas sociais dos trabalhadores, foram desprezados, sacrificados em prol do acirramento do conflito entre capital e trabalho (EICHENGREEN, 2000)

Ao longo da década de 70, em meio a um processo de recessão econômica, as políticas keynesianas tornaram-se, paulatinamente, incapazes de proporcionar a recuperação esperada em termos de ganhos por parte do capital, ao ponto de manter as relações de consumo e produção como nos períodos anteriores.

Não se trata das crises cíclicas do capital, passíveis de recuperação das taxas de lucro de modo mais simples, como o proporcionou, frente à crise de 29, a diversificação provocada pelo fordismo e as políticas keynesianas por parte do

Estado, mas de um processo de aprofundamento dessas contradições marcado pela incontrollabilidade do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2013), em torno da queda da taxa de lucro em níveis cada vez mais insustentáveis para a manutenção da ordem capitalista (CHESNAIS, 1998) por parte da classe dominante, de modo que a reconfiguração global para a manutenção da ordem capitalista não pode mais se dar sem o acirramento da luta de classes e a emergência de lutas sociais cada vez mais intensas, exigindo reações sempre mais violentas à classe trabalhadora por parte do controle do capital, é dessa forma que, desde a ascensão neoliberal, a reestruturação produtiva e as políticas estatais se mostram incapazes de responder à crise orgânica do capital e da ideologia da classe dominante.

Hobsbawm (1995) concebe, nesse sentido, que o fim da “Era de Ouro” do Estado de Bem-Estar revelava seu compromisso com as políticas de consenso, que amortizaram, até certo ponto, o conflito entre capital e trabalho.

Outro aspecto imprescindível, é que a manutenção daquelas condições de vida aos trabalhadores na Europa ocidental foi amplamente sustentada pela exploração dos países africanos e nas Antilhas, especialmente no que se refere à França e ao Reino Unido – pelos governos britânicos, África do Sul, Botsuana, Suazilândia, Tanzânia, Serra Leoa, Seicheles, Egito, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Malawi, Maurícia, Nigéria, Somália, Sudão, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Nevis, Bahamas, Santa Lúcia, São Vicente e Granadina, Trinidad e Tobago, entre outros como Bahrein, Brunei, Emirados Árabes, Malásia, Omã, Tuvalu, Fiji, Kiribati, e a lista continua, e pelo lado dos governos franceses, Argélia, Benin, Burkina Fasso, Camarões, Chade, Comores, República do Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Gabão, Guiné, Madagascar, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Senegal, Togo, Tunísia –, sendo que apenas alguns de tais países deixaram de ser colônias de exploração do final dos anos 50, a maioria durante a década de 60 e outros ao longo dos anos 70.

A ascensão ideológica neoliberal, nesse sentido, amplamente difundida por Hayek (2010), consistia na necessidade do Estado Mínimo, não intervencionista, em proporcionar minimamente condições para que os indivíduos participassem do mercado, cabendo aos mesmos através do mercado, a realização de suas ‘capacidades’. Nesse sentido, revelava-se na teoria da liberdade individual de Hayek (2010) o compromisso com um ambiente de maximização do domínio do capital, que

encerrava as concessões por parte da classe dominante dos países capitalistas e acirrava as privações e ampliação da desigualdade para a classe trabalhadora.

Do ponto de vista da ideologia, as classes dominantes não almejavam mais negociações, pois estava decidido que qualquer gasto público com a esfera da política social deixaria seu montante de capital aparentemente no 'caminho da servidão', quando ele deveria ser maximizado.

Daí que, no desenvolver das relações de produção da década de 70 no mundo, ressalvadas as particulares articulações internas do sistema produtivo brasileiro, em linha gerais se apresentava com força o processo de flexibilização do trabalho e das relações de trabalho, situado por Abramides (2006) em torno da reestruturação produtiva para a retomada dos ganhos por parte do capital frente a sua crise estrutural e se deu por vias convergentes. Para Abramides (2006, p. 175)

Os dois primeiros vetores da crise contemporânea do capital e do capitalismo, na esfera econômica pela acumulação flexível e na esfera política pelo neoliberalismo, encerram a estratégia ideológica e política do grande capital no desmonte das perspectivas do projeto de modernidade.

A crise estrutural do capital, nesse sentido, é também uma crise do modo de ser da sociedade capitalista, ao passo em que a fragmentação real no mundo do trabalho conduzida pelo toyotismo e nas formas de acumulação flexível implicavam em formas específicas de alienação (ANTUNES, 2009), constitutivas no plano da ideologia, que gerou, de um lado a revolta latente da classe trabalhadora e formas de resistência da classe – tanto que, no caso do racismo e sua relação com o Serviço Social, vemos que “pela própria história da profissão [...] o debate sobre a *questão racial* não encontrou terreno fértil para ser incorporado pelo Serviço Social até a década de 1980” (EURICO, 2013, online) – mas também a ideologia fragmentária ‘pós-moderna’ que

Sustenta-se teoricamente no neopositivismo, mas também em formas tácitas ou explícitas de irracionalismo, e combate à razão moderna: de um lado, o pensamento liberal iluminista, e de outro, a razão dialética do materialismo histórico e da totalidade da vida social. Expressa-se fundamentalmente por meio: da fragmentação do conhecimento; do empiricismo; de análises rasteiras e aligeiradas; a-históricas da realidade. **Nega, sobretudo, as macroanálises desenvolvidas e sustentadas em teorias estruturantes, para a compreensão do mundo real, substituindo-a pela valorização do microscópio, do efêmero, do singular, do imaginário, entre outros** (ABRAMIDES, 2006, p. 176).

Essas formas de pensamento, no entanto, tiveram uma difusão ideológica muito ampla e permanecem ativas até os dias atuais, assim como a crise estrutural do capital, afirmando, em muitos casos, que não haveria mais classe trabalhadora, que seria o fim do trabalho, o fim da história, entre outros ‘fins’ que abririam portas a um recomeço inédito, todas essas teorias convergentes no compromisso de deslegitimar verdades científicas, relativizando toda a ciência e a vida social aos extremos do possibilismo.

Tais elucubrações revisitaram o estudo da filosofia das ciências – especialmente as formulações da ‘sobreposição de paradigmas’ de Thomas Khun e da indeterminação de Paul Feyerabend –, a fim de apontar a ciência como construção social, narrativas⁸⁹, entre outras formulações, entendendo-a desprovida de qualquer base concreta e empírica, num universo que, de tão multideterminado, qualquer certeza seria um ‘totalitarismo’ (HARVEY, 2005). Ademais, partindo de entendimentos equivocados sobre a física – como a ideia errônea de que a teoria da relatividade na física quântica de Einstein teria tornado desprezível a ideia de tempo-espaço absoluto das leis de Newton – e subjetivistas, sem base material concreta e distantes da ontologia, sustentaram que a razão moderna não poderia explicar o presente, o ‘pós-moderno’.

Esse *relativismo*, ademais, ao dilacerar as determinações centrais da vida social, especialmente o trabalho, refletia a dilaceração dos eixos centrais da vida, especialmente com o aumento da exploração do trabalho no mundo real. Por isso as concepções fragmentárias adentraram discussões que supostamente em nada teriam relação com o modo de produção, passando pelo campo da *ética*, da filosofia da *história*, na *psicanálise*, na *cultura*, do ‘*poder*’ – que seria múltiplo, fracionado e de novas configurações, daí as distintas formas de ‘*empoderamento*’, decorrente das ideias de Foucault⁹⁰, entre outras discussões subjetivistas sem perspectiva classista⁹¹ – ou ainda sobre os *movimentos sociais*, assentando a ideia de que a emancipação social na ‘pós-modernidade’, dadas as representações dos sujeitos

⁸⁹ Vide LYOTARD, J. **A Condição Pós-moderna**. Tradução José Bragança. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2003

⁹⁰ Vide FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁹¹ Vide DELEUZE, G. **Desejo e prazer**. Tradução: Luiz B. Orlandi. In: PELBART, Peter; ROLNIK, Suely (orgs.). *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: PUC-SP, v.1, n.1, 1993

acerca dela, pode ser tomada numa perspectiva extra-classe social, como aparece em Santos (2007).

Nesse bojo é que se sustentam diversos discursos ‘culturalistas’, que partem de uma concepção fragmentada da cultura, que, ao pretenderem valorizar alguns aspectos entendendo equivocadamente que as particularidades se somariam para compor o todo, já que tudo seria possível diante de um todo indeterminado, e não numa relação dialética, aparecem como reflexo do modo de produção, numa estratégia de fragmentação da totalidade da cultura na vida dos seres sociais.

Gostaria, nesse sentido, de esclarecer que não contesto simplesmente a utilização de termos e expressões que caracterizam atualmente a luta contra o racismo, pelo contrário, pois isso seria uma supressão irremediada da particularidade, que anularia a relação dialética entre o particular e o universal, o que ocorreria por parte de um caráter doutrinário ou de proselitismo. Na verdade, trata-se de pensarmos que as bases ideológicas de algumas concepções se mostram de modo oposto à concepção de resistência que tenho buscado evidenciar, podendo levar ao imobilismo ou ao entendimento da cultura como esfera da contemplação, desprezando seu caráter político e de *práxis* no processo da luta de classes.

Ou seja, dada a unidade indissociável e não oposta entre teoria e prática (BARROCO, 2011), trata-se da apreensão teórica do movimento do real que esteja organicamente relacionada com a atividade consciente dos seres sociais no sentido de transformar a realidade, dessa forma, realiza-se uma *práxis*, pois uma mediação teórica, filosófica que não apreenda as necessidades postas na realidade não pode, nesse sentido, orientar, sustentar uma ação prática de revolucionar essa realidade. A *práxis*, nesse sentido, é a aplicação imanente de uma teoria à sua ação prática e que se direciona efetivamente à transformação daquela realidade, não se trata, portanto, de um constructo conceitual a ser aplicado para determinados fins (VÁZQUEZ *apud* BARROCO, 2010).

Clóvis Moura (1983) apontou essa tendência em sua concepção de ação política no interior dos movimentos negros, quando dos ataques à concepção materialista e classista, no sentido de que as mesmas desprezariam a particularidade das relações sociais sobre a noção de cor da pele no Brasil em prol da consciência de classe, e bem ilustra a questão sobre a ideia de ‘negritude’, tão presente na composição do Movimento Negro Unificado na década de 1970.

Segundo Moura (1983), a busca pela definição da ‘negritude’ como conceito antropológico ou sociológico enquadra o entendimento da expressão como conteúdo a ser estudado à distância de sua base material, supostamente um complexo de relações geradas a partir das relações sociais entre negros e brancos, quando, na verdade, deveria ser apreendido como instrumento de conhecimento para uma ação direta de transformação da realidade da luta de classes.

De fato, o uso dominante da ideia de ‘negritude’ se dá em torno da afirmação das identidades religiosas, de costumes e requisição de uma posição social do negro dentro da sociedade brasileira, entendidas no ‘microcosmo’ da cultura na sociedade brasileira como produto da relação de negros e brancos, à revelia da dinâmica da sociabilidade capitalista, da alienação do trabalho, inserindo-se, portanto, de modo fragmentário e inócuo em termos de ação política.

É obvio que há particularidades de costumes e em termos de pensamento social, evidentes em comunidades em que tradicionalmente há práticas culturais e crenças, reproduzidas e readaptadas ao longo dos últimos séculos. Mas se sua existência é ameaçada pelas investidas de produção e valorização da cultura elitista e racista, é porque isso está diretamente relacionado com o movimento da classe dominante na manutenção ou expansão do modo de produção capitalista, convertendo frações da cultura da classe trabalhadora, especialmente as tradicionais, em formas inovadoras de ganhos de capital, fragmentando a relação entre particular e universal, destruindo comunidade quilombolas e indígenas para o proveito de suas terras e subvertendo os seres sociais na desarticulação de coletividade a partir de sua ideologia.

É desse modo que, na esfera do Estado, o neoliberalismo emerge, por um lado, reorganizando em nível global políticas públicas de abertura ao livre mercado, ao mesmo tempo, na supressão dos direitos sociais conquistados em torno de políticas públicas, tratando-os como ‘gastos descartáveis’, especialmente para a resolução dos problemas financeiros globais⁹², mas permitindo, pois isso é lucrativo ao modo de acumulação capitalista, as lutas por parcelas de direitos sociais,

⁹² Como o estudo de Salvador (2010, online) aponta, “A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos”. Vide SALVADOR, E. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 104, Out 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 10 Nov 2015.

consubstanciada na ideia de *compensar a desestruturação* das políticas ,das relações de produção e no mundo do trabalho com políticas *focalizadas* (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

De fato, em meio a esse contexto, é legítima, por exemplo, a luta pela preservação das culturas tradicionais, mas essa preservação não será efetivamente conquistada por meio de qualquer ação de luta, nem mesmo haverá preservação por meio de qualquer forma de execução de políticas públicas, desvinculadas da prioridade por políticas estruturantes com qualidade, como o trabalho, a saúde, a habitação, a educação, entre outras. Daí a necessidade de que a luta pela preservação de culturas tradicionais esteja vinculada a uma luta com perspectiva classista, pelo direito de liberdade e autonomia, não em termos burgueses, mas por uma sociedade de fato igualitária. Isso realiza, num primeiro passo, o caminho da emancipação política e não se desvincula, ademais, de uma luta pela emancipação humana.

A grande difusão de requisições fragmentárias tem se dado, não por coincidência, balizadas na ideia de formas de *enfrentamento* aos desafios postos na realidade, conduzidas por parte do Estado, ademais, por meio de políticas particularistas, desviando a prioridade por políticas estruturantes e a resistência cotidiana da classe trabalhadora.

Ocorre que é uma marca comum no capitalismo, que as conquistas sociais apresentem limites na esfera do Estado, especialmente devido à tendência de recuperação do capital por políticas neoconservadoras, marcadas por ações de políticas públicas mediadas na esfera do chamado ‘terceiro setor’ (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011), geralmente como estratégia do neoliberalismo na redução dos ‘custos do Estado’, realizando as ações de interesse público por organizações não-governamentais, camuflando a privatização das ações públicas estatais em torno da terceirização dos serviços.

Isso gera ampla desarticulação devido à desresponsabilização estatal, quando se torna possível, por exemplo, as formas de financiamento privado na execução daquelas ações, em grande medida tornando-se serviços co-financiados, por vezes confundindo ações de cunho caritativo e filantrópico, entrando em desacordo com a perspectiva dos serviços executados com qualidade e de cunho laico.

3.2.2.1 Estratégias ideológicas numa perspectiva global: o “enfrentamento” à discriminação no mercado de trabalho e o “enfrentamento” à desigualdade

A ampla desregulamentação e precarização do trabalho, como vetores fins do neoliberalismo, têm sido conduzidas, no plano ideológico das pretensões de ações públicas, por meio de relegar o embate entre capital e trabalho à esfera de suas manifestações mais aparentes, quais sejam, a desigualdade e a pobreza, no sentido de que os negros estariam ‘excluídos’ do mercado de trabalho e outros acessos.

Essa perspectiva de ‘inclusão social’ e econômica apenas do ponto de vista formal, no entanto, não é inédita, tendo sido aplicada desde a segunda metade do século XX, como bem aponta Mota (2010). Porém, o chamado ‘enfrentamento à desigualdade’ recorre ao abandono programático da concepção utilitarista entendida como mais extrema, em prol daquela pretensamente moderada sobre a justiça social e a igualdade, frente ao esgotamento de conquistas sociais mais amplas e estruturantes no bojo do Estado neoliberal. Esse, em minha concepção, tem sido um dos maiores desafios em termos de combate político para a resistência da classe trabalhadora negra.

Especialmente sobre as ideias utilitaristas de John Rawls⁹³, que propunha uma ideia de justiça social e igualdade baseada nas condições dos indivíduos a partir do consumo, na obtenção de bens, como se a posse de bens os tornasse capazes de transformar sua realidade, fundam-se as pretensões de Amartya Sen⁹⁴, que, no compromisso explícito com o projeto ideológico do Banco Mundial para a América Latina, apresenta um plano de ação que até mesmo convenceu grande parcela dos movimentos sociais, de que se trataria não apenas da obtenção de bens, mas daquilo que os indivíduos seriam ‘capazes’ de fazer com os mesmos, o que também deveria ser contemplado em termos de ação pública.

Notamos, no entanto, que, no avanço das diretrizes neoliberais na década de 90 e 2000, e na regressão sistemática de direitos sociais e gastos em torno de políticas amplas e estruturantes, vide a crescente legislação para autorizar a ampliação dos serviços terceirizados através de ‘parcerias’ público-privadas menos custosas ao Estado brasileiro, isso se dá por meio da criação da oferta de outros

⁹³ Vide RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Brasília: Ed. Da UNB, 1981.

⁹⁴ Vide SEN, Amartya. **The idea of justice**. Harvard University Press, 2009.

meios de “enfrentamento à pobreza, através de políticas de inclusão, por cotas, ou de mínimos sociais. As políticas compensatórias reconhecidas através dos chamados subsídios aos mais pobres” (MAURIEL, MOTA, PERUZZO, 2011, p.6).

Ocorre que, do ponto de vista da questão negra, a discussão aparece, deslocada do foco da garantia real de trabalho e obtenção da renda, para a esfera da transferência de renda e oferta de serviços socioassistenciais a fim de que os indivíduos, por si mesmos, consigam um trabalho. Também no que se refere ao mercado de trabalho vemos, nesse sentido, grande ampliação daquilo que atualmente se chama de ações de promoção de ‘capital humano’, como cotas em cursos de formação extremamente técnicos e visando a atividades de baixa remuneração e que não exigem, como se sabe, muitos conhecimentos especializados.

O foco na pobreza nesse projeto neoliberal é, no entanto, uma estratégia de seu compromisso com a manutenção do Estado Mínimo, com foco na parcela da classe trabalhadora em miserabilidade, o que acompanha o contexto global, logo no início dos anos 90, como a destruição de milhões de empregos nos Estados Unidos desde o Consenso de Washington de 1989, representando, para o Brasil, a evolução das taxas de desemprego de longa duração ao longo da década de 90 e o crescimento das taxas de desocupação em 70% ao longo no período 1992-2001 (QUADROS, 2003).

Justamente nesse período incentivou-se a execução da maioria dos serviços socioassistenciais, realizados em formas de parceria público-privadas, marcados pela descontinuidade e fortemente subordinados aos financiamentos empresariais (MOTA, 2010), mas esse quadro não foi revertido. Daí que as ações predominantes nos governos do ex-presidente Lula (2002-2009) e de Dilma Rousseff (2010 – atual) distinguiram-se em termos ideológicos das ações até então tipicamente neoliberais do período de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), no sentido de um apelo às ideias de ‘valorização da autonomia’, da ‘participação social’, como estratégia do capital na execução dos planos de ‘combate à pobreza’ por instituições privadas, como ONGs, OSCIPs, entre outras (MOTA, 2010).

No que se refere à discriminação no mercado de trabalho, cabe-nos a expressão de que isso foi um ‘prato-cheio’ para o capital, já que o acesso ao emprego passou a ser amplamente justificado em torno da suposta ‘falta de capital

humano' dos negros, daí se daria, dizem, a ampla desigualdade entre negros e brancos no país.

Esse contexto marca o que Castelo (2013) chamou de social-liberalismo, como marca nos governos de Lula e Dilma, mas também no mundo, de afirmação ideológica da burguesia brasileira frente a sua crise orgânica, em torno de uma proposta de governo 'para as massas', pretensamente de cunho socialista, mas que, nem de longe, deixou de balizar todas suas iniciativas numa perspectiva liberal. O que ocorre, de fato, é que

Chegaria, assim, o momento de os economistas vulgares deslocarem o foco das suas agendas de pesquisa sobre o mercado de trabalho para o funcionamento das instituições educacionais, responsáveis pelo desenvolvimento do capital humano de um país. Seria no nível formal de educação de cada indivíduo, na sua capacidade de competição no mercado de trabalho que se deveriam buscar as causas primárias e fundamentais do pauperismo, e não nas relações estabelecidas entre as classes sociais (CASTELO, 2013, p. 350)

Na realidade do mercado de trabalho, em termos de acesso ao trabalho, passou-se a justificar o inaccessos dos negros ao emprego, quando de modo mais direto, sobre condições de escolaridade e, de modo mais obscuro, na fórmula genérica de questões de 'capital humano'.

Por sua vez, o chamado "enfrentamento à discriminação", atualmente, tem se dado sob a forma restrita das cotas nas universidades, não por mera coincidência, como já foi relatado neste trabalho, à espera que, ao longo do tempo, como política de 'combate à desigualdade', as adversidades sejam profundamente *reduzidas*.

Daí que ainda caberia aos negros, agora supostamente 'munidos' de conhecimentos e de políticas de caráter redistributivo, não distributivo, ultrapassarem a discriminação por meio de níveis de maior competitividade e adentrar o mercado de trabalho. Voltamos, nesse sentido, às ideias do 'empoderamento negro', que não se constituem em instrumento ideológico de luta contra a discriminação no mercado de trabalho neoliberal, desde o momento em que negam o fundamento da discriminação em nossa sociedade.

O processo chamado por Ribeiro (2013) de *institucionalização das políticas de igualdade racial*, marcado pela pressão dos movimentos sociais e de intelectuais na esfera do Estado, apesar de significar um avanço em termos de

reconhecimento da questão, não tem apresentado condições concretas de ação no plano estratégico de contribuir de modo amplo na emancipação política, ademais, possui um direcionamento focado na perspectiva culturalista, afastado, portanto, do compromisso com a emancipação humana.

A cisão à qual me refiro, no entanto, de uma afirmação negra que estaria diretamente oposta às sociedades de classes, se dá de forma mais visível no trato de Theodoro (2008) ao tema do mercado de trabalho, para o qual o racismo e a discriminação deveriam ser 'enfrentados' com políticas específicas enquanto a pobreza combatida com políticas de cunho universalista.

E essa postura está atrelada às concepções mais fundamentais do autor acerca do racismo, quando o afirma de modo fragmentado e descolado do movimento da luta de classes, numa perspectiva focalizada da questão:

o racismo é, pois, uma ideologia [...] Ante esse fenômeno, tem-se apontado a necessidade de incentivar a adoção de políticas valorativas, com vistas a quebrar estereótipos e combater visões correntes que alimentam o tratamento diferenciado e, em última análise, a própria desigualdade (THEODORO, 2008, p. 175-176).

Posto esse embate no interior do movimento negro, penso que, por exemplo, as disciplinas de ensino voltadas à temática do racismo e da história da África são uma prioridade evidente, aparecem com o escopo de contemplar em termos representativos o modo de ser e o patrimônio histórico atual de comunidades tradicionais e de toda a sociedade, e outras permanências reais na esfera da cultura (musicais, territoriais, relações marcadas pelo racismo), na pretensão de afastar o preconceito e esclarecer aspectos da história contada pela ideologia dominante, fomentando a discussão sobre as diferenças. Mas essa luta, penso, deve estar alicerçada numa luta por um ensino de qualidade, amplo, gratuito e universal e, como propôs Rocha (2014), articulando condições concretas de inserir a discussão das relações sociais e o racismo como parte integrante da construção de uma nova ordem societária.

No que se refere ao Serviço Social, a luta se insere nas possibilidades concretas de incorporação do tema na formação e intervenção profissional (ROCHA, 2014), a fim de que, nesses processos, construa-se uma perspectiva de ação antirracista, fortalecendo a resistência de oposição à ordem do capital.

Os limites do atual “enfrentamento à discriminação”, contudo, são evidentes principalmente porque na relação imbricada entre os movimentos sociais e o Estado, não apenas com relação a essas políticas, os problemas da institucionalização tanto estão ligados à representatividade formal, que

Este problema agravou-se, principalmente, após os governos petistas, pois os movimentos sociais, muitos deles com lideranças que apóiam o atual governo, ainda não conseguiram resolver o dilema entre o apoio político ao governo e a necessidade de preservar a autonomia do movimento social (OLIVEIRA, 2013, online)

Ademais, como já apontado acerca da priorização do chamado ‘terceiro setor’ no contexto neoliberal, as ações estatais são transferidas para a esfera privada de forma massiva, desresponsabilizando o Estado diretamente, favorecendo a disputa pela realização dos projetos sociais de financiamento/cofinanciamento público. Assim, em meio às parcas possibilidades de proporcionar efetivamente acessos necessários ao fortalecimento da luta e organização da classe trabalhadora negra, “fortaleceram-se algumas práticas complicadas como uma relação promíscua por meio de convênios entre o poder público e entidades” (OLIVEIRA, 2013, online), de modo que, no interior dos movimentos negros, “a alternância entre a radicalidade e a cooptação” (OLIVEIRA, 2013, online) tem se tornado algo cada vez mais comum.

Porém é fato que as políticas afirmativas têm estado muito restritas, em termos de proporção, à esfera das cotas, e essa dispersão é provocada por determinações mais amplas, num contexto de focalização da ação pública sobre a pobreza e de fragmentação e deslocamento de prioridades por políticas estruturantes, respondendo ao compromisso com um projeto neoliberal muito mais amplo, o que não deslegitima, a priori, o reconhecimento em esfera nacional e no âmbito do Estado, da necessária luta por igualdade no país. Nesse sentido,

A política afirmativa, apesar de ser uma aparente conquista da população negra, além de se amparar nessa suposta desigualdade racial existente entre negros e brancos, não tem contribuído de fato para a erradicação do racismo existente [...] Entretanto, um dos avanços da política afirmativa é o reconhecimento do Estado e da sociedade de que a harmonia racial existente no Brasil não passa de um mito construído [...] A luta contra o racismo deve ser também, sob pena de ruína, a luta contra a exploração do homem pelo homem (SILVA, 2012, p. 104-105)

Essa relação entre a afirmação do problema do racismo e políticas públicas também se mostra imbricada não apenas no Brasil. Gostaria, nesse sentido, de aprofundar a discussão em nível internacional, especialmente sobre o caso francês, dado meu percurso na Faculdade de Economia de Grenoble, quando pude discutir com um profissional de uma instituição ligada ao tema, a questão do racismo, bem como é imprescindível pontuar alguns aspectos acerca das análises da mesma instituição e de outros documentos internacionais.

Dado o contexto de políticas sociais estruturantes mais amplas, em torno da seguridade social, bem como o tratamento nacionalista histórico acerca da necessidade de gerar ‘oportunidades’ para todos os *cidadãos*, desponta por um lado, a não reconhecimento da discriminação como algo constitutivo do mercado de trabalho, uma vez que muitos são os mecanismos de fiscalização da discriminação salarial por ramo de atividade, especialmente sob pena de multas de alto valor, mas também devido às formas de acompanhamento do desemprego, por peio de uma legislação muito mais rígida que a brasileira, impedindo muitos casos de demissões arbitrárias. Claramente, dado que a dinâmica dos direitos sociais está atrelada ao trabalho⁹⁵.

Daí que as cotas, nesse sentido, tornam-se um projeto arrefecido em termos de força para sua promoção, mas nem por isso, muito pelo contrário, o neoliberalismo e seus projetos de políticas focalizadas deixariam de estar presentes.

Numa entrevista com um profissional da instituição Observatoire des Discriminations et des Territoires Interculturels da cidade de Grenoble, afirmou-se que nem mesmo a cor da pele poderia ser mencionada como aspecto determinante nas relações sociais, pois demonstraria um sinal de que uma discriminação estaria sendo criada numa relação entre dois indivíduos. Porém, ao questionar acerca dos modos pelos quais os imigrantes e franceses filhos de imigrantes, em geral são reconhecidos antes mesmo de manifestar religiões ou costumes específicos, sua afirmação foi contundente de que a cor da pele ‘salta aos olhos’, para uma manifestação de discriminação. Nesse sentido, não se pode negar, por conseguinte, que há racismo no mercado de trabalho, em torno de manifestações racistas e

⁹⁵ Dadas as definições do modelo corporativista-conservador, tipologizadas por Esping-Andersen, que constam nos sites governamentais franceses, prevê “**uma proteção social orientada sobre o trabalho assalariado**”. Disponível: <www.vie-publique.fr>. Acesso em 10 Nov 2015.

outras opressões contra imigrantes e franceses filhos de imigrantes, considerados ainda imigrantes de segunda ou terceira geração.

O Plano de Luta Contra as Discriminações (Plan de Lutte Contre les Discriminations), em nível nacional, enquadra 20 tipos de discriminação a serem 'combatidas' nas cidades departamentos e regiões, no acesso a serviços, vida cotidiana e mercado de trabalho, dentre as quais muitas representam um avanço quanto à liberalização irrestrita do mercado de trabalho brasileiro, como quando o empregador não contrata um candidato à vaga devido ao seu local de moradia, como cidades vizinhas ou bairros mais pobres, casos de doenças que se apresentem em estágio de evolução no momento da entrevista, dispensa em período de experiência devido ao mal tratamento dos clientes quanto à suposição de origem do empregado devido à sua cor da pele, baixando os lucros, entre outras⁹⁶.

No entanto, tais políticas ainda se mostram incapazes de colocar fim à discriminação no mercado de trabalho. Efetivamente, a grande parte das ações que contemplam os cidadãos de cor da pele negra, não contrapõem, em definitivo, as diferenças em termos de condições de vida e de racismo, mas proporcionam, por exemplo, que os mesmos recebam seguro-desemprego por uma quantidade de tempo que seria considerada no Brasil como alta. Contudo, tal condição de 'amortização' dos efeitos mais perversos da discriminação no mercado de trabalho sobre os cidadãos em geral, que permite a formação de um estrato de trabalhadores de rendimentos 'médios', é sustentada pelas condições de vida dos trabalhadores em regime de imigração, dado que se inserem nas parcelas crescentes de trabalho precarizado na construção civil, rotativos, como na limpeza de universidades e espaços públicos e privados, bem como trabalhos parciais e sem regulamentação (mais lucrativos para os empregadores, aceitos pelos trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho), tendo disputado vagas de emprego com cidadãos franceses devido ao aumento das taxas de desemprego na última década, sendo que sua permanência no país ainda depende desse vínculo.

Assim constituiu-se a ampla parcela de trabalhadores da indústria pesada na cidade de Grenoble, atendidos ao longo da década de 70 pela ODTI, marcados pelas características de serem homens e solteiros, sendo que o público atual atendido é de jovens, mulheres e 'chibanis' e 'chibanias', que é uma referência para

⁹⁶ Vide <<http://www.defenseurdesdroits.fr/>>. Acesso em 10 Nov 2015.

idosos aposentados que possuíam ou possuem estatuto de imigrante, que vivem em condições precárias e com ameaças de deportação.

Tanto que, apesar das várias origens do público atendido, à época da década de 70 os argelinos eram quase a totalidade dos atendidos, agora representaram, em 2013, 55% dos atendidos, 16% são franceses, 6% de congoleses, tunisianos, sudaneses, chadianos, marroquinos, guineenses, camaroneses e talianos, respondem por 2% para cada nacionalidade, iraquianos, britânicos, kosovares, senegaleses, macedônios e cingaleses respondem por 1% cada (ODTI, 2013, 22).

O que infiro dessas informações, primeiramente, é que as condições de vida dos trabalhadores imigrantes, dado que o público majoritário é de idosos aposentados, não proporcionaram que deixassem de ser o público atendido por serviços socioassistenciais, uma vez que o acesso ao emprego ainda não os livra de todas as formas de discriminação da sociedade e do mercado de trabalho capitalista, sendo evidente a prioridade por políticas mais amplas.

Em segundo, o aumento considerável nos últimos 40 anos da presença dos franceses em serviços socioassistenciais revela que nem mesmo os cidadãos estão em condições livres e distantes, como muito equivocadamente se pensa, das implicações sociais perversas das discriminações na sociedade francesa. O profissional da instituição relatou ainda, que tem aumentado os casos de tentativa de deportação de imigrantes idosos, sendo necessária uma grande articulação por parte dos técnicos para impedir juridicamente essas ações, alegando que a busca por retirá-los do país, após anos tendo trabalhado sem direitos efetivos, seria uma discriminação.

Em terceiro, e aqui está a razão inicial de evocar essa discussão, as ações foco da instituição inserem-se num plano de combate à discriminação voltado para os mais pobres, com evidentes propostas de ações semelhantes às ideias quanto ao desenvolvimento de suas 'capacidades' e redução das desigualdades. Entre tais ações, são mencionadas no relatório de 2013, *o ensino da língua francesa a imigrantes* (como se sabe, o 'sotaque' é sempre determinante em termos de preconceito), proporcionar *alojamentos com provisão de alimentação*, dadas suas condições insalubres de moradia do público acolhido, *acompanhamento psiquiátrico e de saúde física*, *apoio jurídico* para sua permanência, dada a ampla burocratização de sua condição no país.

A focalização de tais ações, no entanto, aparecem notadamente como insuficientes, no entanto, ainda é questionada pela instituição, pois

De agora em diante, cerca de vinte nacionalidades são acolhidas, diversas estatutos e gêneros (mulheres, homens, crianças), **enfrentando múltiplas dificuldades** (econômicas, sociais, sanitárias, psicológicas) e para os quais deve-se prestar **serviços de mais em mais diversificados e integrados** (moradia, acesso a direitos, saúde, cultura, formação, aprendizados sociolinguísticos) o que expande consideravelmente o campo da ação social, bem como de competências e parcerias a voltar-se para isso no sentido do de aumentar o desenvolvimento e a organização comunitária (ODTI, 2013, p. 3, grifos meus, tradução minha)⁹⁷.

Contudo, ironicamente, é justamente esse campo de ação social “amplo”, do qual se identifica ausência, em que se inserem os serviços focalizados, pois as diretrizes da União Européia e do governo francês assumem a questão desde 2010, ambos, como a “discriminação e a pobreza: dois desafios indissociáveis”⁹⁸, também no destaque das ações de “luta” contra as discriminações para efetivar o compromisso maior do plano plurianual francês “contra a pobreza e pela inclusão social”⁹⁹, ademais, tomam importância as diretrizes do Parlamento Europeu, órgão legislativo da União Européia, em que “O Fundo Social Europeu (FSE) também coloca os fundos da União à *serviço do co-financiamento de ações* visando à *lutar contra as discriminações e ajudar as pessoas mais desfavorecidas* à acessar o mercado de trabalho”¹⁰⁰.

Portanto, como vemos, o contexto de “luta contra as discriminações” em nível global, aparece subordinado ao plano da “luta contra a pobreza”, priorizando políticas focalizadas e nos mais pobres, em torno de ações visando a minimamente

⁹⁷ Em francês: “Désormais une vingtaine de nationalités sont accueillies, diverses par les statuts et par le genre (femmes, hommes, enfants), connaissant de multiples difficultés (économiques, sociales, sanitaires, psychologiques) et à qui il faut apporter des services de plus en plus diversifiés et intégrés (hébergement, accès aux droits, santé, culture, formation, apprentissages sociolinguistiques) ce qui élargit considérablement le champ de l'action sociale ainsi que les compétences et les partenariats à mobiliser dans ce qui s'apparente de plus en plus à du développement et à de l'organisation communautaire” (ODTI, 2013, p. 3).

⁹⁸ Vide o plano de ação da União Européia *Discrimination et Pauvreté: deux défis indissociables*. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/poverty_opinion_2010_french.pdf>. Acesso em 10 Nov 2015.

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.franche-comte.drjcs.gouv.fr/plan-pluriannel-contre-la-pauvrete>>. Acesso em 10 Nov 2015.

¹⁰⁰ Em francês: “Le Fonds social européen (FSE) propose également des fonds de l'Union au service du cofinancement d'actions visant à lutter contre les discriminations et aider les personnes les plus défavorisées à accéder au marché du travail”. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/fr/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.10.9.html>. Acesso em 10 Nov 2015.

inserir-los no mercado de trabalho formal, para que superem as adversidades do contexto discriminatório especialmente no período de crise global do capital. A fim de impedir que uma grande parcela de indivíduos da classe trabalhadora dependa fortemente de políticas estruturantes, ou de políticas de transferência de renda, uma das saídas encontradas é a restrição das condições de imigração, revogação de critérios para permanência e ampliação das deportações¹⁰¹.

3.2.2.2 O caráter central da discriminação das negras e dos negros no mercado de trabalho no Brasil

Me perdoem se for preconceito, mas **essas médicas cubanas tem uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmo?** Afe, que terrível. Médico geralmente tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência... Coitada dessa população. Será que eles entendem de dengue? E febre amarela? Deus proteja O nosso povo!¹⁰²

As implicações do racismo na vida da classe trabalhadora mais pauperizada ‘pesam’ em maior medida para esses indivíduos, mas também é imprescindível evidenciar que os limites da emancipação política são muito claros, o que pode ser ilustrado no caso de Benedita G. Simonetti, por exemplo, quando ao ser transferida para a embaixada brasileira em Roma, em que um brasileiro lhe disse que já tinha tido muitas relações sexuais com ‘negrinhas’, mas na cozinha. Após demiti-lo e ser agredida fisicamente por ele no ambiente de trabalho, soube que a aversão à sua transferência era verbalizada entre diretores, afirmando que o Itamaraty estava **“baixando o nível. Mandaram para dirigir o Centro de Estudos, além de mulher uma negrinha”**¹⁰³.

Com efeito, a realidade social da mulher negra no capitalismo é marcada pela opressão classista, patriarcal, machista e racista. Essa discussão é muito atual, pois a presença de negros na área diplomática de trabalho de 2002 a 2012 não

¹⁰¹ Vide o contexto atual, em que foram aprovadas leis que retiram o direito de defesa de imigrantes antes de serem deportados para seus países de origem.

¹⁰² Esse trecho foi a fala de uma jornalista do Rio Grande do Sul, em manifestação ao programa do governo federal brasileiro que promovia a contratação de médicos cubanos para atuação no país em 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicinas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>>. Acesso em 05 Mai 2014.

¹⁰³ Vide BARROS, A. **O Itamaraty está baixando o nível.** Mandaram além de mulher uma negrinha... Cada Minuto: Raízes da África, 4 Fev 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br>>. Acesso em 4 Mar 2015.

ultrapassou os 2,6%¹⁰⁴, num ramo de trabalho altamente discriminatório em termos de acesso para os negros.

Contudo, o caso de Benedita já revela que há uma grande negativa sobre sua presença naquele espaço desde o processo de seleção, mas que se confirmam na dinâmica interna, também em termos de constantes obstruções racistas e outras opressões classistas. Por isso, as 'fórmulas do sucesso' no emprego e as teorias comportamentais do trabalho, que pretendem orientar as relações entre empregador e empregado na ambiente de trabalho, não perpassam em nível algum as relações sociais racistas no mercado de trabalho, ao menos, não para o lado da classe trabalhadora, atingida de forma gritante pelo racismo no mercado de trabalho.

A instabilidade mundial dos níveis de emprego no período de financeirização do capital, em que os lucros de capital fictício (sem lastro direto no trabalho) afetam a esfera da produção, ou ainda a precarização do trabalho com o avanço das políticas neoliberais de fomento às terceirizações e perda dos direitos sociais (conquistas históricas da classe trabalhadora), bem como o sucateamento das relações de trabalho e ampliação da desigualdade entre as classes no momento atual da crise estrutural do capital, sustentam, em grande medida, a condição arbitrária de desempregar por parte do empregador, para 'salvar' os lucros ou no sentido da discriminação salarial, a fim de manter a taxa de acumulação nas empresas, bem como a relação mais direta do racismo com a promoção apenas de indivíduos de cor da pele branca para cargos de direção.

Por isso não nos enganemos, quando se anuncia que "Negros são metade dos empreendedores brasileiros"¹⁰⁵, oculta-se o fato de que se trata dos micro e pequenos empresários¹⁰⁶, cuja renda média varia de 1,5 a 3 salários mínimos, e que os referidos 'empresários' - classe trabalhadora - até mesmo identificaram que buscaram por meios de trabalhar com os quais não estivessem

¹⁰⁴ Vide FALLET, J. **Apesar de ação afirmativa, só 2,6% dos novos diplomatas são negros**. Brasília: BBC Brasil, 21 Nov 2012.

¹⁰⁵ Consultar o jornal G1, na versão online. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2015/04/negros-sao-metade-dos-empreendedores-brasileiros.html>>. Acesso em 15 Mai 2015.

¹⁰⁶ O que pode ser observado na base dos dados do estudo do Sebrae, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011.

subordinados a um 'patrão', devido às dificuldades de obtenção de emprego, quando são constantemente barrados nas entrevistas¹⁰⁷.

Afinal, para aqueles que buscam uma colocação ou (re) colocação no mercado de trabalho, o momento de obtenção do emprego é crucial, pois é o momento em que são feitas as ideias sobre a produtividade de determinado trabalhador, o que pressupõe uma análise subjetiva quanto ao que se espera do outro.

O advogado Antonio Leandro relatou muito bem esse aspecto, que permeia a classe trabalhadora negra mais geral de forma gritante devido à sujeição ao empregador e às relações de trabalho, mas que não deixa de constituir aspecto decisivo nas relações de trabalho em cargos superiores e de maior formação, quando diz que: "Quando abri a porta e a pessoa me viu, levou um susto. É como se ela não tivesse pensado na possibilidade de um negro ser advogado"¹⁰⁸.

Como os dados atuais acerca do contexto brasileiro mostram, as taxas gerais de desemprego entre negros e brancos diferem em aproximadamente 25%, tendo ficado em torno de 14,3% para negros e 10,8% para brancos, segundo o DIEESE (2013), ademais, as taxas de rotatividade no início de 2014 entre as negras e os negros eram de 44%, enquanto para mulheres e homens de cor da pele branca no mesmo período de 33,9%, como aponta a tabela realizada a seguir:

¹⁰⁷ Consultar o jornal Folha de São Paulo, na versão online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1338994-negro-e-dono-de-metade-das-micro-e-pequenas-empresas.shtml>>. Acesso em 10 Jun 2014.

¹⁰⁸ Vide ANIBAL, F. **País vive nova onda de casos de racismo**. Gazeta do Povo, 10 Mar 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/529045-pais-vive-nova-onda-de-casos-de-racismo->>. Acesso em 10 Nov 2015.

Tabela XXV. Taxa de rotatividade no emprego com carteira assinada, Brasil, jan / 13 - jan / 14 (em %)

	2013											2014	
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Homens Brancos	35,0	34,8	34,8	34,9	34,9	35,0	34,9	35,0	35,1	35,1	35,3	35,0	35,0
Mulheres Brancas	32,4	32,2	32,3	32,4	32,4	32,5	32,4	32,4	32,5	32,4	32,5	32,4	32,3
Brancos	34,0	33,8	33,9	33,9	33,9	34,0	33,9	34,0	34,1	34,0	34,1	34,0	33,9
Homens Pretos & Pardos	47,9	47,7	47,7	47,8	47,8	47,8	47,8	47,7	47,9	48,0	48,6	48,5	48,6
Mulheres Pretas & Pardas	32,6	32,6	32,9	33,1	33,3	33,6	33,7	33,8	34,1	33,8	34,0	34,2	34,3
Pretos & Pardos	43,2	43,1	43,2	43,3	43,4	43,5	43,5	43,5	43,7	43,6	43,9	43,9	44,0
PEA Total	38,4	38,3	38,3	38,4	38,4	38,6	38,5	38,6	38,7	38,7	38,9	38,8	38,8

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: São desconsiderados desligamentos voluntários, por transferências, aposentadorias ou por falecimento do trabalhador.

Fonte: MTE, microdados CAGED. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela realizada pelo Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais. Fonte: Rede Brasil Atual – Divulgado em 1 Mai 2014, disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/pretos-e-pardos-seguem-com-salarios-mais-baixos-e-maior-rotatividade-6196.html>>, acesso em 12 Dez 2015.

Nesse sentido, a proporção de negros na população ocupada, no período 2011-2012 ficou em torno de 48,2, enquanto a proporção do rendimento hora dos ocupados negros e não negros foi de 63,89 (DIEESE, 2013). Os rendimentos médios por hora segundo atividade mostram, ademais, as grandes diferenças salariais, especialmente na região metropolitana de São Paulo, onde destaco a área de serviços, na qual recebem em média 60% do salário dos não brancos, seguida pela indústria (61,3%), comércio (67,4%) e construção (75,4%) (DIEESE, 2013).

As ocupações como pedreiros, serventes, pintores e outros cargos da construção civil, também como faxineiros, lixeiros, serventes e camareiros na esfera dos serviços, possuem a maioria de trabalhadores negros (DIEESE, 2013).

Por conseguinte, na distribuição por setor de atividade, vemos que, o DIEESE enquadra as áreas de “execução” e “apoio”, como de maioria negra, mas até certo ponto com taxas próximas, enquanto “direção e planejamento” possuem maioria de trabalhadores não negros (DIEESE, 2013). Primeiramente, isso aponta a disputa evidente entre trabalhadores para manter seu emprego e obter promoções. Daí que, quanto às ocupações nas maiores empresas, vemos que apenas 6% dos cargos executivos das maiores empresas brasileiras são compostos por negros,

segundo estudo do Instituto Ethos¹⁰⁹, enquanto apenas as micro e pequenas empresas são comandadas por negros com maior paridade com brancos.

A relação entre trabalho e cor da pele negra, gira em torno da ideia de inaptidão dos negros para certas atividades, o que marca o período recente, com claras diferenças regionais. Nas justificativas mais absurdas sobre o capital humano para a obtenção do emprego, pressupõe-se, no entanto, um mercado de trabalho neutro, ademais, tendo em vista o aumento do nível de escolaridade dos negros nas últimas décadas, revela-se o discurso classista de que os negros ainda não teriam superado seu ‘passado de desigualdade’ de conhecimentos em relação à população branca.

Nessa apologia capitalista afirma-se, como analisa Prado (2006), primeiramente que a formação dos salários e os níveis de emprego seriam definidos pela esfera das preferências individuais acerca da busca por trabalho, além disso, dado que a inovação tecnológica subordinaria a composição da demanda agregada, os efeitos desse processo seriam largamente positivos, isentos de discriminação e numa espécie de tendência à ampliação dos níveis de emprego e equilíbrio.

Em segundo, a discriminação seria, para essa forma de pensamento, um absurdo, pois o empregador não distinguiria, via de regra, um trabalhador com determinadas características de outro, pois o que ocorreria, nesses casos, seria uma exceção em meio à suposta prioridade do empregador sobre o ‘capital humano’ dos trabalhadores (PRADO, 2006).

Que fique claro, portanto, que não se trata de uma espécie de ‘soma de discriminações’, para afirmarmos que o mercado de trabalho é racista, mas isso se confirma, na verdade, pelo fato de que o resultado do processo de produção não é apenas o lucro do capitalista, é o capital, uma relação social, e, como tal, implica dizer que o capital não apenas produz, bem como também é produzido, de modo que, como resultados imediatos do processo de produção figuram tanto aqueles mais objetivos, como as relações sociais em níveis mais subjetivos. O processo de produção, portanto, é ao mesmo tempo, processo de reprodução (MARX, 2013)

Daí a centralidade do racismo no mercado de trabalho, por exemplo, no modo pelo qual a oposição entre trabalho manual e intelectual caracteriza a oposição racista entre o trabalhador branco e negro, fazendo com que um

¹⁰⁹ Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. ETHOS, 2010.

trabalhador negro, cuja atividade é segurar uma placa no pescoço que possui a propaganda de um imóvel, seja ocultado pela imagem de um homem branco nesta placa, como símbolo do sucesso. A foto a seguir retrata esse momento.



Foto retrata o trabalho do jovem negro em uma propaganda imobiliária da construtora Plano e Plano. César Hernandez/Divulgação – Jornal online Folha.

Esse é o contexto no qual os médicos cubanos que foram contratados pelo governo federal no ano de 2013 foram recebidos, com manifestações racistas expressas na fala de abertura deste tópico, mas que revelam um estado perverso de relações sociais sobre a imagem das mulheres negras no mercado de trabalho, supostamente apenas capaz de exercer atividades manuais, trabalhando como domésticas, lavadeiras, cozinheiras, nunca como médicas. Dessa forma, uma médica negra brasileira, com formação em Cuba, sofreu discriminação devido a seu cabelo, como fazendo parte de 'um padrão de médicos' com os quais os pacientes deveriam se acostumar¹¹⁰.

No entanto, as tendências atuais em grande parcela dos movimentos negros tem sido o apoio inexorável às cotas como solução para a questão da discriminação no mercado de trabalho, sendo que, frente à barbárie atual da crise do capital, penso que as alternativas para a classe trabalhadora, especialmente quanto a essa forma de discriminação, encontram-se numa via classista, na luta por

¹¹⁰ Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/129230/medica-negra-diz-ter-sido-vitima-de-racismo>>. Acesso em 26 Mar 2015.

garantias reais de direitos amplos e com qualidade. Por isso, diz Silva (2012, p.104) que

A luta antirracista, portanto, deve ser integrada à luta contra todas as formas de alienação, uma vez que do combate restrito à alienação racial surgem alienações *sui generis*. Entre elas, citamos o ódio de negros contra brancos [...] e o princípio das políticas afirmativas, que acaba por confirmar certa desigualdade racial existente entre negros e brancos, em seu direcionamento dado pelo multiculturalismo.

Tal luta, no entanto, apenas pode se dar na união de toda a classe trabalhadora contra o racismo e contra o capital, por questões que atendam aos negros da classe trabalhadora e à classe trabalhadora como um todo, o que, como vimos, não são lutas excludentes.

Devemos lutar incessantemente: contra o neoliberalismo, a favor das políticas sociais públicas universais, de políticas estruturantes de emprego, pela reforma agrária e urbana, pela soberania nacional, contra a Alca. Pelo ensino público, laico, estatal, gratuito, de qualidade, para todos os níveis, na direção do fim da escola de classes, como programática, e que atenda os trabalhadores inseridos na produção, e fora dela, como os trabalhadores sobrantes desempregados, mas que só têm a vender sua força de trabalho no capitalismo; bem como seus filhos, com os quais constituem a esmagadora maioria da população (ABRAMIDES, 2006, p. 32).

Essa parcela majoritária da população é evidentemente negra, sendo que nos últimos dados acerca do perfil populacional do IBGE, os indivíduos autodeclarados pretos e pardos em 2010, representariam 50,7% da população brasileira ¹¹¹. No entanto, o racismo, em suas diversas expressões, não reduziu seus efeitos perversos. Penso que tem sido cada vez mais urgente a luta por políticas de garantia real de trabalho, de educação pública ampla, gratuita e de qualidade, de alimentação de qualidade e irrestrita, por um sistema de saúde completamente público e de qualidade, pela descriminalização dos movimentos sociais, sendo que essa luta deve ser conduzida amplamente pela classe trabalhadora negra, sob o risco também da luta contra o racismo sucumbir.

¹¹¹ Vide IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2010.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Esta dissertação de mestrado procurou discutir aspectos imprescindíveis na compreensão dos processos de luta e resistência dos indivíduos negros da classe trabalhadora.

Nesse percurso, o início deste trabalho visou a problematizar a relação entre consciência e formas de resistência à discriminação, quando analisei os casos de Nicolas e Laís, a música *Boa esperança* do cantor Emicida e a movimentação de greves dos garis e do I Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP – Conlutas.

Aqui se colocaram aspectos importantes como a revolta no plano individual, o enfrentamento cotidiano ao racismo, o fortalecimento da resistência a partir da esfera coletiva, a manifestação de luta por meio de uma ação dos negros da classe trabalhadora contra a burguesia, propósitos controversos e projetos societários diversos, a perspectiva de organização classista dos negros trabalhadores contra o avanço da precarização do trabalho no mundo capitalista e as estratégias necessárias na luta contra o capital.

Nesse sentido, as análises buscaram mostrar que as lutas de resistência contra as investidas do capital sobre os trabalhadores têm uma importância central, sendo uma via pouco estudada quando se trata das lutas contra o racismo. Porém, elas não podem ser lutas dissociadas, pelo contrário, tanto que a unidade das mesmas têm se tornado cada vez mais necessária, dado o grau desumanizador das relações sociais no mundo capitalista, sendo imprescindível seu fortalecimento por meios alternativos de luta, de forma a superar a fragmentação em que se encontram e os limites dentro da própria organização sindical, como demissões, desarticulações, criminalização. Da mesma forma, colocou-se a necessidade da interface com os movimentos sociais, o que pressupõe o processo de *consciência de classe* desde as formas de organização dos trabalhadores à ação direta de greve, organizações paralelas, lutas sociais diversas, porém direcionadas na luta contra o capital. Ademais, tal luta é potencializada quando se reconhece a importância de constituir uma *unidade* nas lutas sociais da classe trabalhadora, como a *luta contra o racismo*, sendo importante ressaltar as condições concretas disso, como o momento das greves dos garis no Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, o pesquisador concebeu que há muito ainda por se analisar acerca do pensamento social na sociedade brasileira, bem como acerca dos

projetos societários que as lutas contra o racismo e contra o capital conduzem, dado que os debates sobre o racismo, em grande medida, apontam perspectivas burguesas, conservadoras, machistas, elitistas ou fragmentárias. Portanto o segundo capítulo visou à contribuir na compreensão da totalidade e da realidade social.

A partir disso, fez-se necessário resgatar o modo como se deu a construção sócio-histórica da noção de 'raça' e a relação entre capitalismo e racismo.

Dessa forma, vimos que a ideia de 'raça' é uma das expressões da alienação, ou seja, historicamente as diferenças raciais (socialmente inventadas) respondem, no plano da ideologia, às relações sociais de exploração e opressão de classe próprias ao mundo burguês. A discriminação da cor da pele no mercado de trabalho, por conseguinte, não parte de uma ação deliberada dos indivíduos, de tal modo que é constitutiva da sociabilidade capitalista, pois suas manifestações não estão isentas do individualismo, da opressão classista, machista e racista do capitalismo, do fetiche, das formas de acumulação de capital, do genocídio e encarceramento massivo da população negra na esfera da criminalização da questão social e das perspectivas 'multiculturalistas' que visam a 'atenuar' a contradição entre capital e trabalho.

O 'negro', ao passo em que se configura como uma invenção classista, repleta de justificativas geneticistas que pretendem justificar diferenças de condições de vida e posição social em torno de aspetos físicos, ao mesmo tempo, é símbolo de identificação e afirmação de luta contra o racismo.

No caso brasileiro isso é evidente, dado que historicamente os negros constituíram formas de resistência desde o início da escravidão à transição para o trabalho livre. Na sociedade capitalista brasileira, o racismo sobre os indivíduos de cor da pele negra se apresenta, porém, de forma complexificada. Dado que a história do racismo se confunde com a história da classe trabalhadora, a fragmentação da organização dos trabalhadores sempre foi provocada pelo machismo e o racismo. Com as mudanças no modo de produção após a abolição da escravidão, desenvolvem-se novas formas de alienação do trabalho e, com elas, ideologias especificamente alienantes, como as teses da 'democracia racial'.

No entanto, expressões evidentes da luta dos negros contra o racismo despontaram ainda na primeira metade do século XX no momento de abertura ao

capital internacional e de desenvolvimento da produção industrial. A cisão com a unidade na luta dos trabalhadores, no entanto, até os dias atuais é emblemática. Colocaram-se, a partir disso, diversas demandas necessárias e isoladas.

Nas décadas seguintes, ganharam destaque diversas perspectivas particularistas que respondiam ao contexto neoliberal, tanto no que se refere às alterações no mundo do trabalho por meio das formas flexíveis de acumulação de capital, como na desresponsabilização estatal por meio de ações focalistas e irrisórias.

As contradições da luta de classes se mostraram, à essa altura, de modo vivaz e imbricado, especialmente no que diz respeito às lutas sociais por melhores condições de vida, quando ficou muito claro que parte dos movimentos sociais abandonaria a radicalidade para a conformação com novas formas de cooptação para interesses do capital.

As lutas por necessidades imediatas, nesse sentido, apareceram vinculadas às propostas de concessão de ‘mínimos’ sociais na esfera das políticas públicas, sendo que ganhou espaço a discussão sobre as ‘ações afirmativas’, colocando-se como formas de ‘combate’ ao racismo, mas postas em cena a fim de que contemplassem, na verdade, fragmentos das insuficiências em torno de políticas sociais estruturantes.

De tal forma que na última década tais iniciativas inseriram-se num plano de ação do Estado em torno da redução dos custos com garantias reais de trabalho, saúde, educação, moradia, transferindo-se recursos para políticas focalistas e ações descontínuas e de desresponsabilização estatal por meio da abertura às terceirizações. Isso não se deu de maneira pontual no mundo, como foi possível concluir a partir do contexto francês e a ascensão das propostas de ‘enfrentamento’ à desigualdade e à discriminação.

A luta pela emancipação humana, não se constitui, definitivamente, em torno da aceitação desse contexto. A participação dos movimentos sociais em ações de resistência da classe trabalhadora tem sido, portanto, cada vez mais necessária, na busca por realizar o ser coletivo, na concepção de que as mudanças necessárias virão a partir da construção de estratégias de via classista, que abarquem a luta dos negros, contra todas as formas de opressão e exploração das sociedades de classes. E essas lutas têm sido reais, uma vez que o contexto atual tem as tornado cada vez mais necessárias.

Como se sabe, há meses, desde o fim do ano de 2015, enquanto escrevo estas considerações finais, centenas de estudantes de escolas públicas de ensino fundamental, médio e de jovens e adultos nas cidades de São Paulo, Campinas, Diadema, entre outras, traduzem suas inquietações e revolta frente à decisão de fechamento daqueles espaços, resolvendo por ocupar escolas e lutar por seus direitos, suas necessidades imediatas, mas também por um ensino que não esteja subordinado às decisões arbitrárias de destruir as conquistas da classe trabalhadora, da parcela mais pobre da população, almejando um ensino realmente de qualidade, ou seja, uma condição para a educação que é um primeiro passo, em minha concepção, para o seu caráter estruturante em termos de política pública e de sociabilidade.

O planejamento das ações foi centralmente realizado pelos jovens, mesmo com medo da reintegração de posse por meio da polícia, até mesmo tendo-os enfrentado diretamente, e do porvir dos atos. Mesmo sem comporem a totalidade dos estudantes, sem contarem aos pais o que seria realizado, recebendo ainda apoio de professores que permaneceram nas escolas devido à conhecida ação truculenta da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dos pais do lado de fora, que até mesmo foram agredidos pela polícia, a Justiça suspendeu a reintegração, à espera de que os estudantes saíssem dos espaços, propondo negociações.

Uma pequena parcela de professores e dos movimentos sociais posiciona-se em torno desse fato e aderem às manifestações e ocupações, especialmente a luta por moradia urbana e a luta feminista, também parcela dos movimentos urbanos. Mas enquanto algumas manifestações dos movimentos negros demonstram apoio irrestrito, muitas outras revelam suas perspectivas ideológicas e de concepção de ação política, preferindo por apontar a ampla parcela de negros estudantes do ensino público básico e médio e a necessidade de cotas no ensino superior.

No dia da Consciência Negra de 2015 em Campinas, à noite uma tempestade correu a cidade, houve shows e passeatas nas regiões centrais, especialmente de cunho religioso, de valorização do passado escravista, distribuição de honrarias, pontuais eventos em algumas regiões periféricas e sobre mostra de filmes de figuras conhecidas na cidade, discussões orçamentárias e balanços das recentes secretarias e coordenadorias municipais que se ocupariam da questão da busca pela 'igualdade racial'.

Porém, o fortalecimento da resistência das negras e dos negros da classe trabalhadora, ou seja, daqueles que enfrentam em maior medida os efeitos do racismo em nossa sociedade, em minha concepção, para um dia de luta como esse deveria partir do entendimento da totalidade da opressão no capitalismo e da organização da classe como uma unidade, com participação de movimentos grevistas, de luta contra a violência contra a mulher, no apoio irrestrito aos estudantes que ali estavam organizados por um ensino público de qualidade, amplo, gratuito, orientando-se contra a sua mercantilização, pelo transporte gratuito e de qualidade para todos, moradia de qualidade. Ademais, esses aspectos se apresentam, penso, como muito mais representativos em termos de demandas da população negra.

Mas, nesse contexto de altos custos para os jovens, o governador do Estado apontou a necessária saída dos mesmos das escolas após a suspensão de reintegração, enviando-lhes a mensagem de que tenham ‘bom-senso’ em realizar isso. Os estudantes se recusaram.

A questão da discussão sobre a consciência que busquei esclarecer e, por fim, articulando-a com o Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro e o Código de Ética da categoria, porém, diz respeito essencialmente à práxis e está diretamente ligada à ideia de que não há um caminho unívoco para que os desafios postos na realidade dos sujeitos sociais sejam apreendidos em sua totalidade de determinações e contradições, impulsionando a ação política consciente na direção de luta pela construção de uma sociedade de fato igualitária, em termos de emancipação humana. Porém isso não coloca a consciência de classe num plano subjetivo que estivesse descolado do processo da vida real, de tal forma que a consciência parte das condições objetivas de vida. Se o aprofundamento da contradição entre capital e trabalho insere os sujeitos necessariamente nas contradições mais vivas da luta de classes, coloca-os, ao mesmo tempo, como sujeitos que realizam escolhas por assumir tais desafios, daí que muitos profissionais se apresentam como propositivos, interventivos, atuando numa perspectiva contra o *status quo*, enquanto outros do lado seguro da trincheira, regredindo frente aos avanços sistemáticos da dominação do capital. O Projeto Ético-Político do Serviço Social, como expressão dos valores e princípios da categoria profissional dos assistentes sociais, insta-nos a assumir a primeira opção.

Do mesmo modo, não basta aos negros da classe trabalhadora saber sobre o mercado de trabalho discriminatório em que estão inseridos, observar as diferenças salariais e preferências por trabalhadores de cor da pele branca em diversas situações e lutar apenas por parcelas de representatividade de cor da pele negra. É preciso lutar por condições concretas de construir uma sociedade de fato igualitária, ou seja, livre centralmente do fundamento das sociedades de classes, na ação contra as expressões do racismo e de todas as formas de exploração e opressão.

Nesse sentido, a estratégia da via classista de organização dos trabalhadores, à revelia da institucionalização, guarda a potencialidade de compor na base formas de fortalecimento para a resistência dos sujeitos, numa tomada de ações com direcionamento sociopolítico de uma práxis política, realizada conjuntamente, que se constituem no compromisso com a classe trabalhadora em sua totalidade, especialmente no fomento à organização dos negros e de suas demandas centrais, deixando de lado o sectarismo das vias formais de representação e a identidade fragmentária, na interface com diversos movimentos sociais progressistas e com o norte de superação do capital pela emancipação humana.

A autoestima, muito necessária, de forma nenhuma pode constituir nossos fins, pois ela não é alcançada como mérito de um arrojo formal, senão uma necessidade permanente, às vezes forjada como estratégia de sobrevivência, mas que se constitui e se fortalece claramente nas formas de objetivação dos seres sociais, pelo trabalho, mas notadamente pela práxis social, o que é fundamental na luta de resistência das negras e dos negros da classe trabalhadora, ao passo em que os sujeitos, em suas formas de consciência, assumem para si enquanto classe os desafios sociais dinâmicos e mutáveis postos na realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C. **Movimento sindical e Serviço Social**: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional? In. ABRAMIDES, M. B. C., DURIGUETTO, M. L. (Orgs.) **Serviço Social e Movimentos Sociais**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

_____, DURIGUETTO, M. L. **Serviço Social e Movimentos Sociais**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

ALENCASTRO, L. F. **De Nabuco a Nabuco**. In: "Folhetim", Folha de São Paulo, caderno B, pp. 6-8, 8 Mai 1987.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, M. L. S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ética e Serviço Social**. Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social**: que direitos para qual cidadania? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.79, Ano XXV, p.108-132, esp.2004.

BRAZ, M. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. In CRESS 7a. Região. *Assistente social: ética e direitos*. Rio de Janeiro: CRESS/7a. Região, 2005.

CALLINICOS, A. **Racismo e Capitalismo**. 2000. Versão traduzida de *Race and Class*, Londres: Bookmarks, 1993. Disponível em: <http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf>.

Acesso em 20 Fev 2014.

CASTELO, R. **O social-liberalismo**. Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CFESS. **A violência tem classe e cor**. Brasília: CFESS Manifesta, 20 Nov 2013.

_____. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Diversidade, equidade e igualdade:** a questão racial na agenda do Serviço Social. Brasília: CFESS Manifesta, 20 Nov 2010.

_____. **O longo caminho da desigualdade.** Dia da consciência negra. Brasília: CFESS Manifesta, 20 Nov 2014.

_____. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada** / Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília: CFESS, 2009.

_____. **Serviço Social a caminho do século XXI:** o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS. In: Serviço Social e Sociedade (50). São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Zumbis e Dandaras contra a desigualdade racial.** Brasília: CFESS Manifesta, 20 Nov 2011.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira:** gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

COMAS, J. **Os mitos raciais.** In: Raça e Ciência I. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1970.

COQUERY-VIDROVITCH, C. **Le postulat de la supériorité blanche et de l'infériorité noire.** In: FERRO, M (Org.) Le livre noir du colonialisme. Éditions Robert Laffont, S.A., Paris, 2003, pp. 647-691. Versão online do artigo disponível em: <<http://www.leofiguieres.fr/wp-content/uploads/2015/02/Le-postulat-de-la-sup%C3%A9riorit%C3%A9-blanche-et-de-linf%C3%A9riorit%C3%A9-noire.pdf>>.

Acesso em 20 Dez 2014.

COUTINHO, C.N. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DIEESE. **Os negros no trabalho.** 2013.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DUNN, I. C. **Raça e biologia.** In: Raça e ciência II. Vários autores. Vol II. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1972.

DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990:** desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B. C., DURIGUETTO, M L. (Orgs.) Serviço Social e Movimentos Sociais: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital:** uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: 34, 2000.

ENGELS, F. **Carta a Pietr Lavrovitch Lavrov** (1875). Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!", 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/11/17.htm>>. Acesso em 10 Dez 2014.

ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero da 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. 2010.

EURICO, M. C. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade n. 114, Abr/Jun 2013.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. O legado da "raça branca". São Paulo: Dominus Editora, v. 1, 1965.

FERNANDES, F. **O protesto negro**. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, 2[2], pp.15-17, Abr/Jun, 1988.

FERREIRA, C. M. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro:UFRJ/ESS, 2010.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2005

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEIDEGGER, M. **A afirmação de si da universidade alemã**. Tradutor: Fausto Castilho. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1985.

HELLER, A. **O homem do Renascimento**. Lisboa: Presença, 1982.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, O. **A questão social**. São Paulo: Revista USP, Set, Out e Nov de 1989.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, O. **O negro e o socialismo**. In: O negro e o socialismo. IANNI, O., [et. al.]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

IASI, M. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002

IASI, M. **Reflexão sobre o processo de consciência**. Rio de Janeiro: Terceira atividade de formação no Espaço Plínio de Arruda Sampaio, 26 Ago 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3nqFbEP58D0>>. Acesso em 10 Nov 2015.

KANT, I. **A paz perpétua**. Um projeto filosófico. Covilhã: LusoSofia, 2008.

KANT, I.. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas, Papirus, 1993.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **Le nationalisme contre les nations**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

LENIN, V. I. **Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação**. Obras Escolhidas em Três Tomos. Lisboa: Edições Avante!, Moscovo: Edições Progresso, 1977. Disponível em: <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 25 Out 2014.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOCKE, J. **Second Treatise of Government**. Hackett Publishing Company, Indianapolis and Cambridge, 1980.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem**. Revista Temas, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

LUKÁCS, G. **Para uma crítica marxista da Sociologia**. In: NETTO, J. P (org.). LUKÁCS, G. Sociologia. São Paulo: Ática, 1981.

LUXEMBURGO, R. **A Questão Nacional e a Autonomia**. Trad. de Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

MARTINS, T. C. S. **Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira**. Brasília: Temporalis, ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014

MARTINS, T. C. S. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n.111, Jul/Set 2012a.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade federal de Pernambuco, 2012b.

MARX, K. **Carta a Pável V. Annenkov** (1846). Obras Escolhidas em três tomos, Editorial"Avante!", 1982a. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. Acesso em 10 Dez 2014.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Formação das economias pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Edições Avante!, 1984. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap05.htm>>. Acesso em 10 Dez 2014.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. Obras Escolhidas em três tomos, Editorial"Avante!", 1982b. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. Acesso em 10 Dez 2014.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MAURIEL, A., MOTA, A. E., PERUZZO, J. **O novo desenvolvimentismo e estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais na América Latina**. São Luís/MA: V Jornada de Políticas Públicas – Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, 2011. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso em 11 Nov 2015.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da ideologia**. 1ª edição, 4ª reimpressão – São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo:Boitempo, 2011.

MOTA, A. E. (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2010.

MOURA, C. **Brasil - raízes do protesto negro**. São Paulo: Global. 1983

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita, 1994.

_____. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. São Paulo : Publifolha, 2000

NASCIMENTO, A. (Org) **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Brasil pós-64. São Paulo, Ed. Cortez, 1991.

ODTI. **Rapport moral et rappor d'activités**. 2013.

OLIVEIRA, D. **Os dilemas do movimento negro com a Seppir – I**. 2013. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/os-dilemas-movimento-negro-com-seppir-por-dennis-de-oliveira/#gs.VpBUHVs>>. Acesso em 15 Nov 2015.

OLIVEIRA, R. C. **As raízes históricas da Sociologia de Max Weber**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 265 fs., 2008.

PRADO, E. F. S. **Desemprego e discriminação como produto do sistema**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 3, p. 429 – 443, dez 2006.

QUADROS, W. **Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990**. Campinas: Economia e Sociedade, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003

QUADROS, W. **Perfil social do desemprego recente**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 156, fev. 2009.

ROCHA, R. F. **A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista**. In: ABRAMIDES, M. B. C., DURIGUETTO, M. L. (Orgs.) Serviço Social e Movimentos Sociais: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Ciências Sociais, 2010.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, J. R. **A história do negro no teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2014.

SANTOS, J. R. **Zumbi**. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

SCHWARCZ, L. **Quase pretos, quase brancos**. Pesquisa FAPESP 134, Abr 2007.

SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TEMPLETON, A. **As diferenças genéticas entre etnias são insignificantes**. Boletim UFMG, ano 25, n. 1212. Belo Horizonte, 25 Nov 1998a.

TEMPLETON, A. **Human Races**: A Genetic and Evolutionary Perspective. American Anthropologist, New Series, Vol. 100, No. 3 Set, pp. 632-650, 1998b.

VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. Ridendo Castigat Mores, 2001.

WEBER, M. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. In: WEBER, M. Sociologia. Org. CONH, G. Coord. FERNANDES, F. São Paulo: Editora Ática, 2003.

WEBER, M. **Relações Comunitárias Étnicas**. In: Economia e Sociedade. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**: Homicídios e juventude no Brasil. Brasília, 2014.